

Diário do Legislativo de 24/11/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB-PP--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Vanderlei Miranda

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado BSD
Lafayette de Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado André PT
Quintão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado Delvito Alves BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PTB Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor Rinaldo BPS
Valério

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Sebastião Costa **BPS**

Deputado Padre PT
João

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Delvito BSD
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Neider BPS

Moreira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo **DEM**
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Marcus BSD
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD

Deputado DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Delvito Alves BSD

Deputado DEM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Fahim BSD Vice-Presidente
Sawan

Deputado BPS
Antônio Genaro

Deputado PMDB
Vanderlei
Miranda

Deputado Delvito BSD
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente
Muniz

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BSD Presidente
Maia

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado BPS
Agostinho Patrus
Filho

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Luiz BSD
Humberto
Carneiro

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil BSD
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Gil BSD
Pereira

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS Presidente
Carlos Arantes

Deputado BSD Vice-Presidente
Domingos Sávio

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília PT
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputada Ana BSD Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João BSD Presidente
Leite

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Pestana Marcus BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar PDT Presidente
da Silveira Jr.

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente Lúcio PDT

Deputado Zezé Perrella PDT

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PT

Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Padre PT
João

Deputado Gil DEM
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Dimas Fabiano DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATA

Ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 13/7/2010

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da Comissão e a apreciar pareceres de redação final. A seguir, comunica o recebimento de cartão do Sr. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Estado de Agricultura, acompanhado de anexos contendo as publicações "Perfil do Agronegócio 2003/2009" e "Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais/2010", e ofício do Sr. João Gilberto Ripposati, Vereador da Câmara Municipal de Uberaba, publicado no "Diário do Legislativo" em 10/7/2010. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.586/2010 (Deputado Domingos Sávio); 4.594 e 4.610/2010 (Deputado Dilzon Melo); e Mensagem nº 534/2010 (Deputado Carlos Gomes), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.513/2010 (relator: Deputado Domingos Sávio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.500, 4.540 com a Emenda nº 1 e 4.594/2010 (relator: Deputado Dilzon Melo); 4.532/2010 (relator: Deputado Chico Uejo); 4.552 e 4.586/2010 (relator: Deputado Domingos Sávio), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.418/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.626/2008, 3.714 e 3.776/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes e Dilzon Melo em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social, Moacyr Lobato de Campos Filho, pedido de providências para coibir ocorrências de roubo de cargas de café na região do Sul de Minas; Padre João (3) em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Incra para comprovar nos autos do processo da Ação de Reintegração de Posse da 12ª Vara Federal a área de 300ha adjudicada à Usina Ariadnópolis, localizada no Município de Campo do Meio, bem como para comprovar a referida adjudicação dos trabalhadores na área; sejam encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional em Minas Gerais e ao Juiz da Vara Cível da Comarca de Campos Gerais pedidos de providência para agilizar a adjudicação do restante da área de 64ha do Parque Industrial da Usina Ariadnópolis; sejam encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Justiça pedidos de providências para que julguem como improcedente o recurso que suspende o leilão da massa falida da Cia. Agropecuária Irmãos Azevedo - Cápia -, localizada no Município de Campo do Meio, e a suspensão do arrendamento da área da referida empresa; Carlos Gomes (2) em que solicita a realização de audiência pública, no Município de São João del-Rei, para debater o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal na região do Campo das Vertentes e as perspectivas para o referido programa nessa região; e em que solicita a realização de audiência pública para debater o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal e suas perspectivas para o ano de 2010 no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Dilzon Melo - Duarte Bechir.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/11/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o

disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, que veda o assédio moral no âmbito da administração pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.616/2009, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.666/2009, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.036/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 15.176, de 16/6/2004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitaré o imóvel que especifica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.102/2009, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.489/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externo junto à agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.513/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Associações de Produtores Rurais localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009, do Deputado Lafayette de Andrada e outros, que altera a Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 a 20, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.919/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$29.295.167,07 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.938/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$74.500.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.999/2010, da Comissão de Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis delegadas dispendo sobre a estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo, nos termos que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 965/2007, do Deputado Délio Malheiros, que torna obrigatória a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializarem álcool líquido. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.218/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inconfidentes o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.255/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a publicação de matéria de interesse dos Poderes do Estado no órgão oficial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.462/2010, da Comissão Especial sobre a Arbitragem, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para a solução de litígio em que o Estado seja parte e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 5, da Comissão de Justiça, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 6, também da Comissão de Justiça.

Discussão, 1º turno, Projeto de Lei nº 4.917/2010, do Governador do Estado, autoriza o Estado de Minas Gerais a liquidar débitos de precatórios judiciais, mediante a realização de acordo direto com seus credores, nos termos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública com a presença de convidados, supostas violações de direitos humanos decorrentes da desapropriação de imóveis visando à implantação do Parque Estadual Serra Negra em Itamarandiba, no Vale do Jequitinhonha.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 955/2007, do Deputado Vanderlei Jangrossi.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.904/2009, do Deputado Fahim Sawan; 4.782/2010, do Deputado Getúlio Neiva; 4.810/2010, do Deputado João Leite; 4.877/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.887 e 4.888/2010, do Deputado Eros Biondini.

Requerimentos nºs 6.780 e 6.781/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.068/2009, do Deputado Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.744/2010, do Deputado Almir Paraca; 6.747/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.716/2010, do Deputado Doutor Viana; 6.735/2010, do Deputado Jayro Lessa; 6.736/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 6.762/2010, da Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul; 6.774 a 6.776 e 6.782/2010, do Deputado Agostinho Patrus Filho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.899/2010, do Deputado Doutor Rinaldo Valério.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.516/2010, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.161/2009, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.931/2009, do Deputado Domingos Sávio; 4.303/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.508/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.666/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.885/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.890/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.896/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.900/2010, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.907/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.932/2010, do Deputado Carlos Gomes.

Requerimentos nºs 6.771 e 6.772/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia: em turno único, Projeto de Lei nº 4.728/2010, do Deputado Marcus Pestana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia: em turno único, Projetos de Lei nºs 4.786/2010, do Deputado Mauri Torres; 4.861/2010, do Deputado Paulo Guedes; e 4.913/2010, do Deputado Domingos Sávio.

Requerimento nº 6.778/2010, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 24/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.761/2010, do Deputado Duarte Bechir; 6.779/2010, do Deputado Domingos Sávio; e 6.784/2010, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 24/11/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009, do Deputado Lafayette de Andrada e outros, que altera a Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República; do Projeto de Resolução nº 4.999/2010, da Comissão de Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis delegadas dispendo sobre a estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo, nos termos que menciona; e dos Projetos de Lei nºs 965/2007, do Deputado Délio Malheiros, que torna obrigatória a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializarem álcool líquido; 3.218/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica; 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inconfidentes o imóvel que especifica; 4.255/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a publicação de matéria de interesse dos Poderes do Estado no órgão oficial; 4.462/2010, da Comissão Especial sobre a Arbitragem, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para a solução de litígio em que o Estado seja parte e dá outras providências; 4.917/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a liquidar débitos de precatórios judiciais, mediante a realização de acordo direto com seus credores, nos termos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e dá outras providências; 4.919/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$29.295.167,07 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e 4.938/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$74.500.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de novembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/2010, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.333/2008, do Deputado Padre João; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 6.726, 6.728, 6.677 e 6.678/2010, do Deputado Wander Borges; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Duarte Bechir e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2010, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentar, em audiência pública com a presença de convidados, a edição de setembro de 2010 do Caderno do Sindifisco-MG - A verdade sobre o choque de gestão do Governo de Minas -; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

André Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2010, às 14 horas, no Município de Caxambu, com a finalidade de discutir questões relativas à segurança pública no referido Município; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

João Leite, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.238/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Dimas Augusto Carvalho de Araújo (UFJF - Hospital Universitário (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Aquisição de equipamentos para o novo Hospital Universitário, visando adequar a oferta de serviços secundários e terciários à demanda do SUS.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE

AÇÃO: 4341 - AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE JUIZ DE FORA

Finalidade da ação: CONSTRUIR e equipar O 2º MÓDULO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFJF

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Mata	1	53.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Qualificar as redes de atenção à saúde com abertura de leitos de UTI e centros cirúrgicos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.239/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Regina Lúcia Bicalho (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte)) / Gildázio Alves dos Santos (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte)) / Daniella Perdigão Oliveira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: INSTITUIR AÇÃO ESPECÍFICA PARA O CONJUNTO DE MEDIDAS VOLTADAS PARA A VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESTADO, DENTRO DO PROGRAMA "SAÚDE EM CASA", A FIM DE GARANTIR O ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO, FUNDAMENTALMENTE DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, GESTANTES E IDOSOS, BEM COMO O PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISVAN.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 49 - SAÚDE EM CASA

AÇÃO: 1 - ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 11018 - MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: 140 - MUNICÍPIO

Finalidade da ação: PRESTAR ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL À POPULAÇÃO, FUNDAMENTALMENTE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, GESTANTES E IDOSOS, BEM COMO GARANTIR A ALIMENTAÇÃO PERMANENTE DO BANCO DE DADOS DO SISVAN.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual		1.000.000,00



JUSTIFICAÇÃO: É NECESSÁRIO EFETIVAR A POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PNAN - NOS MUNICÍPIOS, GARANTINDO QUE OS DADOS LEVANTADOS PELO SISVAN TENHAM UM ACOMPANHAMENTO POSTERIOR POR PROFISSIONAIS DE NUTRIÇÃO. COM A ALTERAÇÃO PROPOSTA, O PROGRAMA TERÁ MAIOR PRIORIDADE DENTRO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.240/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Zenith Maria dos Santos (Associação Cultural Marcus Garvey (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criar nova ação no Programa Lares Geraes para implantação de sistema de aquecimento de água por energia solar em moradias de programas habitacionais já construídas.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 25 - LARES GERAES

AÇÃO: 1 - Implantação de sistema de aquecimento de água por energia solar em moradias de programas habitacionais

Unidade: 4101 - FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Produto: moradia atendida

Unidade de medida: 136 - MORADIA

Finalidade da ação: Implantar sistema de aquecimento de água por energia solar em moradias de programas habitacionais já construídas.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	100	50.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Os beneficiários de baixa renda dos programas habitacionais, em muitos casos, encontram dificuldades para o pagamento da energia elétrica. A implantação do sistema de aquecimento de água por energia solar diminuiria o valor dessa conta.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.241/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Darci Maria de Sousa Vilaça (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alterar finalidade da ação 4307

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 4307 - MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO - SIM

Finalidade da ação: ORGANIZAR, ARMAZENAR, PROCESSAR E DISSEMINAR INFORMAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS DO SUAS, GARANTINDO A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE COM VISTAS A RESULTADOS NA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS A SEREM EXECUTADOS PELOS MUNICÍPIOS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	101	1.112.000,00

--	--	--

JUSTIFICAÇÃO: Sistema de monitoramento e informação constitui um eixos estruturantes do SUAS, por isso faz-se necessário incentivar os municípios para criação de seus sistemas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.242/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criar programa habitacional para todos os servidores públicos, em especial para educação.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 25 - LARES GERAES

AÇÃO: 1 - Construção de unidades habitacionais para servidores públicos da área da educação

Unidade: 4101 - FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Produto: 11194 - UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE

Unidade de medida: 207 - UNIDADE

Finalidade da ação: Financiar a produção de moradias para servidores públicos da área da educação

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	75000	1.200.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Há um grande déficit habitacional para trabalhadores da área de educação. Oprograma do Ipsemg de aquisição da casa própria foi cortado e não houve implantação de outro para substituí-lo.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.243/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Selmara Mamede Simões Ferreira (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte)) / Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada)

PROPOSTA: Ampliação da meta física da ação 1104 de 120 para 220 crianças/adolescentes atendidos ou protegidos

Propostas aglutinadas - textos: Destinação de recursos para qualificação continuada da equipe de atendimento do Programa de proteção à criança e ao adolescente ameaçado de morte, especificando-se a natureza da despesa para este fim na LOA 2011. Justificativa A complexidade dos casos e o alto número de não-inclsões, a despeito de constatada a situação de ameaça, requerem investimentos continuados na formação técnica e gerencial das equipes de atendimento.

A proposta pretende alterar a Ação 1104 - Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) -, para que seja estendida para o interior do Estado - Jequitinhonha/Mucuri, sendo adicionado o correspondente recurso financeiro. Justificativa: É necessário alterar a regionalização da ação 1104 para atendimento aos adolescentes do interior, com a agilidade necessária aos casos de ameaça de morte. Recentemente, um jovem ameaçado morreu em Teófilo Otoni.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 1104 - PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM

Regionalização	2011
----------------	------

	M. Física	M. Financeira
Estadual	232	2.630.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Em 2010, a meta de 190 criança/adolescente protegido foi superada já em agosto. Houve suplementação de recursos em 2010 e prevista ampliação de crédito orçamentário para 2011. A ampliação proposta visa adequar a meta física à meta financeira.

Propostas aglutinadas - Justificativas:

A complexidade dos casos e o alto número de não-inclções, a despeito de constatada a situação de ameaça, requerem investimentos continuados na formação técnica e gerencial das equipes de atendimento.

É necessário alterar a regionalização da ação 1104 para atendimento aos adolescentes do interior, com a agilidade necessária aos casos de ameaça de morte. Recentemente, um jovem ameaçado morreu em Teófilo Otoni.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.244/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Alexandre Berquó Dias (Prefeitura Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Ana Cristina Mendonça Vasconcelos Galina (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Frutal)) / Maiza Signorelli (Câmara Municipal de Frutal (Frutal)) / Francisco José Januario Machado (Instituição não informada) / Selmara Mamede Simões Ferreira (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte)) / Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Criação de centros regionalizados para recuperação de pessoas dependentes químicas.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE

AÇÃO: 1 - Apoio Técnico e Financeiro à Ampliação e Fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 11115 - MUNICÍPIO/CONSÓRCIO BENEFICIADO

Unidade de medida: 140 - MUNICÍPIO

Finalidade da ação: Incentivar técnica e financeiramente os municípios e os consórcios intermunicipais de saúde a implementarem Centros de Atenção Psicossocial - CAPS i -, para atenção à saúde mental infanto-juvenil, e Centros de Atenção Psicossocial - CAPS ad -, para atenção à saúde mental dos usuários de álcool e outras drogas.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	15	900.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Local mais próximo da família para tratamento de dependentes químicos na região, com o apoio do SUS.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.245/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Marlice Ornelas Lucio (Instituição não informada) / Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Marcus Vinicius Costa (Centro de Referência da Assistência Social (Itaobim)) / Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar ação destinada à operacionalização dos conselhos vinculados à Subsecretaria de Direitos Humanos do Idoso, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Pessoa com Deficiência, de Participação e Integração da Comunidade Negra, da Mulher, dos Direitos Humanos e dos Direitos Difusos.

Propostas aglutinadas - Textos:

Alterar a meta financeira da Ação 4126 com o fim de destinar recursos para a realização da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Garantir, na ação 4132 - Proteção e Restauração de Direitos -, recursos para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e acrescentar ao final da finalidade da ação a expressão: ", com controle social." .

Garantia de recursos para o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial na Ação 4132 _ Proteção e Restauração de Direitos.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: 1 - Operacionalização dos conselhos vinculados à subsecretaria de direitos humanos

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 11104 - CONSELHO APOIADO

Unidade de medida: 52 - CONSELHO

Finalidade da ação: Desenvolver ações que viabilizem o bom funcionamento dos conselhos estaduais do idoso, dos direitos da criança e do adoelscente, da pessoa com deficiência, de participação e integração da comunidade negra, da mulher , dos direitos humanos, dos direitos difusos, bem como o fomento à implantação de conselhos municipais correlatos.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	7	700.000,00
Estadual	2000	4.315.260,00

JUSTIFICAÇÃO: Garantir recursos para a realização das conferências do idoso, da criança e do adolescente, bem como para o desenvolvimento das ações dos conselhos vinculados à subsecretaria de Direitos Humanos.

Justificativas das demais propostas aglutinadas:

A Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que ocorre de 2 em 2 anos, está marcada para 2011. A última conferência, ocorrida em 2009, não teve logística nem estrutura adequada, e houve vários problemas na sua realização.

Está prevista, para 2011, a realização da Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência, envolvendo 60 conselhos municipais e 800 municípios, sem a devida previsão orçamentária para tal. Além disso, o Conped necessita de recursos para o desenvolvimento de suas atividades básicas.

O Conselho foi criado pela Lei nº 18.251, em 2009, e ao analisar o PPAG não se identificou ação que garanta recursos para sua atuação em 2011.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.246/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Ivan Charles Fonseca Chebli (Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Implantação da rede de atenção às urgências e emergências da Macrorregião Sudeste/Região Mata.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

AÇÃO: 4638 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Regionalização	2011
----------------	------

	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	0	1.779.000,00
Central	2	151.572.000,00
Centro Oeste	0	4.910.000,00
Estadual	0	38.900.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	38.775.000,00
Mata	1	46.230.000,00
Noroeste de Minas	0	450.000,00
Norte de Minas	1	39.145.000,00
Rio Doce	0	8.170.000,00
Sul de Minas	0	15.539.000,00
Triângulo	0	4.105.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A atenção integral às urgências e emergências deve ser estruturada em redes regionalizadas e hierarquizadas. A fragmentação da atual rede não garante a universalização do acesso e a integralidade da atenção.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.247/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Mario Lucio Guerra (Instituição não informada) / Marconi Soares (Associação Beneficente e Assistencial Guaranense - ABAG (São João Nepomuceno)) / Francislene Pereira de Paula (Associação dos Cegos de Juiz de Fora (Juiz de Fora)) / Maurilio Carlos de Toledo (Câmara Municipal de Fronteira (Fronteira)) / Maurilio Carlos de Toledo (Câmara Municipal de Fronteira (Fronteira)) / Elias Esteves Alves (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí)) / Marilza Fátima de Souza (Arte e Saúde em Linhares (Juiz de Fora)) / Arcanjo Nunes dos Santos (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí)) / Artur Cândido Filho (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí)) / Marilza Fátima de Souza (Arte e Saúde em Linhares (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Recursos para aquisição de equipamentos para o Hospital São Vicente de Paulo, no Município de São Vicente de Minas (Região Sul).

Propostas aglutinadas:

Estruturação da Casa de Saúde HTO Hospitais Reunidos S A , localizado em Juiz de Fora.

Aquisição de equipamentos para a Clínica Oftalmológica da Associação dos Cegos de Juiz de Fora.

Ampliação do Hospital da ASCOMCER - Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Juiz de Fora (Hospital Maria José Baeta Reis), para abrigar uma torre de serviços (cozinha, refeitório, lavanderia, vestiários e área de manutenção).

Aquisição de equipamentos para a ASCOMCER - Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Juiz de Fora (Hospital Maria José Baeta Reis).

Disponibilizar recursos no valor de R\$150.000,00 para reformar e ampliar a Clínica Municipal de Fisioterapia do Município de Fronteira, região Triângulo.

Disponibilização de recursos no valor de R\$1.500.000,00 para reforma e ampliação da Unidade Mista de Saúde do Município de Fronteira.

Ampliar a meta física em 1 para o Jequitinhonha na Ação 4388 - Fortalecimento da rede municipal de saúde e redistribuir os recursos

financeiros.

Instalação de uma unidade de Pronto Atendimento no Município de Aracuaí.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE

AÇÃO: 4388 - FORTALECIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	6	4.052.603,00
Central	44	26.690.413,00
Centro Oeste	16	8.706.597,00
Jequitinhonha / Mucuri	14	10.105.204,00
Mata	42	19.723.818,00
Noroeste de Minas	1	6.075.092,00
Norte de Minas	14	11.427.402,00
Rio Doce	14	10.729.402,00
Sul de Minas	32	16.424.110,00
Triângulo	9	5.385.716,00

JUSTIFICAÇÃO: Melhoria do atendimento hospitalar nos municípios sede de micro ou de macroregião de saúde no Estado, com a construção de novas unidades, ampliação de área e de de serviços, bem como a equipagem nas unidades existentes.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.248/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Condicionar implantação de atividade minerária à agregação de valor ao produto.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 111 - GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES DO SETOR MINEROMETALÚRGICO

JUSTIFICAÇÃO: Estamos exportando minério bruto e importando aço e outros produtos siderúrgicos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.249/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Consolação Cifani da Conceição (Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliação da meta financeira da ação 4219.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 4219 - OPERACIONALIZAÇÃO DE CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	1.021.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Diante das novas atribuições para o CEAS, em virtude da NOB/Suas - 2010, de acompanhar e apoiar mais sistematicamente os conselhos municipais, fortalecendo-os no exercício do controle social, faz-se necessário um aporte maior de recurso nesta ação. Além disso, no próximo ano acontecerá a conferência estadual de assistência social, havendo necessidade, conforme legislação vigente, de se realizar fóruns regionais e custear a participação da sociedade civil, usuários, trabalhadores e representantes das entidades nesses fóruns e de garantir a participação da delegação de Minas na Conferência Nacional.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.250/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Jairo Furtado Toledo (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (Barbacena))

PROPOSTA: Criação de uma unidade específica nas dependências do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena - CHPB - para atender a grande demanda de pacientes dependentes químicos.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 133 - OBRAS PREDIAIS NA REDE FHEMIG

AÇÃO: 1239 - PROJETOS, CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DAS UNIDADES PREDIAIS DA REDE FHEMIG

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	7	19.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A unidade é referência em psiquiatria e possui corpo técnico específico para atender dependentes químicos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.251/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Domingos Sávio (Colegiado Gestores Municipais de Assist. Social MG - COGEMAS (Belo Horizonte)) / Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada) / Claudilene da Costa Ramalho (Secretaria M. de Desenvolvimento Social de Novo Cruzeiro (Novo Cruzeiro)) / Claudilene da Costa Ramalho (Secretaria M. de Desenvolvimento Social de Novo Cruzeiro (Novo Cruzeiro)) / Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Gladston de Andrade Figueiredo (Pastoral do Povo de Rua (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Fórum Est. Combate Trab. Infantil e Proteção ao Adolescente (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Fórum Est. Combate Trab. Infantil e Proteção ao Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Altera finalidade da ação 4236, incluindo ao final o seguinte texto: "com criação do piso de média complexid."

Aumentar o investimento do Estado em assistência social, principalmente, nos CRAS e CREAS, para construí-los, equipá-los e mantê-los em funcionamento.

Propostas aglut - Texto

Acrésc de R\$300.000,00 na ação 4236, com especific do objeto da emenda na LOA para " garantia do projeto específico para erradicação do trabalho infantil nos lixões, em articulação com o Programa Minas sem lixões", atendendo às regiões Norte de Minas e Jequit.

Acrésc de R\$250.000,00 na ação para promover atividades específicas da política para população de rua, inclusive articul, mobiliz e capacit de equipe e entidades, nas seguintes regiões: RMBH, Vale do Aço, Zona da Mata/Sul e Triângulo.

Acrésc de 300 mil reais, especificando na LOA "Desenvolvim do Programa de Ações Integradas e Referênciais de Enfrentam à Violência Sexual Infanto Juvenil no Território Brasileiro - PAIR".

R\$300.000,00 para o Plano Estadual de Promoção e Proteção à Convivência Familiar e Comunitária - Reordenamento dos Abrigos de Crianças e Adolescentes

Aumento do número de unidades cofinanciadas de CREAS nas regiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri.

Ampliar o investimento do Estado em instituições de acolhimento/abrigo para crianças, adolescentes e idosos.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 4236 - CO-FINANCIAMENTO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL

Finalidade da ação: CONCRETIZAR AÇÕES DE PROTEÇÃO ESPECIAL POR MEIO DO COFINANCIAMENTO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NA EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA (REDE SOCIOASSISTENCIAL), OFERTANDO SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS QUE POSSIBILITEM O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS QUE SOFRERAM VIOLAÇÃO DE DIREITOS DECORRENTES DE SITUAÇÃO DE ABANDONO, MAUS-TRATOS FÍSICOS E/OU PSÍQUICOS, ABUSO SEXUAL, SITUAÇÃO DE RUA, MIGRANTE, ENTRE OUTRAS, ASSEGURANDO A MANUTENÇÃO DOS CREAS, com criação do piso de média complexidade.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	6	378.510,00
Central	96	8.894.463,00
Centro Oeste	14	874.483,00
Estadual	44	2.163.717,00
Jequitinhonha / Mucuri	13	980.571,00
Mata	10	477.747,00
Noroeste de Minas	1	15.428,00
Norte de Minas	13	777.651,00
Rio Doce	9	588.181,00
Sul de Minas	9	470.666,00
Triângulo	12	1.139.345,00

JUSTIFICAÇÃO: A criação do piso de média complexidad possibilita intensificar a autonomia dos munic na efetivação dos recursos do Fundo, prevista no Suas.

Propostas aglutinadas - Justificativas:O investimento do Estado em assistência social é insuficiente, assim, a responsabilidade, nessa área, fica

para os governos federal e municipal. O Estado deve assumir o seu papel e financiar as ações de assistência social.

Especificação na LOA para que seja assegurada sua execução em 2011, pois está incluída em uma ação geral da proteção especial. Reitera-se a importância de diálogo com a Feam que executa o Programa.

Necessidade de capacitar a população em situação de rua, entidades e poder público em relação à política pública para a população de rua, nas 4 regiões onde foi identificada maior concentração

Especificação na LOA para que seja assegurada a sua execução em 2011, pois está incluída em ação genérica, que é da Proteção específica

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.252/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Consolação Cifani da Conceição (Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS (Belo Horizonte)) / Domingos Sávio (Colegiado Gestores Municipais de Assist. Social MG - COGEMAS (Belo Horizonte)) / Domingos Sávio (Colegiado Gestores Municipais de Assist. Social MG - COGEMAS (Belo Horizonte)) / Maria Rosângela Pinheiro Damásio (Conselho Regional do Serviço Social - CRESS 6ª Região (Belo Horizonte)) / Benice Nery Maia (Prefeitura Municipal de Itapajipe (Itapajipe)) / Dirlane Almeida da Silva Silveira (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Orlando Pereira da Silva (Prefeitura Municipal de Ninheira (Ninheira)) / Claudilene da Costa Ramalho (Secretaria M. de Desenvolvimento Social de Novo Cruzeiro (Novo Cruzeiro))

PROPOSTA: Acréscimo de meta financeira na ação 4234 na ordem de 2,5 milhões e alteração na finalidade para incluir "cofinanciamento para custeio de benefícios eventuais"

Propostas aglutinadas - Textos:

Inclusão de nova ação ao Programa 023 (proposta 27) - proposta 47 idem

Inclusão de ação a fim de garantir acesso das famílias de acampam e áreas de ocupação aos serviços da assist social

Construção de CRAS no Município de Itapajipe.

Ampliar espaço do CRAS do distrito de Ziliveldia, município de Berilo, para poder atender adequadamente a população

Construção de Cras na cidade de Ninheira.

Compra de equipamento para o Cras já existente em Novo Cruzeiro e para um novo Cras a ser instalado no Município

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 4234 - CO-FINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA

Finalidade da ação: PREVENIR SITUAÇÕES DE RISCOS ATRAVÉS DO COFINANCIAMENTO AOS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA (REDE SOCIOASSISTENCIAL) DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, OFERTANDO SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS CONTINUADOS QUE POSSIBILITAM A SOBREVIVÊNCIA, O ACOLHIMENTO, A CONVIVÊNCIA E A SOCIALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FRAGILIDADE DE VÍNCULOS e do cofinanciamento dos benefícios eventuais.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	2	119.280,00
Central	68	4.530.060,00
Centro Oeste	12	846.960,00
Estadual	1459	17.250.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	18	892.800,00

Mata	26	1.287.360,00
Noroeste de Minas	2	183.600,00
Norte de Minas	29	1.379.520,00
Rio Doce	16	819.600,00
Sul de Minas	20	838.080,00
Triângulo	10	690.480,00

JUSTIFICAÇÃO: Proposta discutida e aprovada em plenária do Ceas, que identificou a necessidade de garantir cofinanciamento dos benefícios eventuais, ampliando o número de municípios cofinanciados, atendendo à regulamentação dada pelo Ceas aos critérios de repasse aos municípios e respeitando o disposto na LOAS e no Decreto nº6.308/07, que regulamenta os benefícios eventuais.

Propostas aglut - Justificativas: A ampliação das metas físicas e financeiras se fazem necessárias pois os recursos destinados para essa ação, em 2010, foram suficientes para atender apenas 4 municípios.

No obj de estrutr dos CRAS e CREAS, verifica-se a necessidade de de investim em locomoção (veículo) com o fim de viabilizar vistas domiciliares, especialm a pessoas com deficiência e idosos. Necessid de construção deç CRAS em Itapagipe, o imóvel hoje é alugado. O CRAS do Mun de Berilo - Distr de Zeliveldia - está sendo usado como posto de saúde e é insuficiente para atender às demandas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.253/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Madalena Uemura Barbosa (Câmara Municipal de São Francisco de Sales (São Francisco de Sales)) / João da Silva Lima (Instituição não informada) / Marlon Moreira Barbosa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Antônio Reginaldo Martins Moreira (Câmara Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró)) / João Pereira dos Santos (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Joana Erinet Simões (Prefeitura Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró)) / João da Silva Lima (Instituição não informada) / Marlon Moreira Barbosa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Antônio Reginaldo Martins Moreira (Câmara Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró)) / João Pereira dos Santos (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Joana Erinet Simões (Prefeitura Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró)) / Madalena Uemura Barbosa (Câmara Municipal de São Francisco de Sales (São Francisco de Sales))

PROPOSTA: Construção do terceiro pavilhão do Hospital Nelson Jacinto Borges, no Município de São Francisco de Sales (Triângulo)

Propostas aglutinadas:

Construção de Hospital Municipal em Tupaciguara, com profissionais capacitados e equipamento técnico adequado.

Conclusão do hospital municipal que já está parcialmente construído com recursos federais e estaduais no Município de Iturama.

Garantir recursos para o Hospital Regional de Araçuaí para que o mesmo atenda urgência e emergência de todos os Municípios da microrregião.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

AÇÃO: 4308 - FORTALECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS HOSPITAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - PRO-HOSP

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	4	4.183.302,00
Central	34	45.557.224,00

Centro Oeste	8	8.265.324,00
Jequitinhonha / Mucuri	12	8.823.478,00
Mata	22	15.629.182,00
Noroeste de Minas	2	1.996.745,00
Norte de Minas	15	14.437.268,00
Rio Doce	13	11.815.371,00
Sul de Minas	19	16.280.519,00
Triângulo	7	9.515.587,00

JUSTIFICAÇÃO: Já estão construídos dois pavilhões, mas falta construir o terceiro para realizar pequenas cirurgias e partos.

Propostas aglutinadas - justificativa:

- Iturama é sede de microrregião de saúde, mas não tem hospital público para atender à população dos Municípios vizinhos.

- O Hospital Regional de Araçuaí atende a esse município e aos municípios de Berilo, Virgem da Lapa, Coronel Murta, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas e Itinga.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.254/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inclusão de assistentes sociais nas Equipes de Saúde da Família de forma integrada com o "Programa de Casa em Casa", a ser desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 49 - SAÚDE EM CASA

AÇÃO: 4334 - APOIO PROFISSIONAL À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 11399 - EQUIPE DE PSF APOIADA

Unidade de medida: 77 - EQUIPE

Finalidade da ação: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE POR MEIO DE INCENTIVOS PARA INCORPORAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS NAS EQUIPES DE PSF, incluindo, também, assistentes sociais, por meio de parceria com o Programa de Casa em Casa da Sedese.

JUSTIFICAÇÃO: Essa ação poderá integrar e articular as políticas de saúde e de assistência social.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.255/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Fernanda Fernandes de Britto Lyra (Fundação de Ensino Superior de Passos - FESP / UEMG (Passos))

PROPOSTA: Definir no PPAG orçamento para o Prouemg, especificamente para as unidades agregadas.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

AÇÃO: 4244 - BOLSAS A ALUNOS CARENTES DAS FUNDAÇÕES ASSOCIADAS À UEMG - PROUEMG

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	2121	1.191.389,00
Centro Oeste	5230	2.449.806,00
Mata	4035	1.146.661,00
Sul de Minas	6247	2.813.548,00
Triângulo	4279	2.398.596,00

JUSTIFICAÇÃO: Orçamento baixo devido a demanda.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.256/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Clemilda Aparecida Souza Faria (Instituto Educacional Profissionalizante (Iturama)) / Dalva Maria de Queiroz Tiago (Prefeitura Municipal de Carneirinho (Carneirinho)) / Clemilda Aparecida Souza Faria (Instituto Educacional Profissionalizante (Iturama)) / Ana Cristina Mendonça Vasconcelos Galina (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Frutal)) / Ivone Luiza de Macedo Moreira Silva (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Oferecer ensino médio profissionalizante, na região, voltado para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Propostas aglutinadas:

Intensificar cursos com números maiores de vagas para o Programa de ensino profissionalizante - PEP - na cidade de Iturama.

Levar o Instituto Educacional Profissionalizante - Iep - para o Município de Itapagipe, como parceiro do Estado.

Construir um centro educacional com cursos profissionalizantes na região de Carneirinho, no Triângulo Mineiro.

Criar o curso técnico profissionalizante de "cuidador de idoso".

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 18 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

AÇÃO: 4306 - ATENDIMENTO AO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

JUSTIFICAÇÃO: Incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, dando a elas e suas famílias oportunidade de melhoria de vida.

Propostas aglutinadas - Justificativas:

- Os cursos profissionalizantes proporcionam a capacitação do cidadão, preparando-o para o mercado de trabalho.

- Atender o princípio das políticas públicas de atenção à velhice, mantendo o idoso fora das instituições asilares. Promover a intergeracionalidade jovensXidosos. Proporcionar maior qualidade de vida aos que estão velhos e aos que vão envelhecer.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.257/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Ampliação do número de leitos de UTI na regional de saúde de Uberlândia.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 2 - SAÚDE INTEGRADA - LOGÍSTICA E APOIO AS REDES DE ATENÇÃO

AÇÃO: 4282 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL / PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA

JUSTIFICAÇÃO: Faltam leitos de UTI para atender os pacientes de Uberlândia e da região.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.258/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Cláudio Heleno Machado (Instituição não informada) / Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Prover, efetivamente, todas as unidades estaduais de ensino de instalações adequadas e próprias, principalmente as novas unidades criadas recentemente, assegurando o desenvolvimento institucional das mesmas e a qualidade do ensino que venham a oferecer, especialmente a escola estadual de ensino médio de Rochedo de Minas.

Construção de prédio próprio para a Escola Estadual Mário Sidney Franceschy, no Município de Araporã.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 180 - MELHORIA DO ENSINO MÉDIO

AÇÃO: 2036 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	2	2.500.000,00
Central	18	23.800.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	2	1.100.000,00
Mata	5	6.875.000,00
Noroeste de Minas	3	4.000.000,00
Norte de Minas	8	4.900.000,00
Rio Doce	2	2.000.000,00
Sul de Minas	4	2.700.000,00
Triângulo	5	6.875.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A E. E. de Ensino médio de Rochedo de Minas foi criada em janeiro de 2009, mas permanece compartilhando precariamente o patrimônio estadual com a escola municipal "Dr. Augusto Glória" que, por sua vez, encontra-se no uso do patrimônio estadual desde quando ocorreu o processo de municipalização do ensino fundamental. Precisamos de instalações próprias para assegurar a continuidade de nossas

atividades e atingir melhor qualidade no serviço que prestamos à comunidade.

A escola necessita de espaço próprio, pois utiliza a estrutura de escola pública municipal. Com a aprovação, irá ocupar terreno, cedido pela Prefeitura Municipal em 2008, localizado ao lado do Centro Municipal de Educação Infantil Erotildes Silva Menezes, necessitando de espaço próprio.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.259/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criação da Coordenadoria do Idoso por meio de inclusão de ação destinada à promoção dos Direitos do Idoso, no programa desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos, com aporte inicial de recurso na ordem de R\$2.000.000,00.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: 1 - Promoção dos Direitos do Idoso

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 10167 - ATENDIMENTO REALIZADO

Unidade de medida: 22 - ATENDIMENTO

Finalidade da ação: Promover e articular as políticas públicas para o Idoso e o envelhecimento saudável.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual		2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A população de idosos é a que mais cresce, segundo dados do IBGE, e, a partir de 2030, será a de maior número, no país. Minas Gerais conta com, aproximadamente, 2 milhões de idosos. A coordenadoria trabalhará, não somente o idoso atual, mas desenvolverá ações para o envelhecimento saudável.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.260/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Edilson Marra (Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Regularizar a situação física dos imóveis, adaptar os existentes e ampliar a estrutura física com a construção de unidades próprias em Belo Horizonte.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

AÇÃO: 1 - Ampliação da estrutura física da Uemg

Unidade: 2351 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produto: 11070 - PRÉDIO CONSTRUÍDO.

Unidade de medida: 207 - UNIDADE

Finalidade da ação: Construir campi da Uemg, visando adequar a estrutura física e otimizar os serviços prestados.

Regionalização	2011
----------------	------

	M. Física	M. Financeira
Estadual	2	9.000.000,00

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.261/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Construção de um Posto Fiscal na BR-153 na saída para Itumbiara - GO.

ÁREA DE RESULTADO: 13 - Qualidade Fiscal

PROGRAMA: 17 - EFICIÊNCIA TRIBUTÁRIA E SIMPLIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO: Aumentar a arrecadação de tributos e diminuir a sonegação.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.262/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Aparecida Moraes Mendes (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte))

PROPOSTA: acrescenta R\$1.000.000,00 na ação 4237, com inclusão na finalidade "e implantar a NOB-RH" e ampliação da meta física para 853 municípios.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 4237 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

Finalidade da ação: FORTALECER E APRIMORAR A GESTÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS NOS MUNICÍPIOS MINEIROS e implantar a nob-rh.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	853	1.626.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A NOB-RH está em execução pela União/MDS com controle social do CNAS. Entretanto, Minas Gerais encontra-se bastante atrasado nessa execução, o que compromete o desenvolvimento da NOB, com consequências para a consolidação do Suas no Estado. Em relação a RH, o PPAG propõe apenas capacitação, daí a necessidade de incluir outras atividades relativas à implementação da NOB-RH.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.263/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Luiz Carlos Carvalho Oliveira (Central Única dos Trabalhadores - CUT- MG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar a ação 1042, apoio à comercialização por meio de feiras de economia popular solidária, que foi excluída na revisão do PPAG- Exercício 2011, com as mesmas metas físicas, financeiras e nas mesmas regiões.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

AÇÃO: 1 - APOIO À COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DE FEIRAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 11105 - FEIRA REGIONAL INSTALADA

Unidade de medida: 755 - FEIRA REGIONAL

Finalidade da ação: INSTALAR FEIRAS REGIONAIS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E PROMOVER A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS, BEM COMO APOIAR OS FÓRUMS REGIONAIS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO ESTADO.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	1	35.000,00
Central	1	35.000,00
Centro Oeste	1	35.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	35.000,00
Mata	1	35.000,00
Noroeste de Minas	1	35.000,00
Norte de Minas	1	35.000,00
Rio Doce	1	35.000,00
Sul de Minas	1	35.000,00
Triângulo	1	35.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Esta ação encontra fundamento na Lei nº 15.028 de 2004, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais - PEFEPS.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.264/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Santuza Abras (Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criação de norma jurídica específica para o ensino superior estadual.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

JUSTIFICAÇÃO: Especificidade das universidades que têm exigências do MEC diferentes das outras instituições públicas mineiras.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.265/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Miriam Ester Soares (Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Retomar a inserção da agricultura orgânica no PPAG por meio da expressão "inclusive orgânico" na finalidade da Ação 1047 - Certificação do Café - Emater

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 50 - CERTIFICA MINAS

AÇÃO: 1047 - CERTIFICAÇÃO DO CAFÉ - EMATER

Finalidade da ação: IDENTIFICAR AS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE CAFÉ, inclusive orgânico, VISANDO À RASTREABILIDADE, MANUTENÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DOS CAFÉS MINEIROS; MANUTENÇÃO E CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS POR MEIO DA QUALIDADE; MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS EMPREGOS GERADOS E APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS APPS, RESERVAS LEGAIS E MANEJO ADEQUADO DE SOLO.

JUSTIFICAÇÃO: Apoio ao desenvolvimento da agricultura orgânica.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.266/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Jacqueline Míriam Maciel Junqueira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Acréscimo de R\$500.000,00 à ação 1140, com especificação do gasto na LOA para capacitação de gestores e demais atores na área de segurança alimentar e nutricional para alimentação escolar.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 732 - SEGURANÇA ALIMENTAR

AÇÃO: 1140 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL - CRESANS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	1.000,00
Estadual	0	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Grande necessidade de capacitação de gestores e atores de SAN em atenção à lei nº 11.947/2009, da alimentação escolar.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.267/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Henrique de Moura Faria (Instituto de Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Hu (Belo Horizonte)) / Guilherme Romeros da Fonseca (Instituto de Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Hu (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Realizar diagnóstico de implementação das políticas públicas que garantam o DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada no âmbito do Estado de Minas Gerais, visando conhecer os resultados alcançados e seus impactos na vida da população dos 853 municípios mineiros e identificar as entidades sociais que trabalhem com o DHAA, bem como capacitar suas lideranças em especial nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 732 - SEGURANÇA ALIMENTAR

AÇÃO: 1 - Avaliação e monitoramento da implementação de políticas públicas de garantia ao DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 2135 - MUNICÍPIO ACOMPANHADO E AVALIADO

Unidade de medida: 140 - MUNICÍPIO

Finalidade da ação: Realizar diagnóstico de implementação das políticas públicas que garantam o DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada no âmbito do Estado de Minas Gerais, visando conhecer os resultados alcançados e seus impactos na vida da população dos 853 municípios mineiros, bem como capacitar lideranças, em especial nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	833	800.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	10	200.000,00
Norte de Minas	10	200.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Com base na lei estadual n. 15.982 de 2006, que dispõe sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, que CONSISTE, EM LINHAS GERAIS, NO DIREITO SUBJETIVO PÚBLICO DE ACESSO PERMANENTE, REGULAR E IRRESTRITO, A ALIMENTOS ADEQUADOS E SEGUROS, e no decreto n. 45.488 de 2010, procura-se fazer levantamento das entidades e ações que promovam o DHAA na região do Norte Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri e promover capacitação de suas lideranças. A inclusão dessas regiões se justifica pela baixa dinâmica econômica, em contraste ao grande potencial cultural e criativo por parte da população. Foram criadas diversas formas de organização para superar desafios específicos do semiárido mineiro, com a finalidade de superação da desigualdade social e regional.

TORNA-SE NECESSÁRIA A CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO DHAA, PARA CONHECER OS RESULTADOS E IMPACTOS NA VIDA DA POPULAÇÃO O ESTADO DE MINAS GERAIS.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.268/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Santuza Abras (Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alteração da natureza do Programa 140 de associado para ESTRUTURADOR.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

JUSTIFICAÇÃO: Importância das instituições de ensino superior como projetos estratégicos para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.269/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Jairo Furtado Toledo (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (Barbacena)) / Jairo Furtado Toledo (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (Barbacena)) / Jairo Furtado Toledo (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (Barbacena))

PROPOSTA: Adaptar um pavilhão do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena/Fhemig para abrigar um centro de convenções - espaço multiuso, para a região.

Propostas aglutinadas - Textos:

Resgatar a história da loucura em Barbacena, promovendo adequação digna ao antigo cemitério onde foram sepultados mais de 60 mil pacientes.

Transformação de um espaço em uma área de educação ambiental e cultivo de plantas, flores e rosas, características da cidade, além de uma área de lazer.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 16 - TURISMO COMPETITIVO EM MINAS GERAIS

AÇÃO: 4323 - ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	2	14.745.000,00
Estadual	0	0,00
Noroeste de Minas	7	179.375,00
Norte de Minas	9	230.625,00

JUSTIFICAÇÃO: A região de Barbacena é carente de infraestrutura para realização de eventos de médio porte nas áreas de educação, cultura e negócios. A transformação do referido pavilhão em um centro de convenções, dispo de auditório com capacidade entre 1000 e 1200 lugares, bem como de três salas com 200 lugares, seria de grande importância para a região.

Propostas aglutinadas - Justificativas:

O Cemitério N. Sra. da Paz, desativado há mais de 20 anos, foi construído para atender ao antigo Hospital Colônia de Barbacena. A requalificação da área, por meio do Memorial das Rosas, irá unir dois elementos simbólicos importantes para a história da cidade: as rosas e a loucura.

Resgate de uma atividade que caracteriza a cidade de Barbacena: a cultivo das rosas e promoção da educação ambiental por meio dessa atividade, bem como proporcionar a população em uma área pública de lazer.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.270/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Realização de concurso público para profissionais afins ao atendimento à rede pública do ensino médio profissionalizante, para garantir a qualidade da educação e resultados dos alunos.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 18 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

JUSTIFICAÇÃO: O Estado privatizou o ensino médio profissionalizante e não propôs ações de garantir, em seus quadros, profissionais qualificados para o atendimento à demanda do ensino médio profissionalizante.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.271/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Albano Silveira Machado (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Maria das Dôres Almeida (Pastoral da Criança (São Francisco)) / Carlindo Dourado Souza (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí)) / Itamar Alves de Souza (Ascopi (Itaobim)) / Elias Esteves Alves (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí))

PROPOSTA: Construção de barragem no Rio Gravatá, no Município de Araçuaí. (alterar: Jequitinhonha /Mucuri - 19 unidades - R\$2.762.228)

Propostas aglutinadas:

a) Criar uma ação para viabilizar a construção de uma barragem no Rio Piauí, no Município de Araçuaí.

b) Promover a construção de cisternas e reservatórios em 21 Municípios do Norte de Minas, Médio São Francisco - Municípios estes que se encontram fora do Semi-Árido Legal.

c) Incluir nas ações de construção de barragens e reservatórios, que seja contemplado o Município de Berilo

d) Construir mais barragens, especialmente no Alto Jequitinhonha (Meta Física - 60 unidades)

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: 1043 - CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE AGUA NO SEMIÁRIDO MINEIRO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	33	4.697.418,00
Norte de Minas	27	3.643.342,00

JUSTIFICAÇÃO: Nas proximidades do Rio Gravatá existem povoados e distritos que utilizam a água do rio para abastecimento (aproximadamente 10.000) pessoas. Sem investimento o Município não consegue levar água para essa população.

Devido ao aumento das secas o rio Piauí, Araçuaí secou em 2005, deixando aproximadamente 2.000 famílias sem água, o que somam 6.000 pessoas

O Município de Berilo está precisando muito de barragens e reservatórios.

Desmatamento e monocultura do eucalipto causam redução da água. É preciso construir mais reservatórios no Alto Jequitinhonha.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.272/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Pericles Antônio Mattar de Oliveira (Fundação Israel Pinheiro (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Promover a regularização fundiária de assentamentos precários irregulares identificados nos 18 municípios que já possuem Planos de Regularização Fundiária contratados pela Sedru e já concluídos ou em fase de conclusão pela Fundação Israel Pinheiro.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 47 - RMBH

AÇÃO: 1 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Unidade: 1471 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

Produto: 10087 - TÍTULO CONCEDIDO

Unidade de medida: 201 - TÍTULO

Finalidade da ação: IMPLEMENTAR PLANOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA POR MEIO DA CONCESSÃO DE TÍTULOS.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	2000	1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Dar continuidade às ações de Regularização Fundiária para fins de titulação com vistas à inclusão social e dinamização econômica.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.273/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar o texto e a finalidade da Ação 1276 para:

Ação: Implementação de atividades de ensino voltadas para a qualidade da atuação da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e da Defensoria Pública.

Finalidade: Realizar atividades de capacitação voltadas para Policiais Militares, Policiais Cíveis, Bombeiros e Defensores Públicos, tendo em vista ampliar a sua motivação e preparação a fim de prestarem serviços de qualidade à sociedade mineira.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 5 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: 1276 - IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENSINO VOLTADAS PARA A QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL

Novo nome: Implementação de atividades de ensino voltadas para a qualidade da atuação da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e da Defensoria Pública.

Produto: Servidor, Agente Comunitário e Defensor Público capacitado

Finalidade da ação: REALIZAR ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO VOLTADAS PARA PROFISSIONAIS da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e Defensoria Pública, TENDO EM VISTA AMPLIAR A SUA MOTIVAÇÃO E PREPARAÇÃO A FIM DE PRESTAREM SERVIÇOS DE QUALIDADE À SOCIEDADE MINEIRA.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1280	2.408.741,00

JUSTIFICAÇÃO: Incluir o Defensor Público nas atividades de capacitação voltadas para profissionais do Sistema de Defesa Social.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.274/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Carlindo Dourado Souza (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí)) / Maria José do Amaral Maia (Câmara Municipal de Sarzedo (Sarzedo)) / Maria José do Amaral Maia (Câmara Municipal de Sarzedo (Sarzedo))

PROPOSTA: AMPLIAR AS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DA AÇÃO 4208-REDE VIVA VIDA, NA REGIÃO DOS VALES JEQUITINHONHA/MUCURI, A FIM DE CONTEMPLAR O MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ COM A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO VIVA VIDA.

Proposta aglutinada: COSTRUÇÃO DE ESPAÇO PARA MATERNIDADE, CLÍNICA DA MULHER E SALAS ESPECIALIZADAS PARA ATENDIMENTO DE TODOS, NO MUNICÍPIO DE SARZEDO. Justificativa (GRANDES DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA POPULAÇÃO DE SARZEDO PARA OBTER ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL.)

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

AÇÃO: 4208 - REDE VIVA VIDA

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 11397 - CENTRO IMPLANTADO/MANTIDO

Unidade de medida: 44 - CENTRO

Regionalização	2011
----------------	------

	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	2	7.574.768,00
Central	4	20.626.893,00
Centro Oeste	3	4.931.101,00
Jequitinhonha / Mucuri	4	9.048.500,00
Mata	6	20.428.035,00
Noroeste de Minas	0	0,00
Norte de Minas	5	8.841.848,00
Rio Doce	1	5.820.357,00
Sul de Minas	3	9.265.539,00
Triângulo	1	1.968.821,00

JUSTIFICAÇÃO: APESAR DE RECEBER PACIENTES REFERENCIADOS DE OUTROS MUNICÍPIOS DA REGIÃO, ARAÇUAÍ AINDA NÃO DISPÕE DE UM SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.275/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Garantir aos alunos concluintes do Poupança Jovem acesso gratuito aos cursos de educação profissional em todas as regiões do Estado.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 33 - POUPANÇA JOVEM

Objetivo do programa: Articular o Programa Poupança Jovem na rede estudantil ao Programa Educação Profissional.

JUSTIFICAÇÃO: O Poupança Jovem ainda não está articulado na rede pública estadual, aos programas de educação profissional, quando concluintes do curso.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.276/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ariane Marques Leite (Secretaria de Estado de Saúde - SES (Belo Horizonte))

PROPOSTA: INCLUSÃO DE PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE FISIOTERAPIA, EDUCAÇÃO FÍSICA, PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA PARA ATENÇÃO AO IDOSO COMUM NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

AÇÃO: 1 - VIDA NA MELHOR IDADE

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 11026 - EQUIPE IMPLANTADA

Unidade de medida: 77 - EQUIPE

Finalidade da ação: IMPLANTAR E MANTER EQUIPE MULTIPROFISSIONAL CAPACITADA PARA ATENÇÃO AO IDOSO COMUM, A FIM DE ADEQUAR A OFERTA E A QUALIDADE DE CUIDADOS SECUNDÁRIOS E TERCIÁRIOS, OBSERVADA A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	50	7.000.000,00
Mata	10	1.400.000,00
Norte de Minas	15	1.750.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O AÇÃO "MAIS VIDA" ESTÁ VOLTADA PARA ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DO IDOSO FRÁGIL, O QUE REDUZ O PÚBLICO-ALVO.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.277/2010

(Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarise Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: criação de um programa que disponibilize renda para famílias que não têm meios para garantir sua sobrevivência e cujos membros não estão qualificados para o mercado de trabalho.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 1 - Transferência de renda para famílias com pessoas desempregadas

Área de resultado: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Objetivo do programa: garantir renda às famílias que não têm renda para garantir sua subsistência e cujos membros não estão qualificados para o mercado de trabalho.

JUSTIFICAÇÃO: A criação desse programa visa a prevenir e combater a prostituição e o envolvimento das pessoas com o tráfico de drogas e a violência. Pode ser executado por meio de parcerias com o governo federal, as ONGs de utilidade pública municipal, estadual e federal e com a sociedade civil.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.278/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Estabelecer imediatamente convênio com o FNDE para programas de formação de professores da educação básica garantindo ao acesso com bolsas e autorização por meio de licenças de formação.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 18 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

Objetivo do programa: Garantir a formação profissional dos docentes da rede pública ao nível da exigência prevista na LDBE e Lei do Fundeb.

JUSTIFICAÇÃO: O Estado não aderiu a programas do MEC de formação de professores para o ensino fundamental (PROFOR) e educação infantil

(PROINFANCIA), gratuitos e existentes na oferta de programas federais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.279/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar as vagas do Promedio na rede pública do Estado, para todos os alunos em idade escolar específica e para os alunos fora de faixa, através de modalidades de EJA, com maior orçamento para o ensino médio.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 37 - PROMÉDIO - MELHORIA DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO ENSINO MÉDIO

Objetivo do programa: Garantir a oferta pública gratuita de matrículas do ensino médio, segundo a prioridade de atendimento prevista na LDBE para os entes estaduais.

JUSTIFICAÇÃO: O Estado não atende a elevada demanda de alunos do Estado pelo ensino médio, devido aos baixos valores orçados para esse nível de ensino.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.280/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Marconi Soares (Associação Beneficente e Assistencial Guaranesense - ABAG (São João Nepomuceno))

PROPOSTA: Acréscimo de meta física e financeira na ação 1154 - capacitação de público beneficiário, para atender a região Mata, por meio de cursos e aquisição de maquinário na área agrícola.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: 1154 - CAPACITAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	190	15.840,00
Central	1070	89.250,00
Centro Oeste	200	16.700,00
Jequitinhonha / Mucuri	525	43.800,00
Mata	1120	392.750,00
Noroeste de Minas	105	8.750,00
Norte de Minas	775	64.920,00
Rio Doce	615	51.300,00

Sul de Minas	1070	88.840,00
Triângulo	340	27.850,00

JUSTIFICAÇÃO: Promover a população por meio de capacitação visando a empregabilidade na agricultura familiar.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.281/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Simone Alverenga Borja (Assoc. Conserv. Ambiental Serra da Calçada - Arca Amaserra (Belo Horizonte)) / Aline Cardoso Arantes (Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte)) / Francisco Mourão Vasconcelos (Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar a meta (física) de regularização fundiária das unidades de conservação de 10.000ha para 50.000ha (cincoenta mil hectares).

Proposta aglutinada:

Ampliar para 100.000ha as áreas previstas para regularização fundiária e criação de unidades de conservação, Ação 1058, e aglutinar a ela a Ação 1059 (EFETIVAÇÃO DO USO PÚBLICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO)

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1058 - CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	50000	1.260.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Considerando que existem 325.000ha a serem regularizados em Unidades de Conservação já criadas e previsão de 120.000ha para criação de novas U.C., a regularização prevista de 10.000ha por ano é insignificante.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.282/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Leonário Rosa da Silva Felix (Instituição não informada)

PROPOSTA: Aumentar a meta financeira da Ação 4643, apoio aos empreendimentos de economia popular solidária, em pelo menos 38% para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

AÇÃO: 4643 - APOIO AOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	40	57.736,00
Central	56	80.000,00

Centro Oeste	40	57.736,00
Jequitinhonha / Mucuri	40	57.736,00
Mata	40	57.736,00
Noroeste de Minas	40	57.736,00
Norte de Minas	40	57.736,00
Rio Doce	40	57.736,00
Sul de Minas	40	57.736,00
Triângulo	40	57.736,00

JUSTIFICAÇÃO: O aumento de recursos financeiros é importante para inserir maior número de famílias que necessitam de uma fonte de renda ou que buscam complementá-la.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.283/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Aparecida Rita de Cássia Vitorino Coelho dos Santos (CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Ouro Preto))

PROPOSTA: Proponho que ao se inscrever o jovem, ele tenha até seis meses para ter seus documentos em mãos, do contrário ele perde a oportunidade de participação.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 33 - POUPANÇA JOVEM

JUSTIFICAÇÃO: Qualquer jovem de mais de 16 anos hoje, pode e deve correr atrás de seu objetivo. Se a situação social do jovem for de miséria, o assistente social que o acompanha saberá como ajudá-lo, se não isto deverá ser sua responsabilidade.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.284/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ariane Marques Leite (Secretaria de Estado de Saúde - SES (Belo Horizonte))

PROPOSTA: CRIAR AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE MÓDULO DE TRANSPORTE ESPECIAL PARA ATENDIMENTO A DEPENDENTES QUÍMICOS, ENCAMINHANDO-OS A COMUNIDADES TERAPÊUTICAS.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 2 - SAÚDE INTEGRADA - LOGÍSTICA E APOIO AS REDES DE ATENÇÃO

AÇÃO: 1 - TRANSPORTE DE DEPENDENTES QUÍMICOS

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 10816 - MÓDULO IMPLANTADO

Unidade de medida: 135 - MÓDULO

Finalidade da ação: IMPLANTAR MÓDULO DE TRANSPORTE ESPECIAL PARA ATENDIMENTO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	1.500.000,00
Sul de Minas	1	1.500.000,00
Triângulo	1	1.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O TRANSPORTE DE DEPENDENTES QUÍMICOS É UM PROBLEMA COMUM À SAÚDE PÚBLICA E À DEFESA SOCIAL, CUJA SOLUÇÃO DEPENDE DE AÇÕES DO ESTADO.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.285/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Rodrigo Ribas (Instituição não informada) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Destinar R\$ 20.000.000 de recursos ordinários para a execução do Programa Bolsa Verde e garantir que o IEF e a Emater atuem na operacionalização do programa.

Proposta aglutinada:

Alterar finalidade da Ação 1061 BOLSA VERDE - FHIDRO, acrescentando a expressão "priorizando a conservação de nascentes e matas ciliares".

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1061 - BOLSA VERDE - FHIDRO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	0	0,00
Estadual	70	28.515.636,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Sul de Minas	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: O pagamento por serviços ambientais é um círculo virtuoso de garantia da qualidade ambiental e reconhecimento do protagonismo dos agricultores familiares e produtores rurais no processo.

Priorizar a ampliação da disponibilidade hídrica.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.286/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Nilvânia Luiz Guimarães Barbosa (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa)) / Maria Alice da Silva (Frente de

PROPOSTA: Ampliação de Recursos da Ação 1214 - Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos e de Atividades Físicas.

Proposta 112: Construção e um centro poliesportivo no bairro Santa Cecília de Juiz de Fora.

Proposta 295: Inclusão na ação 1214 - Ampliação e reestruturação de espaços esportivos e de atividades físicas de construção de vestiário e melhorias no campo de futebol do Distrito de Santa Cruz, Município de Monte Belo.

Proposta 321: Apoio financeiro para efetivar melhorias nos campos de futebol no povoado do Cansanção e nas comunidades rurais do Cafundó e Lagoa da Manga em Virgem da Lapa. Valor: 90.000,00.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: 1214 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE ATIVIDADES FÍSICAS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	3	973.657,37
Central	24	7.789.258,97
Centro Oeste	18	5.841.944,23
Jequitinhonha / Mucuri	5	1.622.762,28
Mata	9	2.920.972,11
Noroeste de Minas	2	649.104,91
Norte de Minas	11	3.570.077,03
Sul de Minas	28	9.087.468,80
Triângulo	9	2.920.972,11

JUSTIFICAÇÃO: Houve redução expressiva de metas físicas e financeiras para 2011, apesar da execução orçamentária de apenas 22% até agosto de 2010. A redução de recursos é de 98%, apesar da meta física proposta não ter sido executada em 2010 (de 154, apenas 46 espaços foram reconstruídos até agosto).

Para o combate direto à drogas e incentivos a jovens, crianças, idosos e portadores de deficiência, sob a importância da atividade

A área é uma das únicas oportunidades de esporte e lazer dos jovens na região. Funciona como uma forma de prevenção às drogas e socialização comunitária.

No povoado e comunidades acima mencionados acontece anualmente o campeonato rural de futebol, e os mesmos se encontram em situação precária, além de serem utilizados pelas escolas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.287/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Inaina dos Santos Germanos (Instituição não informada) / Marilza Fátima de Souza (Arte e Saúde em Linhares (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Acrécimo 10 unidades às metas físicas e de R\$100.000,00 às metas financeiras na ação 4461 para promover capacitação dos artesões e apoio à realização de feiras, na região Mata.

Proposta aglutinada:

Fomentar a geração de emprego e renda na comunidade carente de Juiz de Fora, por meio de cursos de artesanato, aquisição de material e da promoção de feiras.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 157 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO EM MINAS GERAIS

AÇÃO: 4461 - QUALIFICAÇÃO DO ARTESANATO MINEIRO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	126	60.000,00
Mata	10	100.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de geração de emprego e renda nas áreas de maior vulnerabilidade de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.288/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Edílson Correa de Moura (INSTITUTO RESPIRAÇÃO (Contagem))

PROPOSTA:

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE FÁBRICA DE MEDICAMENTOS PARA OS PROGRAMAS DE ASMA E DPOC NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 159 - DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO E ENTREGA DE MEDICAMENTOS E IMUNOBIOLOGICOS

AÇÃO: 1 - CONSTRUÇÃO DE FÁBRICA DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO E CONTROLE DE ASMA E DPOC

Unidade: 2261 - FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS

Produto: PRÉDIO CONSTRUÍDO/MANTIDO

Unidade de medida: 164 - PRÉDIO

Finalidade da ação: CONSTRUIR E MANTER FÁBRICA DE MEDICAMENTOS VISANDO O ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS DE TRATAMENTO E CONTROLE DE ASMA E DPOC NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ESTADO.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	40.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO:

ESTUDOS DE PREVALÊNCIA INDICAM QUE 10 A 20% DA POPULAÇÃO TEM ASMA E 15% TEM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA - DPOC. A ASMA É A TERCEIRA CAUSA DE INTERNAÇÃO NO SUS, ATINGINDO GASTOS DE CERCA DE 100 MILHÕES/ANO NO BRASIL. ALÉM DISSO, 6 PESSOAS MORREM POR ASMA A CADA DIA NO BRASIL POR FALTA DE TRATAMENTO ADEQUADO E DIFÍCIL ACESSO AOS MEDICAMENTOS.

POR SUA VEZ, A DPOC É A QUARTA CAUSA DE ADOECIMENTO E MORTALIDADE NO MUNDO E O CUSTO MENSAL PARA ADQUIRIR OS MEDICAMENTOS É DE APROXIMADAMENTE R\$60,00/MÊS PARA OS CASOS MODERADOS DA DOENÇA.

UMA VEZ QUE TODA A PRODUÇÃO MUNDIAL DE MEDICAMENTOS PARA AS REFERIDAS DOENÇAS ESTÃO CONCENTRADAS EM GRANDES INDUSTRIAS - O QUE TEM ELEVADO MUITO O PREÇO FINAL PARA OS PACIENTES - A PRODUÇÃO DESSES REMÉDIOS PELA FUNED PODERÁ ASSISTIR E GARANTIR O ACESSO E O USO CORRETO DOS MEDICAMENTOS A MAIS DE 10 MILHÕES DE PESSOAS.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.289/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Alterar:

a finalidade da ação, incluindo em seu texto a capacitação dos Policiais Civis e Militares, dos Bombeiros e dos Defensores Públicos;

o produto, incluindo-se o Defensor Público capacitado.

Ampliar as metas física (de 2.380 para 3.660) e financeira (de 2.426.400 para 4.902.994) da ação.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 5 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: 1277 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO, PREVENÇÃO ATIVA E SEGURANÇA CIDADÃ

Produto: Servidor, Agente Comunitário e Defensor Público capacitado.

Finalidade da ação: PROMOVER ATIVIDADES FOCADAS NA CONSOLIDAÇÃO DA FILOSOFIA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO, PREVENÇÃO ATIVA E SEGURANÇA CIDADÃ, A FIM DE VIABILIZAR MAIOR INTERAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E O SISTEMA DE DEFESA SOCIAL, COM APOIO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE

SEGURANÇA PÚBLICA (CONSEPS), REDUZINDO A SENSACÃO SUBJETIVA DE INSEGURANÇA, capacitando os Policiais Civis e Militares, Bombeiros e Defensores Públicos.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	3660	4.902.994,00

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de capacitar os Defensores Públicos na mediação de conflitos, a fim de fortalecer a atuação extrajudicial e a atuação do Defensor como agente de transformação social.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.290/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Francisco Mourão Vasconcelos (Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: (RE)incluir a Ação 4054 (MONITORAMENTO ELETRONICO DO TRANSPORTE DO CARVAO VEGETAL)

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1 - MONITORAMENTO ELETRONICO DO TRANSPORTE DO CARVAO VEGETAL

Unidade: 2101 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Produto: 10854 - VEÍCULO MONITORADO

Unidade de medida: 213 - VEÍCULO

Finalidade da ação: MONITORAR ELETRONICAMENTE O TRANSPORTE DO CARVÃO VEGETAL, VISANDO A INTENSIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO E CONSUMO DO CARVÃO VEGETAL.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	100	10.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O monitoramento eletrônico do transporte de carvão vegetal é um mecanismo fundamental para o controle integrado da cadeia de produção, transporte e consumo de do carvão vegetal. Atrasar os procedimentos para o controle eficaz da atividade é estimular o desmate clandestino, ampliando as consequências em termos de perda de biodiversidade e outros impactos ambientais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.291/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar o objetivo do Programa 018 - Ensino médio profissionalizante - e a finalidade da Ação 4306 - Atendimento ao ensino médio profissionalizante.

Proposta 93: Retirar da finalidade da Ação 4306 - Atendimento ao ensino médio profissionalizante - a expressão "e apoiar a formação e capacitação profissional de educadores da educação infantil".

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 18 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

Área de resultado: 2 - Protagonismo Juvenil

Objetivo do programa: Assegurar PARA OS ALUNOS em idade escolar DO ENSINO MÉDIO, em todas as regiões do Estado, AS OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO, A PARTIR DE DIAGNÓSTICO SOBRE O PERFIL E AS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO DOS ALUNOS E DO MERCADO, onde moram .

JUSTIFICAÇÃO: Ampliar o acesso a todos os alunos em idade.

Qualificar o objetivo profissional focado no ensino médio especialmente.

Retirar a formação dos professores de educação infantil do objetivo do programa e da finalidade da ação, realocando, conforme a LDB, para programa de formação com nível superior garantido.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.292/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Sebastião Dias Mendonça (Câmara Municipal de Guarani (Guarani)) / Ubiratã Pinto Cerqueira (Sind. dos Trab. em Telecomunicações de M.G. - SINTTEL-MG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir, no currículo escolar, a disciplina "prevenção ao uso de drogas".

Proposta aglutinada:

Ampliar o programa de combate às drogas, através do esclarecimento direto do assunto dentro do programa de ensino.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 180 - MELHORIA DO ENSINO MÉDIO

AÇÃO: 4189 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

JUSTIFICAÇÃO: Proteção da saúde e da vida dos adolescentes, alertando-os sobre os problemas advindos do uso das drogas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.293/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Ampliação das metas físicas e financeiras da Ação 1215 - Criação e Consolidação de Polos de Desenvolvimento do Esporte.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: 1215 - CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	112	44.800,00
Central	408	163.200,00
Centro Oeste	171	68.400,00
Mata	254	101.600,00
Norte de Minas	122	48.800,00
Sul de Minas	651	260.400,00
Triângulo	282	112.800,00

JUSTIFICAÇÃO: Houve redução proposta em 2011 de 12,15% dos recursos, apesar da boa execução orçamentária até agosto de 2010.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.294/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Maurilio Carlos de Toledo (Câmara Municipal de Fronteira (Fronteira)) / Daniel dos Reis (Instituição não informada)

PROPOSTA: Fornecer R\$150.000,00 para a manutenção dos cursos profissionalizantes de elétrica e solda da Escola Estadual João Kopke (convênio com o Município de Fronteira).

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 18 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

AÇÃO: 4306 - ATENDIMENTO AO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

JUSTIFICAÇÃO: Devido a realização desses cursos, serão necessários recursos para a manutenção dos mesmos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.295/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Fórum Est. Combate Trab. Infantil e Proteção ao Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Acréscimo da meta física e financeira tendo em vista as Olimpíadas 2016.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO

AÇÃO: 4123 - BOLSA-ATLETA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	300	2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A bolsa-atleta foi aprovada através da lei. Portanto há que garantir recursos para o incentivo aos atletas que se destacam na sua modalidade esportiva.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.296/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Ações fiscais para atração de novas indústrias e estabelecimentos comerciais para o Município de Araporã.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 40 - PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DAS EMPRESAS-ÂNCORAS

JUSTIFICAÇÃO: Araporã perde várias oportunidades de atrair novas empresas devido aos incentivos concedidos pelo Estado de Goiás.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.297/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Disseminar o Centro de Juventude de Minas Gerais, implantando-o nas demais regiões do Estado

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 58 - CENTRO DA JUVENTUDE DE MINAS GERAIS - PLUG MINAS

AÇÃO: 1 - Implantação de Centros de Referência da Juventude

Unidade: 1271 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Produto: 10288 - CENTRO IMPLANTADO

Unidade de medida: 207 - UNIDADE

Finalidade da ação: Atender jovens em arte e cultura, habilitando-os para atuar inclusive profissionalmente.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	300.000,00



JUSTIFICAÇÃO: O Centro da Juventude apresenta resultados positivos e, nos municípios, a carência de intervenções ou recursos como esses levam ao envolvimento com a marginalidade.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.298/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Orlando Pereira da Silva (Prefeitura Municipal de Ninheira (Ninheira)) / Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar a ação 2005 - Apoio a conselhos municipais e tutelares da CA - como ação: "Apoio à estruturação dos conselhos municipais e tutelares dos direitos da criança e do adolescente".

Proposta aglutinada:

Assegurar recursos para estruturação, funcionamento e capacitação dos Conselhos Tutelares, para a operacionalização do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência - SIPIA -, inclusive via Web, e para a aquisição de veículos.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 266 - GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AÇÃO: 1 - Apoio à estruturação dos conselhos municipais e tutelares dos direitos da criança e do adolescente

Unidade: 4091 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Produto: Conselhos fortalecidos

Unidade de medida: 52 - CONSELHO

Finalidade da ação: Apoiar a estruturação dos conselhos, possibilitando melhor desempenho de suas atribuições.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual		1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Apoiar a estruturação dos conselhos para além das áreas de alto índice de exploração sexual - a maioria dos conselhos foi criada, mas funcionam em condições de extrema precariedade.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.299/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar a ação 4494 - Capacitação continuada dos operadores do Sistema de Garantias dos Direitos - Escola de Conselhos.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 266 - GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AÇÃO: 1 - Capacitação continuada dos operadores da Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - Escola de Conselhos

Produto: 11360 - CONSELHEIRO CAPACITADO

Unidade de medida: 779 - CONSELHEIRO

Finalidade da ação: Capacitação de conselheiros e outros atores do Sistema de Garantias dos Direitos.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1000	6.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Os conselheiros são eleitos a cada três anos, bem como os do CMDCAS - precisam de capacitação continuada, para estarem aptos para suas atribuições.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.300/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Carlos Roberto Santana (Associação de Moradores do Bairro Santa Cecília (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Implantar cursos profissionalizantes, de informática e de música na centro da Associação de Bairro Santa Cecília

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 240 - ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL

AÇÃO: 4190 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

JUSTIFICAÇÃO: Promover geração de renda e aumentar a qualidade profissional para a empregabilidade ser assegurada, visando à proteção social de nossos adolescentes.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.301/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Sergio Hirle de Souza (Espasso CONSEG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da Ação 1128 - Valorizar o profissional da área de saúde mental, em especial os médicos psiquiatras, de forma a proporcionar o atendimento qualificado à população prisional.

Alterar a meta física e financeira da Ação 1128 - Região Estadual - Meta física (115) - Meta financeira (R\$ 345.000,00)

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: 1128 - IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE SAÚDE E PSICO-SOCIAL NAS UNIDADES PRISIONAIS

Produto: profissional valorizado

Unidade de medida: pessoa

Finalidade da ação: Valorizar o profissional da área de saúde mental, em especial os médicos psiquiatras, de forma a proporcionar o atendimento qualificado à população prisional.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	6	227.003,00
Central	44	2.572.504,00
Centro Oeste	7	243.092,00

Estadual	115	345.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	9	236.219,00
Mata	18	603.781,00
Noroeste de Minas	5	179.759,00
Norte de Minas	8	287.557,00
Rio Doce	11	454.153,00
Sul de Minas	17	578.915,00
Triângulo	10	556.684,00

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de maior valorização do profissional da área saúde, com implantação do piso salarial da categoria, compatível com o valor pago em instituições de saúde.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.302/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Emília da Silva (Instituto de Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Hu (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inclusão de ação no Programa 005, com o objetivo de acrescentar capacitação para servidores da Polícia Militar, a fim de prestar serviços de proteção específica aos defensores de direitos humanos ameaçados de morte no Estado.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 5 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: 1 - Capacitação de Policiais Militares para atuação no Programa de Proteção aos defensores de direitos humanos.

Unidade: 1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Produto: 10465 - SERVIDOR CAPACITADO.

Unidade de medida: 387 - SERVIDOR

Finalidade da ação: Realizar atividades de capacitação específicas de proteção aos defensores de direitos humanos ameaçados de morte para os servidores da Polícia Militar.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	100	200.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A implantação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos no Estado, conforme diretriz do Plano Nacional de Direitos Humanos, supõe capacitação específica dos policiais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.303/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Honório José de Lacerda (Instituição não informada) / Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Provisão de infraestrutura (iluminação, asfalto, meio-fio, sinalização e rede de água) para o Bairro Liberdade, em Araporã.

Proposta aglutinada - Texto:

Implantação de Anel Viário em Limeira do Oeste.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 26 - MINAS AVANÇA

AÇÃO: 1342 - INVESTIMENTOS ESPECIAIS EM MUNICÍPIOS ESTRATÉGICOS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	7.000.000,00
Sul de Minas	2	13.500.000,00
Triângulo	2	20.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O Bairro Liberdade possui caráter comercial e industrial, e necessita de investimentos em infraestrutura para atração de investimentos.

Proposta aglutinada - Justificativa:

A construção do anel é justificada para permitir que a cana seja processada pela usina instalada no município sem a necessidade de que caminhões transitem por dentro da cidade.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.304/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Eunice Tavares de Paiva (Associação de Amigos do Trevo - ATREVO (Belo Horizonte)) / Eunice Tavares de Paiva (Associação de Amigos do Trevo - ATREVO (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criar e implantar o Parque Estadual da Pampulha, com ação emergencial de proteção e recuperação de nascentes, brejos e mananciais e implantar, na área do parque o Museu da Água e do Meio Ambiente - MAM -, contemplando aspectos relativos à educação, lazer, pesquisa, preservação e recuperação de nascentes.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1 - Criação e implementação do Parque da Pampulha e do Museu da Água

Finalidade da ação: Criar e implantar o Parque Estadual da Pampulha e do Museu da Água

JUSTIFICAÇÃO: A criação e implantação do Parque Estadual da Pampulha tem por finalidade a preservação e recuperação de cerca de 30 nascentes já catalogadas e georeferenciadas, mananciais, áreas de brejo e de recarga do lençol freático.

Essas nascentes, mananciais, áreas de brejo contribuem significativamente com a água necessária à manutenção do espelho d'água da lagoa da Pampulha.

A área estudada é de aproximadamente 140.000m², da qual parte é de propriedade particular e parte é área pública, de propriedade da PBH.

Já o Museu, pretende organizar, inovar e promover o turismo no local, promover ações de educação ambiental, promover pesquisa da dinâmica do ciclo hidrológico, degradação e recuperação de áreas degradadas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.305/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Evina Teixeira da Cruz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina (Medina)) / Geralda Helena Goes Guerra (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alteração da Finalidade da Ação 4056 - Educação e Extensão ambiental, acrescentando-se ao final a expressão "com atenção especial à classe idosa".

Proposta aglutinada:

Apoiar projeto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina, dedicado à educação ambiental, voltado especificamente para a conservação de nascentes.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 105 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

AÇÃO: 4056 - EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	60.000,00
Centro Oeste	1	60.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	2	120.000,00
Mata	1	73.000,00
Noroeste de Minas	1	60.000,00
Norte de Minas	1	60.000,00
Rio Doce	1	60.000,00
Sul de Minas	1	60.000,00
Triângulo	1	60.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Com o crescimento da população idosa em nossa sociedade, julgo importante a sua participação em todos os seguimentos sociais.

Nota:

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.306/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Carlos Roberto Santana (Associação de Moradores do Bairro Santa Cecília (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Alocação de recursos para o desenvolvimento de projetos esportivos com vistas à inclusão social, na região de Juiz Fora, especialmente no Bairro Santa Cecília

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO

AÇÃO: 4047 - INCENTIVO A PROJETOS ESPORTIVOS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	2	7.173.226,00
Mata	1	700.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Fomentar a prática e o desenvolvimento do esporte proporcionando a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população, a integração e inclusão sociais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.307/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Walter Prudente Junior (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Walter Prudente Junior (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara))

PROPOSTA: Asfaltamento e ampliação do Aeroporto de Tupaciguara.

Proposta aglutinada - texto: Asfaltamento e ampliação do aeroporto de Tupaciguara.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 26 - MINAS AVANÇA

AÇÃO: 4141 - DESENVOLVIMENTO DO MODAL AEROVIÁRIO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	1	6.990.000,00
Mata	0	0,00
Noroeste de Minas	0	8.400.000,00
Norte de Minas	1	15.909.553,00
Sul de Minas	0	3.430.000,00
Triângulo	1	10.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Não preenchida pelo proponente.

Justificativa da proposta aglutinada: Fornecida, mas não se relaciona com a proposta.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.308/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROponente: Valdir Carvalho da Silva (Associação de Amigos Amantes da Arte de Juiz de Fora (Juiz de Fora)) / Andreia Crescêncio da Costa (Instituição não informada)

PROPOSTA: Acrescenta R\$270.000,00 à ação 4149 - Qualificação social e profissional dos trabalhadores, para atender a região Mata.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

AÇÃO: 4149 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	119	89.052,00
Central	1738	673.203,00
Centro Oeste	435	325.526,00
Jequitinhonha / Mucuri	198	148.170,00
Mata	277	477.289,00
Noroeste de Minas	119	89.052,00
Norte de Minas	317	237.222,00
Rio Doce	237	177.355,00
Sul de Minas	515	385.392,00
Triângulo	237	177.355,00

JUSTIFICAÇÃO: O objetivo é capacitar jovens da região nas áreas de artesanato, informática e áreas que o mercado demandar.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.309/2010

(Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROponente: Clarise Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: criar programa de qualificação profissional para jovem, adultos e idosos sem qualificação para o mercado de trabalho, que compreenda um programa de transferência de renda.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 1 - inclusão profissional com transferência de renda

Tipo de programa: 1 - Finalístico

Área de resultado: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

JUSTIFICAÇÃO: Faz-se necessário capacitar pessoas para o mercado de trabalho como forma de prevenção e combate à violência, à criminalidade, à prostituição e as DSTs. Os cursos devem ser oferecidos em parceria com o governo federal, estadual e com a ONG proponente.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.310/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROponente: Sandra Mara Albuquerque Bossio (Centro Pela Mobilização Nacional (Belo Horizonte)) / Aline Pacheco Silva (Instituto de Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Hu (Belo Horizonte)) / Sandra Mara Albuquerque Bossio (Centro Pela Mobilização Nacional (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inclusão de Ação no Programa 005 - Criar e implantar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para os Policiais Civis, os Agentes Penitenciários, os Agentes Socioeducativos, os Defensores Públicos e os servidores dos quadros administrativo e técnico dos órgãos de defesa social.

Propostas aglutinadas:

Inclusão de ação no programa 005 destinada à criação de um serviço de referência, multidisciplinar, para os agentes penitenciários e socioeducativos.

Alterar o objetivo do Programa 020, incluindo em seu texto referência à prevenção a vitimização secundária dos profissionais do sistema prisional.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 5 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: 1 - Assistência à Saúde dos Profissionais do Sistema de Defesa Social

Unidade: 1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Produto: 10292 - SERVIÇO ATENDIDO

Unidade de medida: 387 - SERVIDOR

Finalidade da ação: Prestar atendimento médico e psicossocial para os servidores do Sistema de Defesa Social, com vistas à prevenção e aotratamento dos agravos oriundos da vitimização secundária a que estão submetidos.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1000	200.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A proposta foi priorizada no Fórum Técnico "Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência", visando a prevenção da vitimização secundária (stress, fadiga, angústia, depressão) desses profissionais.

Propostas aglutinadas - justificativas:

- É fato o adoecimento de diversos agentes, penitenciários e socioeducativos, decorrente do trabalho estressante, engessador e estigmatizado pela população. Diante disso, faz-se necessário a criação de um espaço que atenda suas necessidades.

- Os profissionais do sistema prisional, efetivos ou contratados, precisam ser preventivamente avaliados e tratados, para que tenham condições físicas e psicológicas de prestarem um atendimento mais humanizado aos privados de liberdade.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.311/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROponente: Wilson Carlos de Lima (Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG (Belo Horizonte)) / Wilson Carlos de Lima (Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar o atendimento do Programa Escola viva, comunidade ativa aos alunos do Programa Ensino médio profissionalizante, independentemente da escolas do PEP estarem em área de risco.

Proposta 127: Contratar e capacitar profissionais para atender o Programa Escola viva, comunidade ativa que será disponibilizado aos alunos do Programa Ensino médio profissionalizante.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 18 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

AÇÃO: 1 - Ensino Médio Profissionalizante participante do Escola Viva, Comunidade Ativa

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 11271 - ALUNO DO ENSINO MÉDIO BENEFICIADO

Unidade de medida: 11 - ALUNO

Finalidade da ação: Disponibilizar aos alunos do ensino médio profissionalizante a ação correspondente do Programa Escola viva, comunidade ativa.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Triângulo	16740	1.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Combater a evasão escolar, visando a melhoria da oferta de programas de inclusão social. Contratar e capacitar profissionais para desenvolver as atividades do Programa Escola viva, comunidade ativa nos fins de semana, evitando-se a evasão escolar.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.312/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Flávio Antônio Bechir (Câmara Municipal de Campo Belo (Campo Belo))

PROPOSTA: FIRMAR PARCERIAS E/OU CONVÊNIOS COM AS FACULDADES DE MEDICINA, A FIM DE INCLUIR ALUNOS DESSES CURSOS NAS EQUIPES DE SAÚDE DE FAMÍLIA, EM REGIME DE INTERNATO RURAL.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 49 - SAÚDE EM CASA

AÇÃO: 1 - INCLUSÃO DE ALUNOS DE MEDICINA DO INTERNATO RURAL NAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

JUSTIFICAÇÃO: ESSE TIPO DE PARCERIA POSSIBILITARÁ O MELHOR ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, UMA VEZ QUE OS MÉDICOS DO PSF NEM SEMPRE CUMPREM A SUA CARGA HORÁRIA TOTAL.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.313/2010

(Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarise Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: criação de programa voltado para o fortaleciemtno das ONGs de utilidade pública municipal, estadual e federal, assegurando o financiamento de suas ações sem intermediação dos conselhos e garantindo recursos para infraestrutura, por intermédio do governo federal e estadual.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 1 - Fortalecimento de ONG

Tipo de programa: 1 - Finalístico

Área de resultado: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Objetivo do programa: apoiar financeiramnte as entidades com título de utilidade pública federal, estadual e municipal

JUSTIFICAÇÃO: Esse programa se justifica pelo fato de os conselhos apresentarem resistência em acolher projetos de determinadas entidades por diferenças ideológicas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.314/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPOSANTE: Ronaldo Wilson Santos (UEMG - Fund. Educacional de Ensino Superior de Frutal - FESF (Frutal)) / Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã)) / Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Walter Prudente Junior (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Jair Heitor Duarte (Prefeitura Municipal de Frutal (Frutal)) / Benice Nery Maia (Prefeitura Municipal de Itapajipe (Itapajipe)) / Ronaldo Wilson Santos (UEMG - Fund. Educacional de Ensino Superior de Frutal - FESF (Frutal)) / Ronaldo Wilson Santos (UEMG - Fund. Educacional de Ensino Superior de Frutal - FESF (Frutal))

PROPOSTA: Provisão de infraestrutura urbana (asfaltamento e recapeamento de ruas) no Município de Frutal.

Propostas Aglutinadas: Término da Praça da Bíblia de Araporã.

Abertura e asfaltamento da Rua Lindolfo Vieira Torres, entre o distrito industrial e o Bairro Andorinhas, em Tupaciguara.

Construção de trevo para acesso ao centro da cidade de Itapajipe.

Pavimentar 30 mil metros de vias internas da UEMG.

Implantação e pavimentação da avenida de acesso ao campus da UEMG em Frutal, até o aeroporto do município, numa extensão de aproximadamente 2km.

Duplicação da Av. Prof. Mario Palmeira, que dá acesso ao Campus da UEMG em Frutal, em uma extensão de 800 metros.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 120 - APOIO AO FORTALECIMENTO DA REDE DE CIDADES

AÇÃO: 4458 - AÇÕES URBANÍSTICAS PONTUAIS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	20.000,00
Triângulo	7	5.250.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Com o crescimento da cidade, existem diversos bairros com ruas sem asfaltamento, o que acarreta diversos problemas.

Propostas aglutinadas - justificativas:

A primeira etapa da obra foi realizada com apoio do governo do estado, sendo requisitado o término da obra

A Avenida do Contorno circunda a cidade pelo fora da área urbana. A construção do trevo, a partir da rodovia MG-255, auxiliaria na acesso ao centro da cidade, com redução no número de acidentes, especialmente aqueles envolvendo crianças.

Resguardar a saúde dos usuários do campus.

Melhorar o fluxo de pessoas (sic) que utilizam o aeroporto.

Melhoria do acesso ao campus e melhoria das condições de segurança

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.315/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPOSANTE: Ubiratã Pinto Cerqueira (Sind. dos Trab. em Telecomunicações de M.G. - SINTTEL-MG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: CRIAÇÃO DE UM "CALL CENTER" PARA ATENDIMENTO E MARCAÇÃO DE CONSULTAS DE IDOSOS E DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 2 - SAÚDE INTEGRADA - LOGÍSTICA E APOIO AS REDES DE ATENÇÃO

JUSTIFICAÇÃO: APESAR DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO AOS IDOSOS E AOS DEFICIENTES FÍSICOS, EM MUITOS CASOS, ESSAS PESSOAS TÊM QUE CHEGAR MUITO CEDO ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PERMANECENDO POR MUITO TEMPO NA FILA ATÉ QUE COMECEM A SER DISTRIBUIDAS AS SENHAS PARA O ATENDIMENTO.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.316/2010

(Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarise Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criação de um programa sustentador de habitação para beneficiar famílias com restrições econômicas e sem qualificação profissional, contemplando as seguintes ações: 1) cursos de capacitação profissional, 2) transferência de renda, e 3) apoio psicológico e social.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 1 - Programa Sustentador de Habitação

Área de resultado: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Objetivo do programa: garantir habitação para população de baixa renda.

JUSTIFICAÇÃO: Trata-se de um programa absolutamente necessário para impedir que as famílias destituídas de meios de sobrevivência usem o mercado paralelo de drogas para sustentar a família. Fundamental que esta política seja realizada em parceria com o governo federal e as organizações não governamentais de utilidade pública.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.317/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Simone Alverenga Borja (Assoc. Conserv. Ambiental Serra da Calçada - Arca Amaserra (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criação do Monumento Natural da Serra da Calçada

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1058 - CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	3800	4.000.000,00
Estadual	10000	1.260.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A importância da área para o abastecimento da RMBH, turismo, esporte e geração de emprego e renda, justifica a proposta.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.318/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Janice Pereira de Araújo Carvalho (Fórum Estadual Lixo e Cidadania (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alteração da Finalidade da Ação 1067.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 45 - RESÍDUOS SÓLIDOS

AÇÃO: 1067 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS E GESTÃO COMPARTILHADA DA DESTINAÇÃO FINAL E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Finalidade da ação: Realizar vistorias dos sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos em implantação financiados em

anos anteriores.

JUSTIFICAÇÃO: A ação destina-se à implantação e acompanhamento de sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos e não a estudos para concessão.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.319/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Alexandre Berquó Dias (Prefeitura Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Madalena Uemura Barbosa (Câmara Municipal de São Francisco de Sales (São Francisco de Sales))

PROPOSTA: Abertura e asfaltamento da rua ligando a cidade de Tupaciguara ao distrito industrial (+- 1000 metros)

Proposta aglutinada:

Asfaltar o trecho de acesso à "Prainha" a partir da MG 255 (passa pela av. 20) em São Francisco Sales.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 116 - CAMINHOS DE MINAS

AÇÃO: 1075 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ENFOQUE AMBIENTAL

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	5	10.000,00
Central	5	10.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	5	10.000,00
Mata	0	0,00
Norte de Minas	5	10.000,00
Rio Doce	5	10.000,00
Triângulo	7	10.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Evitar transito dos trabalhadores pela BR 452 (único acesso) e diminuir a distância do distrito industrial ao centro da cidade.

Proposta aglutinada - Justificativa:

- Facilitar o acesso ao ponto turístico.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.320/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Walter Prudente Junior (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã)) / Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Walter Prudente Junior (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Madalena Uemura Barbosa (Câmara Municipal de São Francisco de Sales (São Francisco de Sales)) / Cristino Ferreira Urzedo (Instituição não informada) / Nair Ferreira Faria Araújo (Câmara Municipal de Itapagipe (Itapagipe)) / Maíza Signorelli (Câmara Municipal de Frutal (Frutal)) / Dalva Maria de Queiroz Tiago (Prefeitura Municipal de Carneirinho (Carneirinho)) / Edgar José de Lima (Câmara Municipal de Guarda-Mor (Guarda-Mor))

PROPOSTA: Asfaltamento da estrada que sai da BR 188, Km 236, passando pela Vila Santo Antônio, no Município de Guarda-Mor, em Minas Gerais, até a divisa do Rio Verde, em Goiás.

Propostas aglutinadas:

Asfaltamento da ligação da BR 452 para os povoados Brilhante e Bálamo, em Tupaciguara (Zona Rural).

Asfaltamento da MG 734 que liga Tupaciguara à Bálamo.

Asfaltamento da rodovia que liga São Francisco de Sales a Campina Verde.

Concluir o trecho de acesso ao porto hidroviário de Iturama.

Asfaltamento da via que liga a Vila Coqueiros, no Município de Itapagipe, à MG 255.

Recuperação na malha rodoviária e construção do asfalto de Frutal à Vila Barroso.

Asfaltamento da estrada que liga o município de Carneirinho ao Distrito de Estrela da Barra, passando pela sede da usina Coruripe.

Interligação da BR-153 com a BR 452 (cerca de 2KM).

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 56 - POTENCIALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA DA FRONTEIRA AGROINDUSTRIAL

AÇÃO: 1353 - PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS NA FRONTEIRA AGROINDUSTRIAL

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	0	0,00
Triângulo	10	81.980.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A estrada tem uma extensão de 33 Km de terra e elevado fluxo de veículos pesados, tanto para o transporte de passageiros como para o escoamento da produção. O Município de Guarda-Mor possui uma frota pequena de máquinas para manutenção da rodovia. Temos um elevado número de áreas irrigadas e volume significativo de pecuaristas. Com a estrada existente no local onera-se ainda mais os agropecuaristas, pois acaba aumentando o valor do frete de suas mercadorias e isto reflete também em seus produtos.

Propostas aglutinadas - justificativas:

- melhoria de acesso para o trânsito de veículos de passageiros e de carga, atração de investimentos, redução de custos na produção agropecuária e incentivo ao turismo.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.321/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Francisco Carlos Pardini (Associação dos Pescadores e Aquicultores de São Francisco de (São Francisco de Sales))

PROPOSTA: Construção e/ou readequação de pontes no município de São Francisco Sales.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 120 - APOIO AO FORTALECIMENTO DA REDE DE CIDADES

AÇÃO: 4458 - AÇÕES URBANÍSTICAS PONTUAIS

Regionalização	2011
----------------	------

	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	20.000,00
Triângulo	1	10.000,00

JUSTIFICAÇÃO: As pontes atualmente existentes foram construídas em madeira e precisam de uma nova estrutura, mais adequada.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.322/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Madalena Uemura Barbosa (Câmara Municipal de São Francisco de Sales (São Francisco de Sales)) / Ronaldo Wilson Santos (UEMG - Fund. Educacional de Ensino Superior de Frutal - FESF (Frutal))

PROPOSTA: Reconstrução da Ponte Cônego Aldeia Nova, que dá acesso ao Projeto de Assentamento Queixada, bem como a diversas propriedades rurais (São Francisco de Sales).

Proposta aglutinada:

Interseção em dois níveis com construção de viaduto na MG 255, nas proximidades do km 1,5 (Frutal).

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 216 - PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

AÇÃO: 4543 - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (PONTES E VIADUTOS)

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	3	1.615.000,00
Mata	1	1.150.000,00
Noroeste de Minas	0	185.000,00
Triângulo	2	20.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Melhoria do acesso.

Proposta aglutinada - justificativa:

- Melhorar o acesso dos alunos, professores e servidores, bem como dos visitantes de cidades vizinhas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.323/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Janice Pereira de Araújo Carvalho (Fórum Estadual Lixo e Cidadania (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Reinclusão da Ação 4492 APOIO ÀS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, com o objetivo de promover a auto-sustentabilidade das associações de catadores de materiais recicláveis.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 45 - RESÍDUOS SÓLIDOS

AÇÃO: 1 - APOIO ÀS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Unidade: 2091 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Produto: 11106 - ASSOCIAÇÃO E OU COOPERATIVA ATENDIDA

Unidade de medida: 617 - ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

Finalidade da ação: APOIAR AS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, VISANDO À SUA INSERÇÃO NA GESTÃO MUNICIPAL INTEGRADA DE RESÍDUOS, COM ÊNFASE NA COLETA SELETIVA E RECICLAGEM

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	50	200.000,00

JUSTIFICAÇÃO: As associações de catadores de materiais recicláveis prestam um serviço ambiental e econômico reduzindo o material que iria para os lixões. O Estado deveria remunerá-los (aos catadores) pelo serviço ambiental que prestam.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.324/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Sandra Mara Albuquerque Bossio (Centro Pela Mobilização Nacional (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inclusão de ação no Programa 021, destinada a promover a informatização dos prontuários dos condutores de veículos adaptados aos deficientes físicos, com previsão de metas física e financeira.

Proposta aglutinada:

Inclusão de ação no programa 021, com o objetivo de promover a informatização dos prontuários médicos dos usuários do Hospital da Polícia Civil, com previsão de metas física e financeira.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 183 - ADMINISTRAÇÃO DE TRÂNSITO

AÇÃO: 1 - Informatização dos Prontuários dos Condutores de Veículos Adaptados.

Unidade: 1551 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS

Produto: Prontuário informatizado

Unidade de medida: Prontuário

Finalidade da ação: Melhorar o atendimento ao deficiente físico no que diz respeito ao setor de habilitação e de veículos adaptados, proporcionando maior rapidez e segurança na consulta de dados desse segmento.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	35000	17.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A necessidade de melhorar o atendimento no setor de habilitação e de veículos adaptados aos deficientes físicos, proporcionando maior rapidez e segurança na consulta de dados desse segmento.

Proposta aglutinada - Justificativa:

- Possibilitar o atendimento médico, principalmente o emergencial, propiciando maior segurança, acesso mais rápido e informações mais completas do Policial Civil e demais usuários.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.325/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Welshman Gustavo Pinheiro (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Maurilio Carlos de Toledo (Câmara Municipal de Fronteira (Fronteira))

PROPOSTA: Disponibilizar R\$300.000,00 para a aquisição de veículo para efetuar o transporte escolar de estudantes dos Municípios de Fronteira/MG para São José do Rio Preto/SP.

Proposta aglutinada:

Criar uma ação para compra e manutenção de ônibus para as escolas estaduais, com a finalidade específica de projetos diversos que exijam transporte, tal como, excursões.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 233 - COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO NA ÁREA EDUCACIONAL

AÇÃO: 2103 - TRANSPORTE ESCOLAR

JUSTIFICAÇÃO: O veículo que faz o transporte dos estudantes tem mais de dez anos de vida útil, encontra-se em péssimas condições e sua manutenção é cara.

Proposta aglutinada - justificativa:

- Algumas escolas técnicas federais dispõem desse transporte, o que facilita que aos alunos ampliar seus horizontes e perspectivas de vida ao conhecer novos lugares.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.326/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Janice Pereira de Araújo Carvalho (Fórum Estadual Lixo e Cidadania (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Altera metas físicas e financeiras da Ação 1072 - Implantação da coleta seletiva, reaproveitamento e reciclagem.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 45 - RESÍDUOS SÓLIDOS

AÇÃO: 1072 - IMPLANTACAO DA COLETA SELETIVA, REAPROVEITAMENTO E RECICLAGEM

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	20	400.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Os Municípios precisam dos recursos para trabalharem com as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis numa proposta econômica, ambiental e social de inclusão desta população que vive da catação. Há custos de consertos de prensas, luz, água e manutenção.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.327/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Antonio Neves de Campos (Associação de Apicultores de Juiz de Fora e Região (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Alocação de recursos para a formação de uma cooperativa regional de apicultura em Juiz de Fora e região.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

JUSTIFICAÇÃO: Existe, atualmente, grande demanda de mel para exportação, própolis verde e pólem. A criação de uma cooperativa seria de grande importância para atender a essa demanda e promover o fortalecimento dessa atividade.

(foi anexado documento à proposta)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.328/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Emília da Silva (Instituto de Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Hu (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Garantir a oferta de cursos com conteúdos relacionados aos direitos e garantias fundamentais para presos e egressos do sistema prisional.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: 1 - Implantação de núcleos de ensino para presos e egressos

Produto: Preso e egresso estudando

Unidade de medida: preso e egresso

Finalidade da ação: Garantir a oferta de cursos com conteúdos relacionados aos direitos e garantias fundamentais para os presos e os egressos do sistema prisional.

JUSTIFICAÇÃO: Os cursos de Direitos Humanos para os presos e egressos do sistema prisional são importantes para humanização do sistema.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.329/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada) / Maria Aparecida Rita de Cássia Vitorino Coelho dos Santos (CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Ouro Preto)) / Maria da Consolação Faria (Cons. Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA (Belo Horizonte)) / Selmara Mamede Simões Ferreira (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte)) / Selmara Mamede Simões Ferreira (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte)) / Selmara Mamede (Interfóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Selmara Mamede Simões Ferreira (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Construção de mais três centros socioeducativos - Seds, com infraestrutura adequada para a educação profissionalizante e a reinserção social.

Propostas aglutinadas:

Ampliação das metas da ação 1206.

Alterar a regionalização da ação 1205 do programa 004, incluindo o Vale do Aço (Região Rio Doce), com previsão de meta financeira de 8 milhões e 500 mil para cada região, com aumento de 25 milhões e 500 mil no total já previsto na ação.

Restauração da ação 1206 do Programa 004, da forma como estava prevista para 2010, com alteração do nome, produto, unidade de medida e regionalização.

Regionalizar as metas física e financeira, ampliando o valor total, de forma que contemple a construção de no mínimo 3 centros socioeducativos na região do Mucuri e Jequitinhonha.

Solicitação de audiência pública, a ser realizada pela Comissão de Participação Popular com a presença da Seplag, Setop e Seds, para discutir a priorização da construção de unidades socioeducativas, tendo em vista o congestionamento de vagas nas unidades de acatamento provisório de adolescentes e a colocação irregular dos mesmos em cadeias públicas.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 4 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

AÇÃO: 1206 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS - SEDS

Novo nome: Reforma de Centros Socioeducativos

Produto: 10948 - CENTRO SOCIOEDUCATIVO REFORMADO

Unidade de medida: 44 - CENTRO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	10	2.400.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Devido à falta de Centros Socioducativos, os adolescentes autores de atos infracionais estão sendo acautelados em cadeias, ou em centros superlotados.(OBS: Foco na região de Ouro Preto, Mariana, Itabirito e Ouro Branco.)

Propostas aglutinadas - Justificativas:

- As vagas de internação para adolescentes são insuficientes e a ampliação das vagas programada para 2010 não foi executada.
- Não há Centros Socioeducativos nas regiões Sul e Vale do Aço.
- As atividades antes previstas na ação 1206, de 2010, conforme informações do gestor, foram agregadas na ação 2065. Essa agregação em uma ação genérica prejudica a transparência na execução dos recursos.
- Só existe um centro socioeducativo para atender a região Jequitinhonha/Mucuri.
- Apesar de ser uma demanda reconhecida, a execução orçamentária prevista para a ação 1205 mantém-se baixíssima nos últimos dois anos, inclusive com redução da meta financeira para 2011.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.330/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Andreia Crescêncio da Costa (Instituição não informada) / Mezaque da Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Daniel Moreira da Silva (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Jardel Mendes Ferreira (Centro de Convivência Arco Íris (Medina))

PROPOSTA: Acréscimo na meta financeira da Ação 4169 - Apoio ao Artesanato, de modo a contribuir para a valorização, produção e comercialização do artesanato tradicional e indígena do Estado:

- a) R\$150.000,00 para a região Jequitinhonha/Mucuri;
- b) R\$50.000,00 para a região da Mata;
- c) R\$150.000,00 para atendimento aos indígenas.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: 4169 - APOIO AO ARTESANATO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	200	150.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	100	150.000,00
Mata		50.000,00

Norte de Minas	80	21.400,00
Triângulo	70	17.400,00

JUSTIFICAÇÃO: O artesanato é hoje uma das principais fonte de renda dos povos indígenas, no entanto, eles não possuem estratégias de organização e comercialização, não têm acesso ao mercado.

Necessidade de fomentar as ações desenvolvidas na região, na área do artesanato, para a população de baixa renda.

No entanto, necessita-se de um maior investimento.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.331/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Solicitação de linhas de crédito para construção e reforma das sedes administrativas das prefeituras do Estado.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 120 - APOIO AO FORTALECIMENTO DA REDE DE CIDADES

JUSTIFICAÇÃO: A centralização e a modernização administrativa redundam em benefícios para os cidadãos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.332/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Geralda Helena Goes Guerra (Instituição não informada)

PROPOSTA: Que as Instituições de Longa Permanência de Idosos - ILPIs - sejam atendidas pelas equipes de Saúde da Família.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 49 - SAÚDE EM CASA

AÇÃO: 1116 - AMPLIAÇÃO DA COBERTURA POPULACIONAL DO PSF

JUSTIFICAÇÃO: A assistência à saúde é a base para que essa parcela da população (idosos em ILPIs) possa atuar e contribuir com sua experiência e sabedoria.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.333/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Carlos Augusto de Aguiar Silveira (Espasso CONSEG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inclusão de ação nova no Programa 189, destinada a reformar, adequar e equipar a Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos, para o atendimento de pessoas com necessidades especiais, criando setores de Polícia Comunitária, de Relações Públicas e de Psicologia, com previsão de metas física e financeira.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 189 - PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

AÇÃO: 1 - Reforma e Adequação da Delegacia de Acidentes de Veículos.

Unidade: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produto: Delegacia reformada

Unidade de medida: 252 - DELEGACIA

Finalidade da ação: Reformar, adequar e equipar a Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos, para o atendimento às pessoas com necessidades especiais, criando setores de Polícia Comunitária, de Relações Públicas e de Psicologia, a fim de aprimorar o atendimento ao público.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	100.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Como esta Delegacia é voltada para a cidadania e para a prestação de assistência às vítimas envolvidas em acidentes, faz-se necessária sua estruturação para o atendimento de pessoas com necessidades especiais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.334/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Rogério Delamare Coutinho Ruas (MDA - Programa Garantia Safra (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Integração das ações 1375, 1400, 1056, 1043, 1398, 1101, 1367, do programa 059 - Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva, em uma ação unificada de convivência com o semiárido, específica ao agricultor familiar.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: 1 - Convivência com o Semiárido

Unidade: 2421 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

Produto: 0 - A DEFINIR

Unidade de medida: 0 - A DEFINIR

Finalidade da ação: Atendimento às famílias do Semiárido com ações e alternativas de convivência.

JUSTIFICAÇÃO: Prover o semiárido mineiro de políticas públicas com maior integração no âmbito do governo estadual, otimizando tempo e recursos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.335/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Carlindo Dourado Souza (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí))

PROPOSTA: Fiscalizar os serviços de esgotamento sanitário nos municípios onde já foram executados ou em andamento.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 48 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS

JUSTIFICAÇÃO: Em Araçuaí, segundo a empresa que está executando os serviços, os recursos já acabaram e ainda faltam mais de 40% para o término. Os serviços já implantados funcionam precariamente e com as obras mal feitas o dinheiro está sendo jogado pelo ralo.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.336/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque da Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: amplia metas física em 100 e financeira em R\$3.000.000,00 na ação 1302 - construção, reformas e melhorias de unidades habitacionais, para atender comunidades indígenas

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 25 - LARES GERAES

AÇÃO: 1302 - CONSTRUÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS EM UNIDADES HABITACIONAIS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	0	0,00
Estadual	100	3.000.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Norte de Minas	0	0,00
Rio Doce	0	0,00
Sul de Minas	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: A Sedru já realizou diagnóstico habitacional. Muitas famílias indígenas não têm moradia digna, vivendo em áreas de risco (de doenças) e não tem meios próprios de garantir moradia.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.337/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Daniel Marinho de Miranda (Associação dos Municípios do Baixo Vale do Rio Grande (Itapajipe))

PROPOSTA: Construir e reformar quadras poliesportivas em escolas estaduais no Triângulo Mineiro.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

JUSTIFICAÇÃO: Atualmente, existe na região um número muito grande de escolas sem quadras cobertas ou mesmo inexistentes.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.338/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Aline Pacheco Silva (Instituto de Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Hu (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Alteração de finalidade da Ação 4279, de forma a acrescentar, além do monitoramento de ações e indicadores de desempenho das unidades prisionais, o diagnóstico a respeito dos trabalhos oferecidos nas unidades prisionais.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: 4279 - CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO PRISIONAL

Finalidade da ação: CONSOLIDAR O MODELO DE GESTÃO POR RESULTADOS NO SISTEMA PRISIONAL, ATRAVÉS DO MONITORAMENTO DE AÇÕES E INDICADORES DE DESEMPENHO DAS UNIDADES PRISIONAIS, diagnóstico a respeito dos trabalhos oferecidos nas unidades prisionais, AUDITORIAS DE QUALIDADE E DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS- INFOPEN.

Justificação: Os egressos do sistema prisional encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho. As únicas atividades laborativas efetuadas por eles é, na maioria das vezes, realizadas nas unidades prisionais. Sabendo que o trabalho é fonte de socialização e, com base no objetivo da ressocialização do preso, faz-se necessário realizar um diagnóstico e avaliação a respeito dos trabalhos oferecidos pelas unidades prisionais visando conhecer os resultados alcançados e seus impactos na ressocialização.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.339/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Miriam Ester Soares (Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Incluir a agricultura orgânica no objetivo do programa 059 - Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

Objetivo do programa: PROVER ALTERNATIVAS PARA A CONVIVÊNCIA COM A SECA E AS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUDENTE DA PRODUÇÃO LOCAL E PARA O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO CAMPO, inclusive no que tange ao modo de produção e transição orgânica, COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, NA PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO E DO EMPREENDEDORISMO E NA IDENTIFICAÇÃO E ACESSO A MERCADOS, COM VISTAS À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO POVO DE MINAS GERAIS. "

Justificação: Garantir a melhoria da qualidade de vida no campo.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.340/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Tatiane Nunes de Sousa (Associação Quilombolas Carrapatos da Tabatinga (Bom Despacho))

PROPOSTA: Diminuição da taxa de esgoto cobrada na conta de água.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 48 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS

JUSTIFICAÇÃO: O valor da tarifa de esgoto, de 40% (relativamente à tarifa relativa de água), cobrado durante um longo período, de 25 a 30 anos, resulta em um valor muito caro ao final desse tempo. Poderia ser cobrada uma taxa de 20% e, em se tratando de esgoto tratado, de 30%, valores mais justos para o cidadão que já paga muito imposto.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.341/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Rodrigo Ribas (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Incluir Ação

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1 - ELABORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Produto: PLANO DE MANEJO ELABORADO

Unidade de medida: PLANO DE MANEJO

Finalidade da ação: DOTAR TODAS AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE PLANO DE MANEJO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Poucas Unidades de Conservação contam de fato com Plano de Manejo, instrumento fundamental para sua conservação e gestão.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.342/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Madalena Uemura Barbosa (Câmara Municipal de São Francisco de Sales (São Francisco de Sales))

PROPOSTA: Disponibilizar um veículo para cada uma das escolas estaduais, destinados a atender as diretoras em seus afazeres administrativos.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 180 - MELHORIA DO ENSINO MÉDIO

AÇÃO: 2047 - APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO MÉDIO

Finalidade da ação: APOIAR ADMINISTRATIVAMENTE AS ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO, fornecendo, inclusive, um veículo para as diretoras, utilizarem nos trabalhos administrativos, e um vigia para a segurança das unidades escolares.

JUSTIFICAÇÃO: Colaborar com as atividades administrativas das diretoras.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.343/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã)) / Nilvânia Luiz Guimarães Barbosa (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa)) / Daniel Marinho de Miranda (Associação dos Municípios do Baixo Vale do Rio Grande (Itapajipe))

PROPOSTA: Construir e reformar quadras poliesportivas em escolas municipais do Triângulo Mineiro.

Proposta 341: Apoiar financeiramente o Município de Virgem da Lapa, no valor de R\$30.000,00, para cobrir o pátio da Escola municipal "Professora Diva".

Proposta 186: Estadualizar a Escola Municipal Técnica José Inácio Ferreira, do Município de Araporã.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 233 - COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO NA ÁREA EDUCACIONAL

AÇÃO: 4191 - ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS

JUSTIFICAÇÃO: Atualmente, existe na região um número muito grande sem quadras cobertas ou mesmo inexistentes. A escola é composta por dosi blocos que necessitam ser interligados por uma cobertura, para que o espaço possa ser otimizado e melhor utilizado. A ampliação de cursos e a melhoria da infraestrutura dessa escola somente serão alcançadas por meio de sua estadualização, que atende toda a região vizinha ao município.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.344/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ana Lúcia de Souza Carvalho (ASSOCIAÇÃO ECLÉTICA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE BELO HO (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criar subsídio nas tarifas de água e esgoto para residências cujos proprietários sejam idosos e de baixa renda.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 48 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS

JUSTIFICAÇÃO: Dentro da política de valorização do salário mínimo e do Estatuto do Idoso, percebe-se um grande número de idosos chefes de família, que sustentam filhos e netos, e a não implantação das deliberações da 2ª Conferência Nacional dos direitos da pessoa Idosa.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.345/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Rodrigo Pascoal Ulhoa Cintra (Polícia Civil de M.G. - Divisão Esp. Investigação Antidrogas (Belo Horizonte)

PROPOSTA: Criação de Ação no Programa 005 - Promover o fortalecimento da COMOVEEC - Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais.

Destinação de Meta física e financeira - Região (Estadual) - Meta Física (10) - Meta Financeira (R\$ 300.000,00)

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 5 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: 1 - Fortalecimento da Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais

Produto: 10600 - COMISSÃO DE MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA EM EVENTOS IMPLANTADA / MANTIDA

Unidade de medida: 228 - COMISSÃO

Finalidade da ação: Promover o fortalecimento da Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais - Comoveec

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	10	300.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Reintegrar a Ação ao Projeto Estruturador, que não foi inserida no Projeto da Copa e saiu do Projeto Gestão Integrada. O fortalecimento da COMOVEEC é fator promotor da segurança e da paz em eventos esportivos e culturais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.346/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Selmara Mamede Simões Ferreira (Promotora da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte)) / Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada) / Maria da Consolação Faria (Cons. Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliação da meta da Ação 4360 para atender a região Centro-oeste do Estado.

Propostas aglutinadas: Ampliação das metas físicas e financeiras da Ação 4360 do Programa 004, equiparando-se ao que foi previsto para 2010.

Incluir a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, bem como ampliar, o número de vagas disponibilizadas no Estado, aumentando, portanto, as metas física e financeira da ação.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 4 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

AÇÃO: 4360 - ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE SEMILIBERDADE

Regionalização	2011
----------------	------

	M. Física	M. Financeira
Central	164	6.166.283,00
Centro Oeste	15	500.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	15	500.000,00
Mata	16	1.076.581,00
Rio Doce	15	565.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Objetiva-se a criação de políticas adequadas à prevenção da reincidência de adolescentes egressos de medidas de internação.

Propostas aglutinadas - justificativa: A rede de atendimento à medida de semiliberdade foi ampliada em 2010, especialmente na Região Central. A manutenção das metas físicas e financeiras será condizente com o atual quadro da disponibilização de vagas nesta medida.

Inexistência de unidades de semiliberdade na região Jequitinhonha/Mucuri.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.347/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Salete Gimenez (Instituição não informada)

PROPOSTA: Inserir uma ação.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 45 - RESÍDUOS SÓLIDOS

AÇÃO: 1 - Capacitação à distância em Gestão de Resíduos Sólidos para Municípios

Unidade: 2281 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS

Produto: 10779 - MUNICÍPIO ATENDIDO.

Unidade de medida: 140 - MUNICÍPIO

Finalidade da ação: Oferecer capacitação para gestores públicos municipais contribuindo para a implementação e/ou otimização de ações de gestão de resíduos sólidos.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Norte de Minas	75	250.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Executar cursos de capacitação para gestores públicos atendendo aos requisitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), por meio da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - ULTRAMIG.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.348/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada)

PROPOSTA: Promover espaços de debates, divulgação e valorização da cultura e vida dos povos indígenas de Minas Gerais, através das suas

festas tradicionais e seus rituais.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 131 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

AÇÃO: 1 - Promoção da memória indígena de Minas Gerais.

Unidade: 1271 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Produto: 10656 - BEM CULTURAL PROTEGIDO

Unidade de medida: 674 - BEM CULTURAL

Finalidade da ação: Promover a valorização da cultura indígena, suas festas e rituais tradicionais.

JUSTIFICAÇÃO: Os povos indígenas necessitam criar espaços de intercâmbios, trocas, valorização e fortalecimento de suas festas tradicionais, tornando conhecida suas culturas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.349/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarise Fernandes da Silva (Clarusofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inserir uma ação. Curso de qualificação para os funcionários da Copanor ou de empreiteira que trabalha para a Copanor. Gestor do programa: Copanor em parceria com a ONG Clarusofia Núcleo Mundial - CNM.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 53 - VIDA NO VALE - COPANOR

AÇÃO: 1 - Curso de capacitação profissional para funcionários da Copanor

Unidade: 1471 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

Produto: 4302 - CURSO REALIZADO

Unidade de medida: unidade

Finalidade da ação: Realizar cursos, por meio de parcerias com organizações não governamentais, para capacitação e qualificação de funcionários efetivos e/ou terceirizados da Copanor.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	8	32.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Efetivar, de forma qualitativa, as ações dos trabalhadores da Copanor ou de empresas contratadas pela Copanor.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.350/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Francisco Carlos Pardini (Associação dos Pescadores e Aquicultores de São Francisco de (São Francisco de Sales)

PROPOSTA: Fortalecer a Ação 4147 (piscicultura) para a região do Triângulo Mineiro, aumentando as metas físicas e financeiras.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: 4147 - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS - PISCICULTURA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	25	21.429,00
Norte de Minas	50	42.858,00
Sul de Minas	50	42.855,00
Triângulo	100	342.858,00

JUSTIFICAÇÃO: O Triângulo Mineiro ganhará um frigorífico de pescado em Uberaba, com verba do Ministério da Pesca. Além disso, a região possui maior aptidão natural (clima e corpos de água) e produtores querendo iniciar a produção.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.351/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Estruturação das sedes da Defensoria Pública nas Comarcas do interior com o acréscimo de mais R\$1.000.000,00 desta ação.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 726 - ACESSO À JUSTIÇA

AÇÃO: 4150 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	38865	154.766,00
Central	796735	3.172.710,00
Centro Oeste	97163	386.916,00
Estadual		1.000.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	38864	154.766,00
Mata	330354	1.315.514,00
Norte de Minas	58298	232.150,00
Rio Doce	58298	232.150,00
Sul de Minas	349786	1.392.897,00
Triângulo	174893	696.449,00

JUSTIFICAÇÃO: Fazer com que os Defensores tenham uma estrutura mais adequada para o atendimento do público-alvo da instituição.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.352/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria da Consolação Faria (Cons. Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA (Belo Horizonte)) / Dinéia Aparecida Domingues (Fórum Mineiro de Educação Infantil (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alteração da unidade de medida para "índice de massa corporal".

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 19 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

AÇÃO: 4034 - AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

Unidade de medida: índice de massa corporal

JUSTIFICAÇÃO: É preciso avaliação nutricional para verificar se a alimentação oferecida atende ao critério nutricional, portanto a unidade "aluno" não é suficiente para demonstrar se a merenda escolar é condizente com a frequência à escola em tempo integral.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.353/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Anderson Alcântara Silva Melo (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inclusão de ação no Programa 189, com o objetivo de reintroduzir o sistema de automatização das impressões digitais para a emissão de carteiras de identidade, com previsão de metas física e financeira.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 189 - PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

AÇÃO: 1 - Qualificação na Investigação por meio de Sistema Automatizado de Identificação Humana para Impressões Digitais.

Unidade: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produto: Automatização de impressões digitais

Unidade de medida: Identificação

Finalidade da ação: Promover a automatização da identificação datiloscópica, com vistas à melhoria da identificação civil e criminal de indivíduos, à modernização da emissão de carteiras de identidade, bem como das investigações.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1000000	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Garantir ao cidadão um documento idôneo, além de propiciar ao Estado um instrumento de identificação e de investigação de fraudes.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.354/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Evandro Castanheira Lacerda (Câmara Municipal de Lavras (Lavras))

PROPOSTA: Acrescentar o Sul de Minas na regionalização da Ação 1081, com destinação de metas física e financeira, para a construção de uma unidade prisional em Lavras.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: 1081 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL (SETOP)

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	0	0,00
Central	0	0,00
Centro Oeste	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	302	12.000.000,00
Mata	0	0,00
Sul de Minas	300	12.000.000,00
Triângulo	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: O presídio de Lavras não comporta a quantidade de detentos. O Município já promoveu a doação do terreno ao Estado.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.355/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Sandra Mara Albuquerque Bossio (Centro Pela Mobilização Nacional (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alteração do objetivo do Programa 005 - Promover a qualidade da atuação dos órgãos de Defesa Social potencializando e integrando as ações de ensino, atendimento aos cidadãos, avaliação e correção.

Proposta de alteração no resultado finalístico no Programa 005 - Reduzir o número de vitimização da população total

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 5 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL

Objetivo do programa: PROMOVER A QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL POTENCIALIZANDO E INTEGRANDO AS AÇÕES DE ENSINO, atendimento aos cidadãos, AVALIAÇÃO E CORREÇÃO.

JUSTIFICAÇÃO: A promoção da qualidade da atuação dos órgãos de Defesa Social deveria ter, como principal objetivo, a melhoria do atendimento ao cidadão, beneficiário que é de toda política pública; sendo certo que um dos principais resultados que se pretende alcançar, na área de defesa social, é a redução da sensação de insegurança da população.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.356/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria da Consolação Faria (Cons. Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Ampliação da meta da ação 4301 em mais 6 escolas no Centro-oeste do Estado.(totalizando 21 escolas nessa região)

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 55 - ESCOLA VIVA E COMUNIDADE ATIVA

AÇÃO: 4301 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO E INSTITUCIONAL - ENSINO FUNDAMENTAL

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	25	180.425,00
Central	242	1.727.561,00
Centro Oeste	21	150.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	16	115.472,00
Mata	43	310.331,00
Noroeste de Minas	12	86.604,00
Norte de Minas	29	209.293,00
Rio Doce	28	202.076,00
Sul de Minas	34	245.378,00
Triângulo	45	324.765,00

JUSTIFICAÇÃO: Contemplar as escolas da periferia com o Programa "Escola Viva - Comunidade Ativa", melhorando as relações entre escola e comunidade, promovendo a inclusão social dos alunos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.357/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria da Consolação Faria (Cons. Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA (Belo Horizonte)) / Dinéia Aparecida Domingues (Fórum Mineiro de Educação Infantil (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Alterar o objetivo, a finalidade e especificar o produto do programa.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 241 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

AÇÃO: 4187 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Finalidade da ação: Estabelecer diretrizes e orientações pedagógicas imprimindo um caráter de socialização e educativo nas classes pré-escolares.

JUSTIFICAÇÃO: O objetivo do programa não condiz com a finalidade da educação infantil, conforme preconiza a LDBEN (Lei 9391/1996), artigos 29, 30 e 31.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.358/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marlon Moreira Barbosa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Antônio Reginaldo Martins Moreira (Câmara Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró)) / Alcicio Alves Pereira (Instituição não informada) / Franciolina Martins Ornelas (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Andreia Gil Batista (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Patrike Soares Chaves (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Janete Pereira Silva (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Jean Mark Freire Silva (Câmara Municipal de Itaobim (Itaobim)) / José Rivelino Alves Pereira (Câmara Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Lúcia Élia Ornelas Chaves (Sociedade São Vicente de Paulo (Itaobim)) / Sonia Costa Sicupira (Sociedade São Vicente de Paulo (Itaobim)) / Adriana Martins Oliveira (Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE (Araçuaí)) / Gleidiany Ribeiro Ataíde (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Evina Teixeira da Cruz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina (Medina)) / Wanderson Gomes Teixeira (Escola Família Agrícola Bontempo (Itaobim)) / Sara Teixeira da Cruz (Instituição não informada) / Marcio Pereira Silva (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina)) / José Aparecido Felipe Santana (Escola Família Agrícola de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa)) / Daniel Moreira da Silva (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Jardel Mendes Ferreira (Centro de Convivência Arco Íris (Medina)) / Claudilene da Costa Ramalho (Secretaria M. de Desenvolvimento Social de Novo Cruzeiro (Novo Cruzeiro)) / Itamar Alves de Souza (Ascopi (Itaobim)) / Vilmar Oliveira de Jesus (Instituição não informada) / Ivone Luiza de Macedo Moreira Silva (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar meta financeira para implantação do Centro de Tradição Cultural do Jequitinhonha.

Propostas aglutinadas - textos: Ampliar meta financeira para implantação do Centro de Tradição Cultural do Jequitinhonha.

Implantar o Centro de Tradição Cultural do Vale do Jequitinhonha.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 9 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS

AÇÃO: 4459 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRADIÇÃO CULTURAL DO JEQUITINHONHA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	1	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A Ação 4459 - Implantação do Centro de Tradição Cultural do Jequitinhonha - recebeu, em 2010, a destinação de R\$500.000,00 por meio de emenda popular ao PPAG. Não houve execução da ação em 2010 e a ação foi mantida, na revisão 2011, como "janela orçamentária", com meta financeira de R\$ 10.000,00.

A sociedade civil atuante no Jequitinhonha, representada nas audiências públicas do PPAG em Belo Horizonte pelo movimento "Valemais", com o apoio de instituições como a UFMG, por meio do Polo Jequitinhonha, reapresenta proposta de expansão da atual "janela orçamentária" ao valor originalmente proposto, 500 mil reais, por entender que a implantação do Centro de Tradição é essencial para a cultura do Vale.

A cidade de Itaobim, de acordo com o proponente, é ideal para implantação do projeto, uma vez que a cidade está na confluência das rodovias que dão acesso a Salvador, Porto Seguro, Diamantina e Belo Horizonte.

OBS: As justificativas das demais propostas aglutinadas são idênticas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.359/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarise Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir a ação "Acompanhamento psicológico do professor de ensino fundamental e médio nas escolas públicas" dada a violência crescente no ambiente escolar. Tal ação deverá ser realizada por meio de repasse à ONG "Clarosofia Núcleo Mundial", que a executará.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

AÇÃO: 1 - Acompanhamento psicológico ao professor de ensino fundamental e médio nas escolas públicas.

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 10010 - PROFISSIONAL BENEFICIADO

Unidade de medida: 171 - PROFISSIONAL

JUSTIFICAÇÃO: As constantes pressões e mesmo agressões e outros atos de violência a que vêm sendo submetidos os professores resultam no

grande número de profissionais que recorrem a tratamentos psiquiátricos e, conseqüentemente, no grande número de licenças médicas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.360/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ivone Luiza de Macedo Moreira Silva (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte)) / Ana Lúcia de Souza Carvalho (ASSOCIAÇÃO ECLÉTICA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE BELO HO (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir nova modalidade de ensino - Educação da Pessoa Idosa (EPI). Previsão de recursos que possam garantir a educação formal e metodológica dos materiais didáticos. Espaço físico ergonomicamente adequado e horários flexíveis adequados à pessoa idosa.

Proposta 201: Fazer reservas no orçamento público para a formação de profissionais específicos para alfabetização de adultos (idosos) em aglomerados e comunidades com grande número de analfabetos.

Proposta 212: Formação de turmas especiais na EJA destinadas ao atendimento das necessidades do idoso, fora do período noturno, com conteúdo que aproveite a vivência e a regionalidade do idoso.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 236 - ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

AÇÃO: 1 - Formação de turmas de alfabetização e ampliação da escolarização de idosos.

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 10578 - IDOSO ATENDIDO

Unidade de medida: 493 - IDOSO

Finalidade da ação: Atender adequadamente a demanda escolar dos idosos, preferencialmente em locais próximos aos de residência.

JUSTIFICAÇÃO: Baseado no Eixo 1 da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

1) Estimular a capacitação e formação profissional. Garantir recursos para efetivação dos direitos da pessoa idosa.

Inadequação da pessoa idosa aos modelos de alfabetização existentes.

Condição financeira precária por não haver o nível escolar pedido pelos educadores.

Justificativa: Baseado no eixo da 2ª Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa.

Estimular a capacitação e formação profissional.

Garantir recursos para a efetivação dos direitos da pessoa idosa.

Inadequação das pessoas idosas aos modelos de alfabetização já existentes.

Condição financeira precária por não ter o nível escolar exigido pelo mercado de trabalho.

Refém da violência.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.361/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: João Cesário dos Santos Neto (Escola Estadual João Ferreira de Freitas (Ibirité))

PROPOSTA: Melhoria da rede física da Escola Estadual João Ferreira de Freitas, em Ibirité; aquisição de equipamentos, em especial bebedouros e fogão industrial.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 1109 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	18	2.490.724,00
Central	219	16.031.454,00
Centro Oeste	39	6.128.522,00
Jequitinhonha / Mucuri	40	5.679.674,00
Mata	27	4.528.114,00
Noroeste de Minas	11	2.597.924,00
Norte de Minas	43	6.158.116,00
Rio Doce	91	14.652.723,00
Sul de Minas	101	14.510.832,00
Triângulo	62	9.221.917,00

JUSTIFICAÇÃO: Melhoria do atendimento tendo em vista a precariedade das instalações, sobretudo com goteiras e outras deficiências.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.362/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Tatiane Nunes de Sousa (Associação Quilombolas Carrapatos da Tabatinga (Bom Despacho))

PROPOSTA: Gostaria de propor a qualificação de profissionais para atuação específica em comunidades tradicionais.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

AÇÃO: 1 - Qualificação profissional de comunidades quilombolas

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 11114 - PROFESSOR QUALIFICADO

Unidade de medida: 170 - PROFESSOR

Finalidade da ação: Preparar os profissionais da educação que trabalham nessas comunidades a contribuir para a conservação da cultura de cada comunidade.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	460	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Porque como as escolas indígenas possuem escolas diferenciadas tentando manter suas culturas e tradições, é necessário fazer isso também em comunidades quilombolas, visando manter a cultura e a tradição de cada uma.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.363/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Luciano Mendonça Araújo (Partido dos Trabalhadores (Sete Lagoas)) / Luciano Mendonça Araújo (Partido dos Trabalhadores (Sete Lagoas)) / Luciano Mendonça Araújo (Partido dos Trabalhadores (Sete Lagoas))

PROPOSTA: Construção de contorno rodoviário em Itapecirica.

Texto da proposta aglutinada:

Implantação do contorno rodoviário da cidade de Itapecirica.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 132 - O ESTADO PARA OS CIDADÃOS

AÇÃO: 1107 - APOIO AOS MUNICIPIOS EM OBRAS DE INFRA ESTRUTURA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	5.000,00
Centro Oeste	1	10.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O trecho está sob intervenção em virtude da periculosidade que representa para a comunidade o trânsito de veículos pesados.

Proposta aglutinada - justificativa: Diminuição no número de acidentes de trânsito, atualmente em patamar elevado.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.364/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Michelle Guimaraes Carvalho (Sind. das Emp. de Transp. de Passag. Metropolitano - SINTRAM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Investimento no sistema viário de Belo Horizonte e região metropolitana, priorizando o transporte coletivo.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 47 - RMBH

AÇÃO: 1165 - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA RMBH

JUSTIFICAÇÃO: O transporte coletivo é essencial para grande parte da população, seja para o estudo, trabalho ou lazer. Entretanto, não vem recebendo a atenção necessária na área da RMBH.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.365/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Francisco Mello (Fed. dos Circuitos Turísticos do Estado de MG - Fecitur (Belo Horizonte)) / Eduardo Henrique de Oliveira (Fed. dos Circuitos Turísticos do Estado de MG - Fecitur (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Apoiar os municípios na implantação de projeto de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação de postos de informação turística.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 16 - TURISMO COMPETITIVO EM MINAS GERAIS

AÇÃO: 4323 - ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO

Finalidade da ação: munir os municípios de infraestrutura turística básica para atender as exigências do programa de regionalização do turismo.

JUSTIFICAÇÃO: Os municípios precisam ser dotados de infraestrutura para atendimento dos requisitos e exigências do programa de regionalização do turismo e pelo programa de certificação dos circuitos turísticos criados pelo Secretaria de Turismo.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.366/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarise Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criação de um programa, a ser desenvolvido em parceria com as empresas de transporte e a ONG proponente, voltado para a instituição do cartão de transporte estudantil, nos moldes do cartão "Ótimo" do idoso, a ser fornecido mediante a comprovação de frequência escolar do beneficiado.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 47 - RMBH

JUSTIFICAÇÃO: A baixa frequência na escola se deve, muitas vezes, à falta de recursos para o transporte. O cartão não só garantiria mais frequência como afastaria o estudante do tráfico de drogas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.367/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Fórum Est. Combate Trab. Infantil e Proteção ao Adolescente (Belo Horizonte)) / Glucia Barros (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alteração do nome da ação 2037 e sua finalidade.

Incluir ação no projeto estruturador Copa 2014, com vistas a dar visibilidade e ampliar os investimentos com impacto positivo para o desenvolvimento ambiental.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 7 - COPA DO MUNDO 2014

AÇÃO: 2037 - AMPLIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Novo nome: Ampliação da sustentabilidade socioambiental.

Finalidade da ação: Promover iniciativas sustentáveis na execução dos projetos vinculados à Copa do Mundo Fifa 2014 e estabelecer o diálogo intersetorial para prevenir e enfrentar situações de risco social decorrente do turismo, como trabalho infantil e exploração sexual infanto-juvenil.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	10.000,00
Estadual	1	300.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Conscientizar o Estado sobre situações de risco social durante a Copa do Mundo de 2014

Justificativa da proposta aglutinada: É importante planificar, otimizar e comunicar o legado social oportunizado pelos investimentos para a realização da Copa.

Além da construção e melhoria dos estádios, medidas voltadas à melhoria do serviço aeroportuário, monitoramento ambiental e também melhoria da imagem do Estado, podem ser planejadas, integradas e desenvolvidas ações de:

- segurança cidadã, incluindo o trabalho de conscientização e fiscalização para a não ocorrência de crimes de exploração do trabalho infantil e de exploração sexual de crianças e adolescentes;

- educação e lazer, com a construção e manutenção de centros comunitários desportivos;

- mitigação de impactos ambientais das obras.

A ação, em 2011, visaria à planificação desses investimentos e, a partir de 2012, à execução.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.368/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque da Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Valorizar a prática esportiva dos povos indígenas de MG, proporcionando o intercâmbio e a valorização dos jogos tradicionais.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: 1 - Promoção do Esporte Indígena

Unidade: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Produto: 11363 - INDÍGENA PARTICIPANTE

Unidade de medida: 780 - INDIGENA

Finalidade da ação: Propiciar condições para a prática esportiva nas comunidades indígenas, inclusive dos esportes específicos dos povos indígenas e realizar os jogos indígenas de Minas Gerais, com garantia de participação nos jogos indígenas do Brasil.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	200	200.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Proporcionar a prática esportiva como espaço de formação, intercâmbio e promoção da cultura indígena, valorizando a juventude indígena.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.369/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ivone Luiza de Macedo Moreira Silva (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inclusão do idoso na captação de eventos, congressos, seminários, cursos e atrações turísticas.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 16 - TURISMO COMPETITIVO EM MINAS GERAIS

AÇÃO: 4016 - POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS EM MINAS GERAIS NOS ÂMBITOS NACIONAL E INTERNACIONAL

Finalidade da ação: CRIAR, FORTALECER, CAPTAR E ATRAIR NOVOS NEGÓCIOS E EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS; atrair novos eventos para o público da melhor idade; PROMOVER AÇÕES QUE ESTIMULEM O TRABALHO EM REDE, VISANDO O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DE TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

JUSTIFICAÇÃO: É importante incentivar o setor turístico a oferecer e recepcionar programas específicos, a preços reduzidos, para o contingente de pessoas integrantes da melhor idade, estimular o turismo doméstico na baixa estação, com geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida dos idosos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.370/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Haenderson Ferreira de Sena (Fed. das Assoc. Comerciais de Minas Gerais - FEDERAMINAS (Belo Horizonte)) / Fabio Cantuaria Ribeiro (Associação Comercial e Industrial (Janaúba))

PROPOSTA: Executar cursos de qualificação profissional pela Utramig, a fim de contribuir para o aumento da produtividade, empregabilidade, empreendedorismo e inserção social.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 42 - REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIENTADA PELO MERCADO

AÇÃO: 1391 - OPERACIONALIZAÇÃO DE CVTS E TELECENTROS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	7	279.427,00
Central	72	4.038.250,00
Centro Oeste	27	1.030.704,00
Jequitinhonha / Mucuri	21	782.524,00
Mata	40	1.394.696,00
Noroeste de Minas	58	519.931,00
Norte de Minas	60	3.758.807,00
Rio Doce	36	1.139.778,00
Sul de Minas	76	2.674.800,00
Triângulo	16	1.231.083,00

JUSTIFICAÇÃO: Um dos fatores da manutenção da pobreza e aumento da criminalidade é a baixa qualificação com que o cidadão ingressa no mercado de trabalho. Por isso, o Estado deve contribuir para formar e qualificar mão-de-obra alinhada à demanda do setor produtivo como objetiva o PMDI e contempla o programa 042 (rede de formação profissional orientada para o mercado).

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.371/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria da Consolação Faria (Cons. Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inclusão da região Centro-Oeste na ação 1183 do Programa 034, com previsão das metas física (200 jovens atendidos) e financeira (R\$200.000,00).

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 34 - PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE

AÇÃO: 1183 - FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 24 ANOS

Regionalização	2011
----------------	------

	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	1878	1.220.097,00
Central	10428	6.794.065,00
Centro Oeste	200	200.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1072	696.739,00
Mata	1306	850.262,00
Noroeste de Minas	0	0,00
Rio Doce	312	203.364,00
Triângulo	604	393.693,00

JUSTIFICAÇÃO: Considerando o grande número de adolescentes em situação de risco, o Programa Fica Vivo contribui para a prevenção da criminalidade dos adolescentes e jovens, redirecionando-os para uma vida mais segura e saudável.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.372/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Estabelecer convênio com o FNDE/MEC e em programas de formação Profucionário e Forprof (professores) com abrangência a todos os profissionais de educação da rede estadual pública.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

JUSTIFICAÇÃO: Os programas do Estado hoje são apenas para docentes, e têm pequena abrangência na cobertura dos profissionais da rede escolar estadual.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.373/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ubiratã Pinto Cerqueira (Sind. dos Trab. em Telecomunicações de M.G. - SINTTEL-MG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Investir no melhoramento salarial dos professores

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 701 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AÇÃO: 2417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS

JUSTIFICAÇÃO: Resgatar a valorização da categoria. Buscar aumentar o interesse pelo ingresso na profissão. Resgatar o respeito pelo profissional da educação.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.374/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Santuza Abras (Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criação de parque tecnologico junto ao Campus UEMG Belo Horizonte.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 43 - REDE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

AÇÃO: 1202 - APOIO AOS PROJETOS DE CARÁTER ESTRUTURANTES DO SISTEMA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO: Produção de conhecimento e pesquisas junto ao CETEC e FAPEMIG, que estão no mesmo espaço geográfico da Cidade Nova.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.375/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Flávia Ivar de Souza (Espaço Sonoro (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Utilizar a tecnologia "QR Code" em monumentos culturais e interligá-los em um site. As informações estariam disponíveis em português, inglês, francês e espanhol. O acesso seria via celular e bluetooth.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 16 - TURISMO COMPETITIVO EM MINAS GERAIS

AÇÃO: 4323 - ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	2	14.635.000,00
Estadual	0	0,00
Noroeste de Minas	7	179.375,00
Norte de Minas	9	230.625,00

JUSTIFICAÇÃO: Promover a cultura mineira para os brasileiros e estrangeiros durante o evento "Copa do Mundo 2014". A tecnologia permite que telefones celulares recebam informações, automaticamente, sobre locais visitados.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.376/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Walter Prudente Junior (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Walter Prudente Junior (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara))

PROPOSTA: Passarela na travessia da MG 223, que liga os bairros Tiradentes e Nova Esperança (Tupaciguara).

Proposta aglutinada: Passarela na travessia da BR 452 que liga os bairros Jardim do Lago e Bairro Primavera (Tupaciguara).

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 57 - PROGRAMA DE AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE

AÇÃO: 1159 - OPERAÇÃO DE SEGURANÇA VIÁRIA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	500	4.835.496,00
Triângulo	2	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Melhores acessos para todos: turistas, agropecuaristas e toda a população , buscando uma melhor qualidade de vida para todos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.377/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Paulo Nepomuceno (UFJF - Faculdade de Economia e Administração (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Implantação do Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e região. Aumentar a meta financeira do Parque de Juiz de Fora para R\$ 4.000.000,00.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 43 - REDE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

AÇÃO: 1202 - APOIO AOS PROJETOS DE CARÁTER ESTRUTURANTES DO SISTEMA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	900,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Mata	2	5.600.000,00
Norte de Minas	0	0,00
Rio Doce	0	0,00
Sul de Minas	2	1.700,00
Triângulo	1	800,00

JUSTIFICAÇÃO: Atendimento dos objetivos estratégicos do PMDI.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.378/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Beatriz de Carvalho Teixeira Werneck (Instituição não informada)

PROPOSTA: Construção de um centro para promoção do artesanato em Leopoldina, equipado com maquinário, matéria prima e veículo para transporte da produção, contando, ainda, com uma feira para exposições e comercialização dos produtos.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 157 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO EM MINAS GERAIS

AÇÃO: 4444 - PROMOÇÃO DO ARTESANATO MINEIRO

JUSTIFICAÇÃO: Essa iniciativa é oportunidade para complemento da renda das famílias de baixa renda do Município, evitando situações de vulnerabilidade social de jovens.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.379/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Carlindo Dourado Souza (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí))

PROPOSTA: Criação de um centro de pesquisa para desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha na área de agricultura e pecuária, a ser instalado no Município de Araçuaí.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 3 - ARRANJOS PRODUTIVOS, POLOS DE EXCELÊNCIA E POLOS DE INOVAÇÃO

AÇÃO: 4699 - INDUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	7	11.470.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	4	3.000.000,00
Mata	2	3.500.784,00
Norte de Minas	5	7.500.000,00
Sul de Minas	3	6.000.000,00
Triângulo	2	4.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: No Vale do Jequitinhonha a falta de pesquisa sobre métodos adequados de produção na região prejudica a produtividade na agricultura e na pecuária. Araçuaí é um Município pólo do médio Jequitinhonha.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.380/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: PPP com a Usina Alvorada para construção de uma estrada asfaltada entre Araporã e o povoado dos Garcias, no município de Monte Alegre.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 216 - PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

AÇÃO: 4415 - OBRAS DE MELHORAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EM PARCERIAS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira

Jequitinhonha / Mucuri	1	2.000,00
Triângulo	1	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Expansão da cultura de cana de açúcar e facilidade de escoamento da produção leiteira da região.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.381/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Nilo Cláudio da Costa Pádua (Câmara Municipal de Iturama (Iturama))

PROPOSTA: Requer a realização de audiências públicas durante o processo de formulação do PPAG 2012 - 2015, antes de sua apresentação ao Poder Legislativo, com a participação de conselhos e movimentos sociais no processo elaborativo.

Propostas aglutinadas - textos: Requer a participação dos representantes da sociedade civil na avaliação e no planejamento do formato das audiências públicas de formulação, revisão e monitoramento do PPAG, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento do processo participativo.

Acrescentar no texto da lei do PPAG aonde convier: manutenção na íntegra das propostas aprovadas nas audiências públicas do PPAG.

Na regionalização do Estado (para todos os programas e ações) separar o Vale do Jequitinhonha, o Norte de Minas e o Vale do Mucuri, estabelecendo metas iguais e consistentes para essas regiões.

ÁREA DE RESULTADO: 12 - Qualidade e Inovação em Gestão Pública

PROGRAMA: 158 - GOVERNANÇA ELETRÔNICA

AÇÃO: 1232 - IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO: As audiências promoverão a ampliação da participação popular na construção do planejamento público e na definição das prioridades de ação e alocação de recursos, a partir da avaliação de indicadores.

Justificativas das demais propostas aglutinadas: Em que pesem os avanços já alcançados, ressaltamos a importância de dispor de mecanismos que fortaleçam e ampliem a apropriação de informações orçamentárias pela sociedade civil, para incidir de forma qualificada no planejamento público.

Não forneceu justificativa: A precária unidade política do Vale do Jequitinhonha faz com que essa região seja prejudicada em relação ao Norte de Minas e ao Vale do Mucuri, no planejamento do Estado. Portanto, é preciso separá-los.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.382/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: José Renato de Souza (Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas (Conceição das Alagoas))

PROPOSTA: Dentro do programa de recuperação das rodovias estaduais, a iniciativa de revisão dos entrocamentos, trevos, etc..

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 38 - PROMG PLENO - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AÇÃO: 1 - Revisão de entrocamentos, trevos etc.

JUSTIFICAÇÃO: A recuperação das estradas proporcionará maior velocidade dos veículos e esta iniciativa minimizará o risco de acidentes, proporcionando maior segurança nas estradas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.383/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antônia M. Bacil (Núcleo de Orientação Vocacional e Aprendizagem - NOVAIS (Belo Horizonte)) / Maria José Bacil (Núcleo de Orientação Vocacional e Aprendizagem - NOVAIS (Belo Horizonte)) / Antônia M. Bacil (Núcleo de Orientação Vocacional e Aprendizagem -

NOVAIS (Belo Horizonte)) / Maria José Bacil (Núcleo de Orientação Vocacional e Aprendizagem - NOVAIS (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Capacitação de educadores das escolas de educação básica objetivando a aprendizagem da leitura emocional como aspecto preventivo da pedagogia terapêutica.

Proposta 224: Inclusão da disciplina "Educação Emocional (Ecologia Emocional)" na educação básica e profissionalizante como metodologia inovadora da pedagogia terapêutica.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

JUSTIFICAÇÃO: Alinhar os educadores frente à sua verdadeira educação, buscando a melhoria e a sustentabilidade dos processos de aprendizagem.

Justificativa: Necessidade de se "ressignificar" na prática a alfabetização emocional junto à psicologia do ser de Abraham Maslov, através da aplicabilidade das essências, florais Bach e sua filosofia.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.384/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Leandro Fernandes Malloy Diniz (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aquisição de equipamentos, softwares e testes para atendimento clínico, ensino e pesquisa na área de neuropsicologia para o Ambulatório de Neuropsicologia aplicada à psiquiatria do HC-UFMG.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 43 - REDE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

AÇÃO: 4083 - FOMENTO A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS INOVADORES

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	0	0,00
Central	1	8.462.449,00
Mata	1	8.560.800,00
Norte de Minas	1	2.146.166,00
Sul de Minas	1	8.184.752,00
Triângulo	1	3.487.733,00

JUSTIFICAÇÃO: Ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Ambulatório de neuropsicologia aplicada à psiquiatria da UFMG.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.385/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Walter Prudente Junior (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara))

PROPOSTA: Asfaltamento e construção da futura MG, da estrada vicinal de Tupaciguara para a cidade de Monte Alegre de Minas Gerais.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 116 - CAMINHOS DE MINAS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	100	31.200,00
Central	2652	391.214,00
Centro Oeste	1071	145.664,00
Jequitinhonha / Mucuri	724	94.947,00
Mata	3723	456.878,00
Noroeste de Minas	2702	327.063,00
Norte de Minas	1281	170.371,00
Rio Doce	714	93.816,00
Sul de Minas	1888	221.557,00
Triângulo	1526	199.006,00

JUSTIFICAÇÃO: Melhores acessos para todos: turistas, agropecuaristas e toda a população, buscando uma melhor qualidade de vida para todos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.386/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Alexandre Berquó Dias (Prefeitura Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã)) / Jeronimo Romualdo Batista Filho (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / Walter Prudente Junior (Câmara Municipal de Tupaciguara (Tupaciguara)) / João Silva Filho (Câmara Municipal de Campina Verde (Campina Verde)) / Dalva Maria de Queiroz Tiago (Prefeitura Municipal de Carneirinho (Carneirinho))

PROPOSTA: Recapeamento BR 452 - Tupaciguara-Araporã e implantação de acostamento.

Propostas aglutinadas: Recapeamento da BR-497, nos trechos Campina Verde-Prata e Carneirinho-Iturama.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 128 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA

AÇÃO: 4518 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS DELEGADAS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	25350	62.479.758,00

JUSTIFICAÇÃO: Péssimas condições de tráfego e grande fluxo de veículos, principalmente de caminhões.

Propostas aglutinadas - justificativa: Péssimo estado de conservação da rodovia BR 497, grande fluxo de veículos pesados, além de sua importância para o escoamento da produção advindos não só do Município, mas de outros Estados.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.387/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliação da ação 1188 do Programa 034 a fim de atender a Comarca de Governador Valadares, região Vale do Rio Doce, com aumento da meta financeira para R\$471.223,00.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 34 - PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE

AÇÃO: 1188 - DEFESA DOS PRESOS PROVISÓRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	10.000,00
Rio Doce	1	471.223,00

JUSTIFICAÇÃO: Aumento da demanda na Comarca de Governador Valadares.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.388/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Nair Ferreira Faria Araújo (Câmara Municipal de Itapagipe (Itapagipe)) / Vania Dias de Oliveira (Instituição não informada)

PROPOSTA: Criar uma ação no Programa Lares Geraes voltada para financiar a reforma de moradias para famílias de baixa renda.

Proposta aglutinada - Texto: O plano de governo deveria contemplar a reforma e ampliação de moradias para famílias de baixa renda.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 25 - LARES GERAES

JUSTIFICAÇÃO: As famílias de baixa renda não possuem recursos para manter a estrutura de suas moradias, e com o tempo elas se deterioram oferecendo risco para os moradores.

Justificativa da proposta aglutinada: As famílias de baixa renda não possuem recursos para manter a estrutura de suas moradias, e com o tempo elas se deterioram oferecendo risco para os moradores.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.389/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Santuza Abras (Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Programa de capacitação de professores da educação básica e do ensino superior. Cursos rápidos de extensão para capacitação em serviço.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

JUSTIFICAÇÃO: Expertise da Uemg na formação de professores.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.390/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Universalizar o investimento na melhoria da infraestrutura física, mobiliário e equipamentos escolares do ensino fundamental.

Proposta 182: Universalizar o atendimento da melhoria da infra-estrutura física, mobiliário e equipamentos escolares do ensino médio.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 1024 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL

Finalidade da ação: Atendimento de todas as escolas de ensino fundamental na melhoria da infra-estrutura física, mobiliário e equipamentos escolares.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	3810	300.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A Ação 1024 está programada para atender apenas uma parcela das escolas e a alteração é para atender cem por cento das escolas de ensino fundamental. Esta ação atende apenas a uma parcela das escolas do ensino médio e a proposta visa ao atendimento de todas as escolas de ensino médio.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.391/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque da Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar Ação 4468 - Atenção à Saúde das Comunidades Indígenas, do Programa 706, excluída nesta revisão.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE

AÇÃO: 1 - Atenção à Saúde das Comunidades Indígenas e Quilombolas

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 3204 - MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: 140 - MUNICÍPIO

Finalidade da ação: Estruturar a atenção primária à saúde nas aldeias indígenas e nas comunidades quilombolas, garantindo a equidade e a qualidade de acesso dessas populações à saúde.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Centro Oeste	1	83.334,00
Jequitinhonha / Mucuri	6	500.000,00

Mata	1	83.333,00
Norte de Minas	1	83.333,00
Rio Doce	2	166.667,00
Sul de Minas	1	83.333,00

JUSTIFICAÇÃO: Prestar assistência à saúde nas comunidades indígenas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.392/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Luciane Sepúlveda Viana (Federação Mineira de Xadrez (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar meta física e financeira, dobrando o número de alunos atendidos e de recursos disponibilizados.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 235 - MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

AÇÃO: 2010 - XADREZ NA ESCOLA

Novo nome: Xadrez na Escola

Unidade: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Produto: 10695 - ALUNO PARTICIPANTE

Unidade de medida: 11 - ALUNO

Finalidade da ação: DESENVOLVER, POR MEIO DO XADREZ, O AUTOCONTROLE PSICOFÍSICO, A CRIATIVIDADE, A CAPACIDADE DE PENSAR DE MANEIRA LÓGICA E ÁGIL, ESTIMULANDO-SE A TOMADA DE DECISÕES COM AUTONOMIA E MELHORANDO-SE A CAPACIDADE DE APRENDIZADO E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	500	80.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A Ação Xadrez na Escola beneficiou, em 2009, mais de 500 alunos em aproximadamente 200 escolas. Em 2010 a ação não foi executada devido aos limites impostos pela lei eleitoral no que se refere ao repasse de recursos para entidades privadas. A proponente sugere que a programação orçamentária seja feita nos mesmos moldes do que foi executado em 2009.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.393/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Universalizar a cobertura da alimentação escolar nas escolas de tempo integral da rede pública. Substituir o nome, a finalidade e as metas física e financeira da Ação 4034 - Ampliação da oferta de alimentação escolar nas escolas de tempo integral.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 19 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

AÇÃO: 4034 - AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	3942	607.068,00
Central	33069	5.122.626,00
Centro Oeste	4864	749.056,00
Estadual	3000	463.860,00
Jequitinhonha / Mucuri	9502	1.463.308,00
Mata	13887	2.138.598,00
Noroeste de Minas	2031	312.774,00
Norte de Minas	10857	1.671.978,00
Rio Doce	11205	1.725.570,00
Sul de Minas	9735	1.499.190,00
Triângulo	5908	909.832,00

JUSTIFICAÇÃO: Após 4 anos, o modelo de educação integral tem baixíssima abrangência na rede pública. A alimentação escolar é fundamental para a permanência do aluno em tempo integral.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.394/2010

(Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Sandra Mara Alburquerque Bossio (Centro Pela Mobilização Nacional (Belo Horizonte)) / Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Selmara Mamede Simões Ferreira (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte)) / Zilton Alves da Silva (Associação Família de Caná (Belo Horizonte)) / Rodrigo Pascoal Ulhoa Cintra (Polícia Civil de M.G. - Divisão Esp. Investigação Antidrogas (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aglutinar os programas associados 152 - Fomento à Gestão local de Políticas sobre Drogas - e 160 - Rede Complementar de Suporte Social e Atenção ao Dependente Químico, mantendo-se as ações neles inseridas, transformando-os em um único Programa Estrutrador.

Propostas Aglutinadas:

Alterar de associado para estrutrador o Programa 160 - Rede Complementar de Suporte Social e Atenção ao Dependente Químico.

Criação de Programa estrutrador de "Prevenção, tratamento, reinserção social e combate às drogas.

Inclusão de ação no Programa 184, com o objetivo de modernizar as ações do Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil, viabilizando a dotação orçamentária para investimentos em tecnologia e capacitação de policiais que atuam na repressão qualificada ao narcotráfico organizado, com previsão de metas física e financeira.

Inclusão de Ação no Programa 160 - Rede Complementar de Suporte Social e Atenção ao Dependente Químico - Criar e implementar cursos de capacitação destinados a profissionais das áreas envolvidas nas políticas públicas para usuários de álcool e drogas, que abranjam os vários aspectos de prevenção, tratamento e reinserção social, pesquisas e vigilância epidemiológica, rede de educação, saúde e assistência social, priorizando a capacitação, nesta ordem, dos profissionais da educação, da segurança pública e dos demais profissionais que atuam na abordagem dos dependentes químicos e familiares. Justificativa: Necessidade de preparar os profissionais para trabalharem com a conscientização e tratamento do dependente químico.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 1 - Rede Complementar de Suporte Social e Atenção ao Dependente Químico

Nome: Rede Complementar de Suporte Social e Atenção ao Dependente Químico

Tipo de programa: 1 - Finalístico

Área de resultado: 10 - Defesa Social

Unidade responsável: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Objetivo do programa: Promover, articular e efetivar a melhoria das diversas ações e serviços de atenção ao usuário de álcool, tabaco e outras drogas.

AÇÃO: 1 - Capacitação de profissionais envolvidos nas políticas públicas para usuários de álcool e outras drogas

Produto: 11079 - PROFISSIONAL CAPACITADO

Unidade de medida: 171 - PROFISSIONAL

Finalidade da ação: Criar e implementar cursos de capacitação destinados a profissionais das áreas envolvidas nas políticas públicas para usuários de álcool e drogas, que abranjam os vários aspectos de prevenção, tratamento e reinserção social, pesquisas e vigilância epidemiológica, rede de educação, saúde e assistência social, priorizando a capacitação, nesta ordem, dos profissionais da educação, da segurança pública e dos demais profissionais que atuam na abordagem dos dependentes químicos e familiares.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1200	2.000.000,00

AÇÃO: 2 - Modernização das ações do Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil e Capacitação de policiais que atuam na repressão qualificada ao narcotráfico

Unidade: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade da ação: Contribuir para a redução da taxa de homicídios, para a diminuição da oferta de drogas, bem como para o combate da lavagem de dinheiro e o poder das organizações criminosas que atuam no Estado.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Unificar e priorizar os programas associados em um programa estruturador irá evitar esforços e gastos duplicados, fortalecendo o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Rede de Atenção ao Dependente Químico.

Propostas aglutinadas - justificativas:

- Garantir aporte continuado de recursos para o desenvolvimento das ações.

- Possibilitar a construção de uma política pública e um sistema estadual com ações integradas de prevenção, tratamento e combate a uso das drogas, que articule as políticas públicas de saúde, assistência social, esporte e lazer, educação, cultura e segurança pública e constitua uma rede de atendimento .

- Modernização das ações do Departamento, com maiores investimentos em tecnologia e capacitação dos profissionais.

- Necessidade de preparar os profissionais para trabalharem com a conscientização e tratamento do dependente químico.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.395/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROponente: Dinéia Aparecida Domingues (Fórum Mineiro de Educação Infantil (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Maria da Consolação Faria (Cons. Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alteração do indicador do programa com vistas a verificar e enfrentar, com orçamento, as desigualdades regionais.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 180 - MELHORIA DO ENSINO MÉDIO

Área de resultado: 1 - Educação de Qualidade

JUSTIFICAÇÃO: Além das metas físicas e financeiras precisamos reconhecer indicadores de qualidade por região do estado, dadas as desigualdades regionais e seu reflexo na renda, no mercado e no acesso ao ensino superior.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.396/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROponente: Paulo Nepomuceno (Universidade Federal de Juiz de fora - UFJF - Reitoria (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Implantação do Jardim Botânico de Juiz de Fora em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1058 - CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	10000	1.260.000,00
Mata	1	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Proteção da biodiversidade.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.397/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROponente: Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte)) / Elias Esteves Alves (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí)) / Claudilene da Costa Ramalho (Secretaria M. de Desenvolvimento Social de Novo Cruzeiro (Novo Cruzeiro)) / Albano Silveira Machado (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Itamar Alves de Souza (Ascopi (Itaobim)) / Claudilene da Costa Ramalho (Secretaria M. de Desenvolvimento Social de Novo Cruzeiro (Novo Cruzeiro)) / Elias Esteves Alves (Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí)) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - FETAEMG (Belo Horizonte)) / Claudilene da Costa Ramalho (Secretaria M. de Desenvolvimento Social de Novo Cruzeiro (Novo Cruzeiro)) / Albano Silveira Machado (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Claudilene da Costa Ramalho (Secretaria M. de Desenvolvimento Social de Novo Cruzeiro (Novo Cruzeiro))

PROPOSTA: Cumprimento, por parte do Governo do Estado de Minas Gerais, das ações previstas na Deliberação Normativa COPAM nº133, que prevê a instalação de uma comissão de gestão pública para construir propostas de geração de emprego e renda para os assalariados rurais que trabalham na atividade de corte de cana-de-açúcar, em especial nas regiões do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce.

Propostas aglutinadas:

Incentivo à atração e implantação de indústrias no Vale do Jequitinhonha.

Aumento dos recursos financeiros para capacitação de mão de obra, em especial dos trabalhadores que atualmente estão empregados em atividades do corte de cana-de-açúcar e colheita do café, nas regiões do Jequitinhonha, Mucuri e São Francisco.

Incrementar o investimento em capacitação de trabalhadores empregados em atividades de corte de cana-de-açúcar, no Vale do Jequitinhonha, com vistas a propiciar oferta de mão de obra para atração de novos investimentos para a região.

Realização de eventos (fórum, seminário etc), com a participação efetiva da ALMG, para discutir a migração dos trabalhadores da região do Vale do Jequitinhonha para trabalhar no corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo e os efeitos da mecanização desta atividade sobre o mercado de trabalho daquela região.

Criar uma ação para capacitar, para geração de renda, as mulheres cujos maridos migram sazonalmente para o corte de cana

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: 1 - Inclusão produtiva e capacitação de mão-de-obra

Unidade: 2421 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

Produto: 10451 - TRABALHADOR CAPACITADO

Unidade de medida: 616 - TRABALHADOR

Finalidade da ação: Inclusão produtiva e capacitação de mão-de-obra, em especial para os trabalhadores sazonais que migram para a colheita de cana-de-açúcar e de café, com atividades apoiadas nas deliberações da Comissão de Gestão Pública, instituída pela Deliberação Normativa COPAM nº 133, de 15 de abril de 2009.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	100	100.000,00
Norte de Minas	100	100.000,00
Rio Doce	100	100.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A Deliberação Normativa COPAM nº133, em seu art. 8º, IV, prevê que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, em conjunto com outros órgãos governamentais do Estado e órgãos colaboradores da sociedade civil, implemente políticas públicas, em especial de acesso à terra e a viabilização da agricultura familiar, apoiando aqueles municípios fornecedores de mão de obra para a agroindústria sucroalcooleira, uma vez que, em virtude da mecanização da produção, esta mão de obra estará disponível futuramente.

Propostas aglutinadas - justificativa:

Muitos trabalhadores residentes no Vale do Jequitinhonha migram temporariamente para o estado de São Paulo, para trabalhar no corte de cana-de-açúcar. A progressiva mecanização desta atividade econômica provocará aumento do desemprego de mão de obra desses trabalhadores. Necessário, portanto, política pública de qualificação profissional, para reinserção desse contingente no mercado de trabalho.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.398/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Silvânia Coelho Barrozo (Associação de São Vicente de Paulo - Conselho Central (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aumentar metas física e financeira da Ação 4192 - Rede de Atenção ao Idoso - Mais Vida.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

AÇÃO: 4192 - REDE DE ATENÇÃO AO IDOSO - MAIS VIDA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira

Central	3	14.368.000,00
Centro Oeste	1	2.000.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	2.000.000,00
Mata	1	3.332.000,00
Noroeste de Minas	1	2.000.000,00
Norte de Minas	1	2.606.000,00
Rio Doce	1	7.459.000,00
Sul de Minas	1	2.055.000,00
Triângulo	1	2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Atender os pacientes idosos que demandam assistência especializada e que não são atendidos na rede SUS.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.399/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Eliza Maria de Barros Severino (Grupo Bangalô das Artes (Cataguases))/Sebastião Carlos Barbosa (Câmara Municipal de São João Nepomuceno (São João Nepomuceno))

PROPOSTA: Asfaltamento das vias que ligam Descoberto a São João Nepomuceno e também até Itamarati de Minas.

Proposta aglutinada: Pavimentação asfáltica do Distrito de Araci, em São João Nepomuceno, até a represa da Energisa.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 186 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DOS ACESSOS VIÁRIOS

AÇÃO: 1208 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE ESTRADAS TURÍSTICAS E ECOLÓGICAS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	18	5.000,00
Mata	9	0,00
Sul de Minas	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: O grupo tem uma loja de economia solidária em Itamarati que atende os artesãos da região. A medida iria facilitar a visita dos turistas das represas, melhoria os negócios e também o lazer. Facilitaria, também, a visita às cidades Descoberto-São João Nepomuceno para compra de roupas, com bom preço.

Proposta aglutinada - Justificativa:

- A medida serve ao incentivo ao turismo rural, escoamento da produção rural, beneficiando e criando um pólo da indústria do turismo para cerca de vinte Municípios da Região.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.400/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Francisco Carlos Pardini (Associação dos Pescadores e Aquicultores de São Francisco de (São Francisco de Sales))

PROPOSTA: Criar uma ação que incentive a cadeia produtiva da piscicultura, estruturando laboratórios e uma rede de coleta de pescado com veículos refrigerados e assistência técnica, para o Triângulo Mineiro, na área de resultados Investimento e Valor Agregado da Produção, no Programa 040, unidade responsável IEF, CEMIG, SEAPA.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 40 - PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DAS EMPRESAS-ÂNCORAS

AÇÃO: 1 - AÇÕES ESTRATÉGICAS DE INCENTIVO À PISCICULTURA

Unidade: 2101 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Produto: 0 - A DEFINIR

Unidade de medida: 0 - A DEFINIR

Finalidade da ação: INCENTIVAR A CADEIA PRODUTIVA DA PISCICULTURA, POR MEIO DA ESTRUTURAÇÃO DE LABORATÓRIOS E DE UMA REDE DE COLETA DO PESCADO COM VEÍCULOS REFRIGERADOS E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Triângulo	1	1.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O Triângulo Mineiro possui aptidão para a piscicultura (clima e represas) e empreendedores dispostos a desenvolver a atividade. Além disso, Uberaba ganhará um frigorífico de pescado, com verba do Ministério da Pesca.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.401/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Instalar iluminação pública no Bairro Primavera, no Município de Araporã.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 12 - CRESCE MINAS: OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

AÇÃO: 3011 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E REFORÇO DAS REDES DE MÉDIA E BAIXA TENSÕES

JUSTIFICAÇÃO: Existem pontos escuros neste bairro que está sendo ocupado rapidamente, porém a Cemig precisa acelerar a implantação da energia elétrica.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.402/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: "Incorporar ao Programa 'Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica' estadual a universalização imediata do uso e qualificação dos profissionais e comunidade escolar relativo aos equipamentos e infraestrutura multimídia no Ensino Fundamental".

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 1 - Melhoria da utilização dos recursos didático-pedagógicos nas escolas de ensino fundamental.

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 10664 - ESCOLA ATENDIDA

Unidade de medida: 78 - ESCOLA

Finalidade da ação: Promover a capacitação, em todas as escolas de ensino fundamental, dos profissionais da educação e das comunidades escolares para o uso de equipamentos de informática e multimídia, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	650	100.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O Estado apenas promove o padrão de atendimento para parcela reduzida de escolas da rede pública.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.403/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Selmara Mamede (Interfóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Selmara Mamede Simões Ferreira (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte)) / Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada)

PROPOSTA: Elaboração do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas.

Proposta aglutinada: Incluir as Regiões do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, aumentando as metas física e financeira.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 4 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

AÇÃO: 4276 - DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS E PROGRAMAS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	1	1.430.263,00
Central	3	830.000,00
Estadual	3	3.796.613,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	100.000,00
Norte de Minas	1	574.142,00
Triângulo	1	2.200.221,00

JUSTIFICAÇÃO: É necessária a realização do Plano de Medidas Socioeducativas, conforme o Plano de Ação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Proposta aglutinada - justificativa:

-Necessidade de formação de parcerias para atender adolescentes cumprindo medidas de internação nessa região.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.404/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Renato Januário Santos (Instituição não informada)

PROPOSTA: Criação de ação. Isenção da taxa de iluminação pública para os clubes de futebol amador de Minas Gerais, utilizando recursos do Programa Campos de Luz (Ação 4166 CAMPOS DE LUZ)

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO

AÇÃO: 1 - Isenção de taxa de iluminação para os clubes de futebol amador

Unidade: 5401 - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

Produto: 270 - ENTIDADE BENEFICIADA

Unidade de medida: 75 - ENTIDADE

Finalidade da ação: Prevenir situação de risco social para os praticantes de futebol amador

JUSTIFICAÇÃO: Universalização do Programa Campos de Luz garantindo a todos os campos de futebol amador de Minas Gerais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.405/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Virgílio Furtado da Costa (Associação dos Municípios do Vale do Paraibuna - AMPAR (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Construção de ponte sobre o Rio Preto para construirmos a nova ligação rodoviária da zona da mata à São Paulo.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 216 - PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

AÇÃO: 4139 - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA

	2011	
	M. Física	M. Financeira
Regionalização		
Estadual	12	1.000.000,00
Mata	1	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Hoje temos que usar a ligação rodoviária com 90 KM a mais do que a proposta da nova ligação. Com a construção da ponte, a situação ficaria resolvida.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.406/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Universalizar os padrões básicos de atendimento a todas as escolas da educação básica da rede pública, como prioridade para

garantir a educação de qualidade, criando um novo programa estruturador, a partir dos padrões de gestão da educação básica do Programa 030 e absorvendo a Ação 4479 - Sistema de certificação ocupacional.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Novo nome: Novos Padrões de Gestão da Educação Básica

Tipo de programa: 1 - Finalístico

Área de resultado: 1 - Educação de Qualidade

Unidade responsável: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Objetivo do programa: MELHORAR O DESEMPENHO DAS ESCOLAS POR MEIO DA DEFINIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PADRÕES BÁSICOS RELACIONADOS À GESTÃO ESCOLAR, ORIENTADA PARA A EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

JUSTIFICAÇÃO: O governo destina mais recursos para a ação de gestão do que no atendimento da educação básica (infraestrutura).

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.407/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Virgílio Furtado da Costa (Associação dos Municípios do Vale do Paraibuna - AMPAR (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Realizar a ligação da BR 267 a BR 040.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 57 - PROGRAMA DE AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE

AÇÃO: 1157 - PAVIMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DE LIGAÇÕES FALTANTES

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	3	18.170.333,00
Mata	1	0,00

JUSTIFICAÇÃO: A medida visa evitar o transtorno viário no centro urbano de Juiz de Fora para os usuários da BR267 com destino a BR040.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.408/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Virgílio Furtado da Costa (Associação dos Municípios do Vale do Paraibuna - AMPAR (Juiz de Fora)) / Dalva Maria de Queiroz Tiago (Prefeitura Municipal de Carneirinho (Carneirinho))

PROPOSTA: Construção de três contornos rodoviários em Rio Novo-Guarani-Piraúba.

Proposta aglutinada: Construção de dois trevos de acesso à cidade de Carneirinho.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 57 - PROGRAMA DE AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE

AÇÃO: 1158 - ADEQUAÇÃO E AUMENTO DA CAPACIDADE VIÁRIA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	1.000,00
Mata	3	0,00
Triângulo	1	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Com a construção dos três contornos poderemos viabilizar o transporte de passageiros no aeroporto pois atrairemos 1.800 passageiros hoje sem acesso.

Proposta aglutinada - justificativa:

- Devido ao alto fluxo de veículos na BR 497 faz-se necessário medidas de prevenção a acidentes. A estrutura dos trevos garantirá mais segurança aos motoristas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.409/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aplicar a abrangência do programa 030 - Novos Padrões de Atendimento da Educação Básica para atender a todas as escolas das unidades prisionais.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 1 - Melhoria dos padrões básicos de atendimento de alunos e profissionais da educação lotados nas unidades prisionais da rede estadual.

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: Escolas nas unidades prisionais atendidas

Unidade de medida: 78 - ESCOLA

Finalidade da ação: Homogeneizar os padrões de qualificação do exercício da educação nas unidades prisionais.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual		5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Promover, nas escolas de unidades prisionais, os mesmos padrões de atendimento aos alunos e qualificação dos profissionais da educação lotados nessas escolas.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.410/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Promover a avaliação prognóstica do programa implementado de qualificação dos professores, com participação da comunidade escolar, antes da extensão da metodologia aos profissionais da rede de ensino médio.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

AÇÃO: 1 - Avaliação Prognóstica da Metodologia de Formação

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 11114 - PROFESSOR QUALIFICADO

Unidade de medida: 170 - PROFESSOR

Finalidade da ação: Implementar uma avaliação prognóstica da metodologia de formação adotada, cuidando, ainda, da divulgação dos resultados obtidos.

JUSTIFICAÇÃO: O governo pretende ampliar o método de formação sem avaliar os resultados obtidos até agora, haja visto que existem modelos de formação no FNDE/MEC com maior abrangência.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.411/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Ana Cristina Mendonça Vasconcelos Galina (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Frutal)) / Ana Cristina Mendonça Vasconcelos Galina (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Frutal)) / Maíza Signorelli (Câmara Municipal de Frutal (Frutal)) / Daniel dos Reis (Instituição não informada) / Maurilio Carlos de Toledo (Câmara Municipal de Fronteira (Fronteira)) / Nilo Cláudio da Costa Pádua (Câmara Municipal de Iturama (Iturama)) / Cristino Ferreira Urzedo (Instituição não informada)

PROPOSTA: Construção de viaduto no entrocamento da BR 153 com a MG 255.

Propostas aglutinadas:

Duplicação da rodovia BR 153, no trecho Prata a Fronteira.

Implantação de barreira eletrônica na BR 364, em frente ao conjunto habitacional Frutal III, em Frutal.

Construção do trevo da BR 153, do Condomínio Santa Mônica com o distrito de Santo Antônio do Rio Grande (Lagoa Seca).

Implantação de fato trevos e 3ª faixa br 497, 153, MG 255 e outras.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 57 - PROGRAMA DE AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE

JUSTIFICAÇÃO: Garantia de segurança e fluidez no trânsito.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.412/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Evina Teixeira da Cruz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina (Medina)) / Vanessa Barçante Jota (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA (Belo Horizonte)) / Vanessa Barçante Jota (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA (Belo Horizonte)) / Wesley José Cardoso (Escola Família Agrícola de Comarcão Vida Comunitária (Comarcão)) / José Aparecido Felipe Santana (Escola Família Agrícola de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa)) / Roseimere Jardim Franca (Escola Família Agrícola Bontempo (Itaobim))

PROPOSTA:

Proposta 283: Restaurar a ação 2138 - ATENDIMENTO À ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA - ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL.

Proposta 286: Restaurar a ação 2139 - ATENDIMENTO À ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA - ENSINO MÉDIO RURAL INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL EM TEMPO INTEGRAL.

Proposta 282: Alteração das metas física e financeira da ação 4587, mantendo a finalidade.

Proposta 327: Formar educadores das Escolas Família Agrícola mineiras em pedagogia da alternância visando uma formação específica para a educação do campo.

Proposta 376: Garantir recursos para bolsa-aluno e infra-estrutura das escolas família agrícolas de Minas Gerais.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 232 - ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

AÇÃO: 1 - Atendimento Escola Família Agrícola - Ensino Fundamental Rural em Tempo Integral

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 11270 - ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL BENEFICIADO

Unidade de medida: 11 - ALUNO

Finalidade da ação: REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA APOIO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA CONFORME A MODALIDADE ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	287	662.160,66
Mata	257	592.945,26

JUSTIFICAÇÃO: A retomada das ações vem ao encontro das necessidades reais para a promoção da educação diferenciada e para cumprimento do Decreto 44.984, de 19/12/2008 e da Resolução da SEE 1257 de 23/12/2008, resguardando recursos para a execução das atividades que influenciam direta e indiretamente na formação dos jovens rurais. Tal modificação trará segurança e garantia às EFA's para planejar e gerir suas atividades pedagógicas/administrativas, além de proporcionar maior transparência na aplicação, execução e fiscalização do recurso público. Desmembrar a ação 4587, restaurando as ações 2138. As EFA's são comunitárias e não dispõem de recursos para a formação de professores e eles precisam de formação específica. As EFA's, por atenderem a um público específico e não contar ainda com uma lei específica para a questão de repasse financeiro, necessita deste aporte para o seu funcionamento.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.413/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alteração de finalidade da Ação 4110, visando a promover políticas públicas de garantia de direitos humanos para os povos indígenas.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: 4110 - PROMOÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS

Finalidade da ação: PROMOVER POLÍTICAS PÚBLICAS DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS PARA TODOS OS CIDADÃOS DO ESTADO, EM ESPECIAL PARA OS GRUPOS EXCLUÍDOS DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS, inclusive os povos indígenas e quilombolas.

JUSTIFICAÇÃO: Os povos indígenas vivenciam processos de busca de alternativas de subsistência, formulação de políticas públicas e fortalecimento do processo organizativo.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.414/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Democratizar o Programa de Certificação Profissional, promovendo a participação dos representantes dos trabalhadores da educação e da comunidade escolar e visando à garantia de seu sucesso e publicidade de seus resultados.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 1 - Controle social do modelo de certificação profissional da rede pública estadual

Unidade de medida: 78 - ESCOLA

Finalidade da ação: Adicionar a democratização do modelo de certificação, através da definição dos padrões e da avaliação permanente do mesmo.

JUSTIFICAÇÃO: O modelo do Estado já em implementação não foi discutido dentro do sistema e faz parte de critério de promoção profissional na carreira da educação.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.415/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Selmara Mamede Simões Ferreira (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliação da meta financeira e alteração do produto e da unidade de medida da ação 4321, de Centro Socioeducativo atendido para adolescente atendido). A proposta objetiva, ainda, transferir essa ação do programa 196 para o 004.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 196 - COORDENAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

AÇÃO: 4321 - GESTÃO DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS

Produto: 1040 - ADOLESCENTE ATENDIDO

Unidade de medida: 5 - ADOLESCENTE

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	2	1.098.387,00
Central	18	9.885.482,00
Estadual	10544	27.882.900,00
Jequitinhonha / Mucuri	5	2.745.966,00
Mata	1	549.193,00
Rio Doce	1	549.193,00
Sul de Minas	1	549.193,00
Triângulo	1	549.193,00

JUSTIFICAÇÃO: As atividades executadas na ação 4363 de 2010 foram realocadas na ação 4321 de 2011, sendo que o recurso de 2010 para o custeio das unidades era 43% maior do que o que está proposta para 2011. Tendo em vista que as ações têm o mesmo objeto, justifica-se a ampliação da meta financeira para custear as unidades existentes e para a que será concluída (BH-Horto). A alteração do produto/unidade de medida proposta visa a conferir maior transparência e a favorecer o monitoramento.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.416/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarise Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Implementação da ação "Acompanhamento Social nas Escolas Públicas", incluída no Programa 33 em 2008, por meio de parceria com a ONG proponente

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 33 - POUPANÇA JOVEM

AÇÃO: 4069 - ACOMPANHAMENTO SOCIAL DOS ALUNOS DO POUPANÇA JOVEM

JUSTIFICAÇÃO: Embora a ação tenha sido incluída no programa 33 em 2008, não consta que tenha sido implementada.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.417/2010

(Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarise Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criação de um programa de prevenção e erradicação da fome, que compreenda ações de combate à desnutrição, de educação nutricional e de capacitação de pessoas para trabalharem no programa que será desenvolvido a partir de diagnóstico social. O programa deve incluir transferência de renda para as famílias a serem beneficiadas.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 1 - Programa de prevenção e erradicação da fome

Tipo de programa: 1 - Finalístico

Área de resultado: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Objetivo do programa: Prevenção e erradicação da fome, combate à desnutrição, educação nutricional, a partir de diagnóstico social.

JUSTIFICAÇÃO: Apesar da existência do Programa Bolsa Família, que tem um valor indiscutível, muitas vezes esse benefício é gasto com toda a família. A criação desse programa não só combateria a desnutrição em todas as faixas etárias, como também significaria geração de emprego e renda. O programa deverá ser gerido pelo governo estadual e pelas ONGs que tenham utilidade pública municipal, estadual e federal.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.418/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maira Christina Marques Fonseca (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir uma ação no programa 039, de incentivo à produção das espécies medicinais, selecionadas pela Secretaria de Estado da Saúde de M.G. (Componente Verde), por meio de agricultores familiares. Desenvolver tecnologias para o cultivo dessas espécies que serão fornecidas ao SUS.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 39 - PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E INSERÇÃO REGIONAL (INCLUSIVE AGRONEGÓCIO)

AÇÃO: 1 - Incentivo à produção de plantas medicinais para o SUS em Minas Gerais

Produto: 1130 - PROJETO APOIADO

Unidade de medida: 175 - PROJETO

Finalidade da ação: Apoiar projetos para produção de espécies de plantas medicinais por agricultores familiares e desenvolvimento de tecnologias para cultivo dessas espécies.

Regionalização	2011
	M. Física
	M. Financeira

Estadual	100	100.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A Secretaria de Saúde de Minas selecionou 14 espécies de plantas medicinais que seriam fornecidas ao SUS no Estado, que não são produzidas em quantidade e com qualidade necessárias. Essa ação seria uma opção de renda para os agricultores familiares do Estado. A Epamig tem trabalhado em parceria com a SES para o desenvolver tecnologias de cultivo para essas espécies através de projetos de pesquisa aprovados em editais públicos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.419/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Nomeação de um Escrivão para a Delegacia de Polícia Civil de Araporã

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 189 - PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

JUSTIFICAÇÃO: O trabalho do Escrivão é realizado por um funcionário não qualificado para as atribuições do cargo.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.420/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - São João Nepomuceno

PROPONENTE: Valdir Carvalho da Silva (Associação de Amigos Amantes da Arte de Juiz de Fora (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Promover a mobilização comunitária para implantação da guarda mirim nas escolas públicas e sua expansão, incluindo-o como atividade no programa "Escola em Tempo Integral"

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 154 - MINAS JOVEM PROTAGONISTA

AÇÃO: 1 - Construção e manutenção de centros da guarda mirim comunitária.

Unidade: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Produto: 10715 - CENTRO CONSTRUÍDO

Unidade de medida: 44 - CENTRO

Finalidade da ação: Dotar de sedes próprias o projeto "Guarda Mirim" promovendo inclusão social e apoio à escola de tempo integral.

	2011	
Regionalização	M. Física	M. Financeira
Mata	1	200.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Tendo em vista a escola de tempo integral e promoção da cidadania no contexto da educação, a implantação da guarda mirim nacional.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.421/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Alteração da Ação 1374, modificando a finalidade e redistribuindo as metas físicas e financeiras para a construção de um Núcleo do Corpo de Bombeiros para atender os Municípios de Araporã, Tupaciguara, Centralina, Canápolis e Monte Alegre - Região Triângulo.

ÁREA DE RESULTADO: 12 - Qualidade e Inovação em Gestão Pública

PROGRAMA: 6 - CIDADE ADMINISTRATIVA

AÇÃO: 1374 - CONSTRUÇÃO DE BATALHAO DO CBMMG

Finalidade da ação: CONSTRUIR O 11º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MG e uma unidade na Região do Triângulo.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	75	4.000.000,00
Triângulo	1	0,00

JUSTIFICAÇÃO: É necessário a regionalização para desafogar a unidade de Ituiutaba e Uberlândia.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.422/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Renata Aparecida de Souza (Instituição não informada)

PROPOSTA: Regularização de terras devolutas do Estado de Minas Gerais

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 144 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL AGRARIO

AÇÃO: 4255 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	30000	7.770.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Promover a inclusão socioeconômica atrelada à valorização e o desenvolvimento sustentável do território.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.423/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Edmilson Teixeira Ramalho (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentavel (Novo Cruzeiro)) / Domingos Fernandes de Souza (Instituição não informada) / Regina Lúcia Bicalho (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aumento da meta financeira da ação 4400 para o nível de 2010 com a mesma distribuição regional e mudança da finalidade incluindo "prioritariamente os agricultores familiares".

Propostas aglutinadas:

a) Sobre a Emater: é preciso ter mais técnicos atuando na região. Ainda, deve ser feito um estudo sobre a distribuição desses técnicos nos Municípios, de modo que não haja técnicos sobrecarregados em função do tamanho da população da zona rural.

b) Obrigar a Emater-MG a fornecer o apoio técnico que lhe cabe (aos agricultores).

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 119 - PROGRAMA EXTENSÃO RURAL PARA RESULTADOS

AÇÃO: 4400 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	15331	1.407.569,00
Central	51925	4.767.335,00
Centro Oeste	14970	1.374.425,00
Jequitinhonha / Mucuri	47774	4.386.225,00
Mata	71608	6.574.470,00
Noroeste de Minas	12053	1.106.609,00
Norte de Minas	122008	11.201.791,00
Rio Doce	34793	3.194.413,00
Sul de Minas	63855	5.862.652,00
Triângulo	19683	1.807.134,00

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de aumentar o número de técnicos para garantir a assistência técnica aos agricultores familiares de modo a atender a crescente demanda de mercado. Os municípios recebem um número determinado de técnicos, independentemente da proporção da população rural com relação à urbana. Há grandes desequilíbrios que sobrecarregam os técnicos. À Emater-MG é destinada uma verba para prestar assessoria técnica aos agricultores, mas isso não é feito.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.424/2010

(Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incorporar à definição de Padrão Básico de Atendimento do EF e do EM a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação: saúde educacional, garantia de acesso ao trabalho, piso salarial, creches para filhos dos profissionais.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Novo nome: Novos padrões de gestão e atendimento da Educação Básica

Tipo de programa: 1 - Finalístico

Área de resultado: 1 - Educação de Qualidade

Unidade responsável: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Objetivo do programa: MELHORAR O DESEMPENHO DAS ESCOLAS POR MEIO DA DEFINIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PADRÕES BÁSICOS RELACIONADOS À GESTÃO ESCOLAR, À REDE FÍSICA, AOS RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS, às condições de trabalho dos profissionais de educação, ORIENTADOS PARA O APRENDIZADO DO ALUNO E A EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

JUSTIFICAÇÃO: O governo não incorpora ao padrão de atendimento básico os elementos de valorização dos profissionais da educação como garantia de qualidade.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.425/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Marco Aurélio Epaminondas França (Prefeitura Municipal de Frutal (Frutal))

PROPOSTA: Alteração da Ação 4232, destinando metas físicas e financeiras para a implantação do Projeto Olho Vivo no Município de Frutal.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 141 - POLÍCIA OSTENSIVA

AÇÃO: 4232 - POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL

JUSTIFICAÇÃO: Reduzir o alto índice de delito e combate ao uso de drogas no Município.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.426/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Miriam Ester Soares (Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação no PPAG

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: 1 - Apoio à implantação da agricultura orgânica

Unidade: 3041 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produto: 50 - FAMÍLIA BENEFICIADA

Unidade de medida: 92 - FAMÍLIA

Finalidade da ação: Incentivar a produção orgânica no segmento da agricultura familiar e apoiar a comercialização dos seus produtos.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	200	100.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Possibilitar uma alimentação de qualidade e comercialização dos produtos orgânicos.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.427/2010

(Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria de Fátima Assunção (Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales (São Francisco de Sales)) / Ronaldo Castro Moreira (Escritório Local da EMATER-MG (São João Nepomuceno)) / Silvânia Coelho Barrozo (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte)) / Jacqueline Míriam Maciel Junqueira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte)) / Marcos Luiz da Cunha Jota (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte)) / Aluizio dos Santos (Conselho Estadual de Alimentação Escolar (Belo Horizonte)) / Mezaque da Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Dinéia Aparecida Domingues (Fórum Mineiro de Educação Infantil (Belo Horizonte)) / Geraldo Miguel de Souza (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE

(Belo Horizonte)) / Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Marilda de Abreu Araújo (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Tatiane Nunes de Sousa (Ferderação N'golo (Belo Horizonte)) / Éldio Bonomo (Centro Colaborador em Alim. e Nutrição Escolar - Cecane/Ufop (Ouro Preto))

PROPOSTA: Inclusão de um novo Programa Estruturador: "Fortalecimento da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar".

Propostas Aglutinadas:

a) Criar uma ação que auxilie a regularização das associações de agricultores familiares, de forma que consigam vender seus produtos para a merenda das escolas municipais.

b) Restaurar nome e finalidade da Ação 4113, de acordo com a redação de 2010.

c) Apoio técnico do Estado aos municípios e superintendências de ensino no sentido de esclarecer quanto ao caráter inclusivo do PNAE, de forma a viabilizar a aquisição de insumos da merenda escolar da agricultura familiar.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 1 - Fortalecimento da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar

Nome: Fortalecimento da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar

Tipo de programa: 2 - Apoio a Políticas Públicas e Áreas Específicas

Área de resultado: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Unidade responsável: 1231 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Objetivo do programa: Garantir aos agricultores familiares condições de assistência técnica, apoio para produção, beneficiamento e comercialização de seus produtos e contribuir no resgate dos hábitos alimentares e na garantia da alimentação adequada para atendimento ao PNAE e PAA.

AÇÃO: 1 - Qualificação dos trabalhadores/técnicos para atuarem no programa

Finalidade da ação: Capacitação dos técnicos da Emater para atuarem nos programas de compra de alimentação escolar e PAA.

JUSTIFICAÇÃO: É necessário o cumprimento da Lei nº 11.947/2009 (PNAE) e as as ações do programa proposto são pertinentes ao programa de governo do Prof. Anastasia, porém não há previsão no PPAG. Vários processos dentro deste PNAE tem sido feitos em caráter de licitação, tornando-o excludente a vários agricultores familiares. Os municípios têm encontrado dificuldades para comprar alimentos para a merenda escolar, pois há falta de associações de agricultores regularizados que possam vender os produtos. A proposta popular incluída para 2010 previa organização dos agricultores familiares para a comercialização direta, via a alimentação escolar e demais oportunidades - Ação 4113.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.428/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Valdir Inácio Ferreira (Prefeitura Municipal de Araporã (Araporã))

PROPOSTA: Alteração da Ação 1358, com destinação de metas física e financeira para a construção de um Quartel para o IX Pelotão da PMMG em Araporã - Região do Triângulo.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 727 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

AÇÃO: 1358 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1	5.000,00
Triângulo	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: A Polícia Militar ocupa um prédio da Prefeitura sem as condições ideais. O terreno já foi doado pelo Município.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.429/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapagipe

PROPONENTE: Dalva Maria de Queiroz Tiago (Prefeitura Municipal de Carneirinho (Carneirinho))

PROPOSTA: Solicitação de instalação do Fórum no Município de Carneirinho, inclusive com a construção da estrutura física.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 723 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

JUSTIFICAÇÃO: Atualmente, os moradores que precisam têm que procurar o Fórum do Município de Iturama, sendo que Carneirinho tem demanda para a instalação do Fórum em sua sede.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.430/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mauro Ângelo Defeo (Instituição não informada)

PROPOSTA: Inclusão de ação no Programa 020, destinada a implantação de núcleos culturais nas unidades prisionais femininas, com previsão de metas física e financeira.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: 1 - Implantação de Núcleos Culturais nas Unidades Prisionais Femininas.

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 11291 - PRESO ATENDIDO

Unidade de medida: 734 - PRESO

Finalidade da ação: Promover atividades culturais, como música e artesanato, possibilitando o aprendizado de um ofício, que contribua com a geração de renda e propicie novas perspectivas profissionais às detentas, visando à ressocialização.

	2011	
Regionalização	M. Física	M. Financeira
Central	1000	100.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Promoção de atividades culturais, como música e artesanato, para a profissionalização e geração de renda de detentas, propiciando melhoria da auto-estima e novas perspectivas profissionais, visando à ressocialização.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.431/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque da Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Promover segurança alimentar das comunidades indígenas através da formação de pomares domésticos, visando a produção de frutas, geração de renda e complemento nutricional.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	385	23.870,00
Central	1925	116.732,00
Centro Oeste	385	23.870,00
Estadual	2000	150.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1155	63.756,00
Mata	2310	143.220,00
Noroeste de Minas	385	23.870,00
Norte de Minas	2105	115.982,00
Rio Doce	1155	71.610,00
Sul de Minas	1925	119.350,00
Triângulo	770	47.740,00

JUSTIFICAÇÃO: As comunidades indígenas vivem graves situações de insegurança alimentar, baixo índice de IDH e necessitam de construção de alternativas para a melhoria da qualidade de vida.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.432/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Joana Erinet Simões (Prefeitura Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró))

PROPOSTA: Ampliar sistema de abastecimento de água em Francisco Badaró.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 48 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS

JUSTIFICAÇÃO: A Estação de Tratamento de Água do Município de Francisco Badaró está funcionando em sua capacidade máxima para atender à sede. O distrito de Tocoíós de Minas, distante 12 km da sede está sendo atendido pela Copanor com poços artesianos. O desejo da comunidade é que a água fosse a mesma ofertada na sede, vinda do Rio Setúbal.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.433/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Lucas José Andrade (Câmara Municipal de São Domingos das Dores (São Domingos das Dores))

PROPOSTA: Aquisição de 100 fossas sépticas e melhoramento de banheiros para comunidades rurais de São Domingos das Dores, com meta

financeira de R\$ 30.000, 00.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 48 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS

AÇÃO: 4200 - INSTALAÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS EM RESIDÊNCIAS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Finalidade da ação: MELHORAR AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS EM RESIDÊNCIAS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, INCLUSIVE NAS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	20	0,00
Central	136	0,00
Estadual	471	2.724.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	48	0,00
Norte de Minas	22	0,00
Rio Doce	100	30.000,00

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.434/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Domingos Fernandes de Souza (Instituição não informada) / Ubiratã Pinto Cerqueira (Sind. dos Trab. em Telecomunicações de M.G. - SINTTEL-MG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Oferecer uma educação política para os estudantes e incluir, na disciplina de geografia, uma parte dedicada especialmente ao Estado de Minas Gerais.

Proposta 197: Investir na capacitação política do aluno de escola pública.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 180 - MELHORIA DO ENSINO MÉDIO

AÇÃO: 4189 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

JUSTIFICAÇÃO: A necessidade de os alunos conhecerem o Estado em que vivem (a fauna, a flora e outros aspectos) e tenham uma conscientização política. Incentivar o interesse político do jovem para melhoramento da sociedade.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.435/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Domingos Fernandes de Souza (Instituição não informada)

PROPOSTA: Levar a TV Assembleia para todos os cidadãos de Minas Gerais

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 126 - RADIODIFUSÃO

JUSTIFICAÇÃO: A TV Assembleia é importante para a educação e traz conhecimento para a população.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.436/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Daniel Moreira da Silva (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Gleidiany Ribeiro Ataide (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Manoel Antônio Fonseca Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Andreia Gil Batista (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim))

PROPOSTA: Acréscimo de R\$200.000,00 à ação 4132 - Proteção e restauração de direitos, para o desenvolvimento do protocolo de humanização do atendimento das vítimas de abuso e exploração sexual.

Texto da proposta aglutinada: Assegurar recursos na ação 4132 - Proteção e restauração de direitos, na ordem de R\$100.000,00 para implantação do protocolo de investigação de denúncia de abuso e exploração sexual de criança e adolescente.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: 4132 - PROTEÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DIREITOS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	12000	1.907.630,00

JUSTIFICAÇÃO: Com a ação pretende-se evitar a revitimização da vítima, humanizando o atendimento.

Justificativa da proposta aglutinada: No ano de 2010 foi feito um diagnóstico que apontou a necessidade de implantação desse protocolo. É preciso efetivá-lo.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.437/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alteração da Ação 4696 - Apoio aos Municípios e Entidades nos Serviços de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente -, modificando a regionalização, redistribuindo as metas física e financeira, incluindo Jequitinhonha/Mucuri.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 266 - GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AÇÃO: 4696 - APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	0	0,00
Central	0	0,00
Centro Oeste	0	0,00
Estadual	56	8.060.000,00

Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Mata	0	0,00
Noroeste de Minas	0	0,00
Norte de Minas	0	0,00
Rio Doce	0	0,00
Sul de Minas	0	0,00
Triângulo	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Os Municípios das regiões mais carentes do Estado têm ficado à margem da aplicação dos recursos dessas ações.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.438/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque da Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar ação 4451

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 144 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL AGRARIO

AÇÃO: 4451 - APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS OCUPADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

	2011	
Regionalização	M. Física	M. Financeira
Norte de Minas	500	100.000,00

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.439/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Albano Silveira Machado (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Marcio Pereira Silva (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina)) / Geraldo Magela dos Santos (Associação de Pescadores e Piscultores de Salinas (Salinas))

PROPOSTA: Criar uma ação para o peixamento (introdução e colonização com peixes) com espécies regionais nos barramentos construídos pelo Programa Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva.

Propostas aglutinadas:

a) Ampliar as metas físicas e financeiras para que a região do Jequitinhonha e Mucuri seja incluída na ação 4147 - "Criação de Pequenos Animais - Piscicultura".

b) Ao implantar projetos de barragens e produção de peixes, promover diálogo prévio entre os empreendedores e os órgãos de fiscalização ambiental e sanitária para que sejam elaborados projetos viáveis.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: 1 - Peixamento em barragens regionais

Unidade: 2421 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

Produto: Barragem atendida

Unidade de medida: 32 - BARRAGEM

Finalidade da ação: Promover a produção de pescado, com a devida regularidade ambiental, nas barragens para enfrentamento da seca, como alternativa de trabalho e renda para as comunidades assistidas.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	30	300.000,00
Norte de Minas	25	250.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Geração de renda e alimentação familiar, aproveitando as barragens que já estão sendo construídas. Para dar uso múltiplo às águas, a piscicultura será importante. Não conseguimos entender porque o Jequitinhonha/Mucuri não foi contemplado nesse programa (Minas sem Fome ação 4147), enquanto foram as demais regiões. Por outro lado, os órgãos fiscalizadores devem esclarecer todas as exigências para implantação de projetos de produção de peixes e fiscalizar a execução da obra, para que, ao final, não seja declarada a inviabilidade ambiental do empreendimento.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.440/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Marlice Ornelas Lucio (Instituição não informada)

PROPOSTA: Ampliar meta física da ação 1090 - Qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, visando atender jovens, adolescentes e trabalhadores rurais em artesanato voltado para a valorização da cultura do Vale, com fins de geração de renda, na perspectiva da economia popular e solidária.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 198 - PROJÓVEM TRABALHADOR - JUVENTUDE CIDADÃ

AÇÃO: 1090 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	1020	1.632.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	5025	5.640.000,00
Norte de Minas	5010	8.016.000,00
Rio Doce	445	712.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A cultura no Vale do Jequitinhonha está concentrada nas pessoas mais velhas. Os jovens não se interessam pela arte, pois não a consideram meio de auferir renda, por isso, saem do Vale para as grandes cidades em busca de oportunidades de trabalho. O Vale tem

grande potencial na produção de artesanato.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.441/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Albano Silveira Machado (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo))

PROPOSTA: Construir, equipar e manter Centros de Assistência do Idoso.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

JUSTIFICAÇÃO: A população idosa de baixa renda está crescendo na região e não possui alternativas de atendimento.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.442/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Gleidiany Ribeiro Ataide (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Marcio Pereira Silva (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina)) / Sara Teixeira da Cruz (Instituição não informada) / Wanderson Gomes Teixeira (Escola Família Agrícola Bontempo (Itaobim)) / Marlon Moreira Barbosa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Apoiar a realização do 29º Festivale, na cidade de Jequitinhonha.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 123 - FOMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL

AÇÃO: 4409 - ESTÍMULO À PRODUÇÃO CULTURAL

Unidade: 1271 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Produto: 1130 - PROJETO APOIADO

Unidade de medida: 175 - PROJETO

Finalidade da ação: INCENTIVAR E APOIAR A PRODUÇÃO CULTURAL EM SUAS VÁRIAS MODALIDADES, CONTRIBUINDO PARA A MANUTENÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E ARTÍSTICA DE MINAS GERAIS.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	13	505.601,00
Central	32	1.261.673,00
Centro Oeste	13	505.601,00
Jequitinhonha / Mucuri	14	705.601,00
Mata	13	505.601,00
Noroeste de Minas	7	252.800,00

Norte de Minas	20	757.820,00
Rio Doce	13	505.601,00
Sul de Minas	13	505.601,00
Triângulo	13	505.601,00

JUSTIFICAÇÃO: O Festival é um evento tradicional da cultura do Vale do Jequitinhonha que reúne, durante uma semana, os talentos artísticos da região. O Festival tem exercido papel fundamental na valorização do potencial cultural do Vale, tratando de temas relevantes para a região e oferecendo cursos, oficinas, exposições, apresentações artísticas, debates, entre outras atividades.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.443/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada)

PROPOSTA: Ampliar as metas física e financeira da Ação 4368 - Estruturação do Programa de Egressos - destinadas ao Jequitinhonha/Mucuri.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 4 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

AÇÃO: 4368 - ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE EGRESSOS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	15	25.000,00
Central	222	1.000.805,00
Centro Oeste	20	183.355,00
Estadual	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	33	25.000,00
Mata	30	110.000,00
Noroeste de Minas	0	0,00
Norte de Minas	58	155.000,00
Rio Doce	43	120.000,00
Sul de Minas	0	0,00
Triângulo	68	240.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Teófilo Otoni possui um Centro de Internação com capacidade para 33 adolescentes. O número de adolescentes egressos

atendidos tem de ser, no mínimo, igual ao de vagas disponibilizadas para internação.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.444/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Welshman Gustavo Pinheiro (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Repúdio à Lei Delegada que permite ao atual governador reestruturar os órgãos da Administração Pública do Estado.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 701 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AÇÃO: 2002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

JUSTIFICAÇÃO: Ao destituir o poder de uma determinada instituição, você interfere na vida pessoal de um funcionário público sem passar por seu consenso, inibindo sua defesa através da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.445/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Beatriz da Silva Cerqueira (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Universalizar a certificação profissional para todos os profissionais de magistério da rede pública de educação básica estadual para o próximo ano.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 4479 - SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO OCUPACIONAL

	2011	
Regionalização	M. Física	M. Financeira
Estadual		100.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O Estado apresentou metas físicas e financeiras muito baixas para permitir a cobertura dos profissionais de magistério da rede pública, haja visto que o produto define promoção na carreira.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.446/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Welshman Gustavo Pinheiro (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar os recursos para a recuperação e conservação de nascentes e abrir a regionalização para todas as regiões.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1052 - AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - FHIDRO

Regionalização	2011
----------------	------

	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	1	0,00
Central	1	0,00
Centro Oeste	1	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	0,00
Mata	1	0,00
Noroeste de Minas	1	0,00
Norte de Minas	1	0,00
Rio Doce	1750	1.177.318,00
Sul de Minas	1	0,00
Triângulo	1	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Os recursos foram reduzidos para essa ação e se limitam ao Rio Doce, mas essa ação precisa ser desenvolvida em todas as regiões do Estado.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.447/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Welshman Gustavo Pinheiro (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar os recursos destinados pelo Estado ao financiamento do transporte escolar junto aos municípios.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 233 - COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO NA ÁREA EDUCACIONAL

AÇÃO: 2103 - TRANSPORTE ESCOLAR

JUSTIFICAÇÃO: O município não pode arcar sozinho com o transporte escolar, tanto para as escolas municipais quanto estaduais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.448/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Gleidiany Ribeiro Ataíde (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim))

PROPOSTA: Ampliar as metas financeiras em R\$100.000,00 na Ação 4110 para fomentar a participação de crianças e adolescentes na promoção dos direitos humanos no âmbito do "Comitê Gestor Estadual para Criança e Adolescente do Semiárido".

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: 4110 - PROMOÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Estadual	2000	648.981,00

JUSTIFICAÇÃO: Os recursos previstos na ação não são suficientes para o desenvolvimento da atividade "Jovens Comunicadores", executada em 2010.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.449/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Daniel Moreira da Silva (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Gleidiany Ribeiro Ataide (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Manoel Antônio Fonseca Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada) / Daniel Moreira da Silva (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Gleidiany Ribeiro Ataide (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Manoel Antônio Fonseca Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim))

PROPOSTA: Ampliação das metas físicas e financeira da Ação 4362 - Aprimoramento e Ampliação da Gestão das Medidas de Meio Aberto, modificando a regionalização.

Proposta aglutinada: Incluir as regiões do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, bem como aumentar o número de vagas no Estado, aumentando as metas física e financeira.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 4 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

AÇÃO: 4362 - APRIMORAMENTO E AMPLIAÇÃO DA GESTÃO DAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	120	124.950,00
Central	800	630.000,00
Estadual	100	226.715,00
Jequitinhonha / Mucuri	100	100.000,00
Mata	180	162.000,00
Noroeste de Minas	120	124.950,00
Norte de Minas	180	162.000,00
Rio Doce	120	124.950,00
Sul de Minas	260	220.000,00
Triângulo	120	124.950,00



JUSTIFICAÇÃO: A proposta apresentada pelo Governo Estadual prevê uma ampliação de metas física de somente 3,12%, passando de 1.600 vagas para medidas em meio aberto fomentadas em 2010, para 1650 em 2011. Ressaltamos a relevância da expansão da execução de medidas em meio aberto para o interior do Estado, especialmente para aquelas regiões que não contam com unidades de cumprimento de medidas socioeducativas. Tal ampliação visa atender princípio da excepcionalidade da aplicação da medida privativa de liberdade, prevista no ECA.

Proposta aglutinada - justificativa: Teófilo Otoni é o único Município dessa região que possui atendimento em liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.450/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Welshman Gustavo Pinheiro (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aumentar o número de bacias de contenção de águas pluviais construídas e fiscalizar a construção e a manutenção dessas bacias.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 127 - INFRA-ESTRUTURA RURAL

AÇÃO: 4184 - CONSTRUÇÃO DE BACIAS DE CAPTAÇÃO E TERRACEAMENTO

JUSTIFICAÇÃO: O exemplo de Minas Novas mostra que é possível construir e manter as bacias de contenção a custos muito baixos. Assim, só no Município de Salinas poderiam ser construídas até 15 mil dessas bacias. Ainda, no processo de manutenção dessas estruturas são produzidos cascalho e areia que poderiam ser usados na construção civil.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.451/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Manoel Antônio Fonseca Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim))

PROPOSTA: Recuperação de áreas degradadas por meio da construção de barraginhas de médio e pequeno porte.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 127 - INFRA-ESTRUTURA RURAL

AÇÃO: 4184 - CONSTRUÇÃO DE BACIAS DE CAPTAÇÃO E TERRACEAMENTO

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	3	310.460,00
Jequitinhonha / Mucuri	25	3.558.650,00
Noroeste de Minas	9	920.044,00
Norte de Minas	27	3.643.342,00
Sul de Minas	3	305.015,00

JUSTIFICAÇÃO: Preservar as nascentes e afluentes, e demais recursos minerais e naturais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.452/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Welshman Gustavo Pinheiro (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação com o objetivo de a Polícia Militar fiscalizar o uso ou a existência do cinto de segurança nos veículos destinados ao transporte público escolar.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 55 - ESCOLA VIVA E COMUNIDADE ATIVA

AÇÃO: 1 - Fiscalização do uso ou da existência do cinto de segurança nos veículos destinados ao transporte público escolar

Finalidade da ação: Fiscalizar o uso de cinto de segurança nos transportes públicos escolares, proporcionando maior segurança aos alunos.

JUSTIFICAÇÃO: A escola deveria servir de exemplo para a campanha nacional sobre o uso do cinto de segurança, pois o aluno recebe orientações corretas sobre o uso do cinto, mas os ônibus escolares, em grande parte, não possuem esse equipamento.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.453/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Marcio Pereira Silva (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina))

PROPOSTA: Valorizar as sementes crioulas ou regionais. O Município deve levantar as demandas dos agricultores e distribuir sementes crioulas ou híbridas, conforme a opção do agricultor.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 210 - GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

AÇÃO: 4042 - TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS ATRAVÉS DE SEMENTES

Finalidade da ação: APOIAR O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO, ATRAVÉS DE FORNECIMENTO DE SEMENTES convencionais e crioulas.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Central	100	149.496,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	0,00
Mata	48	71.188,00
Norte de Minas	120	177.971,00
Sul de Minas	144	213.565,00
Triângulo	68	99.664,00

JUSTIFICAÇÃO: Tradicionalmente, os agricultores da região utilizam esse tipo de sementes. (Essa é uma proposta mais ampla, não só voltada para as comunidades indígenas e quilombolas, requerida como regionalizada p/ a região Jequitinhonha/Mucuri.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.454/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE:

PROPOSTA: Apoio financeiro para iluminação do cemitério municipal (Virgem da Lapa) no valor de R\$30.000,00.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 733 - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM

JUSTIFICAÇÃO: Ocorrem velórios e sepultamentos no período noturno e o cemitério não é iluminado.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.455/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Marlice Ornelas Lucio (Instituição não informada)

PROPOSTA: Criar uma ação para assessoria técnica às associações de artesãos do Vale do Jequitinhonha, visando sua regularização formal, o aperfeiçoamento de técnicas de produção e o escoamento desta.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 157 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO EM MINAS GERAIS

AÇÃO: 1 - Apoio técnico às associações de artesãos do Vale do Jequitinhonha

Produto: 11106 - ASSOCIAÇÃO E OU COOPERATIVA ATENDIDA

Unidade de medida: 239 - ASSOCIAÇÃO

Finalidade da ação: Prestar assessoria técnica às associações de artesãos do Vale do Jequitinhonha, estimulando a formalização, o aperfeiçoamento técnico da produção e escoamento desta

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	1	1.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Produz-se muito artesanato no Vale, porém há dificuldade de escoar a produção para outros locais, agregando valor. 80% da população rural vive do artesanato e da agricultura familiar.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.456/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Antônio Reginaldo Martins Moreira (Câmara Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró))

PROPOSTA: Viabilização de recursos significativos (R\$ 100.000) para montagem de sistemas de pesagens de animais (bovinos) no vale, especificamente no município de Francisco Badaró.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

JUSTIFICAÇÃO: Existem pouquíssimos sistemas (de pesagem) e em sua maioria particulares, havendo perda de peso e até de animais ou a comercialização "a olho" desfavorecendo uma das partes.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.457/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Edmilson Teixeira Ramalho (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentavel (Novo Cruzeiro))

PROPOSTA: Criar uma ação para a Secretaria de Educação para trabalhar a educação ambiental nas escolas.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 180 - MELHORIA DO ENSINO MÉDIO

JUSTIFICAÇÃO: No sistema educacional do Estado, não se percebe de forma clara essa preocupação na área ambiental.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.458/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itapajipe

PROPONENTE: João Pereira dos Santos (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Benice Nery Maia (Prefeitura Municipal de Itapajipe (Itapajipe)) / Daniel Marinho de Miranda (Associação dos Municípios do Baixo Vale do Rio Grande (Itapajipe))

PROPOSTA: Apoiar a instalação de usina de reciclagem de lixo no Município de Itapajipe.

Propostas aglutinadas:

a) Apoiar a conclusão do aterro sanitário de Frutal.

b) Construção de galpão de separação de lixo e construção de aterro sanitário no Município de Itaobim

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 45 - RESÍDUOS SÓLIDOS

AÇÃO: 1068 - APOIO A IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE DISPOSICAO FINAL ADEQUADA - MINAS SEM LIXOES

JUSTIFICAÇÃO: O lixo em Itapajipe é depositado em aterro controlado. Com a implementação da usina, criaremos uma associação de catadores onde o lixo poderá gerar renda para os menos favorecidos e ainda preservar o meio ambiente. Adequar o Município de Frutal à legislação ambiental. Galpão: geração de renda para catadores de lixo e melhor controle dos resíduos sólidos. Aterro sanitário: necessidade urgente de substituir o lixão.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.459/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE:

PROPOSTA: Garantir recursos para compra de balsa para o distrito de São Pedro de Jequitinhonha (Jequitinhonha).

ÁREA DE RESULTADO: 6 -

JUSTIFICAÇÃO: Facilitar a locomoção dos moradores do distrito, visto que o acesso à "BR" é cortado pelo Rio Jequitinhonha.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.460/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Edmilson Teixeira Ramalho (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentavel (Novo Cruzeiro))

PROPOSTA: Fornecer o potencial de energia elétrica adequado para o funcionamento das unidades agroindustriais instaladas e planejadas nos programas de convivência com a seca.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 148 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE DOIS - PRODETUR/NE-II

AÇÃO: 1 - Fornecimento de potencial elétrico adequado às unidades produtivas

Unidade: 5401 - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

Finalidade da ação: Fornecer o potencial de energia elétrica adequado para o funcionamento das unidades produtivas rurais instaladas e planejadas nos programas da área de atuação do Idene.

JUSTIFICAÇÃO: Muitas unidades agroindustriais estão sem funcionar, ou funcionando de forma precária, em função da rede de energia não fornecer a demanda necessária. A preocupação do fornecimento de energia deve vir já no momento do planejamento de onde serão instaladas as respectivas unidades agroindustriais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.461/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Manoel Antônio Fonseca Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Domingos Fernandes de Souza (Igreja Católica (João Pinheiro))

PROPOSTA: Expansão das hortas comunitárias para as associações e comunidades rurais.

Proposta aglutinada - Texto: Que os recursos para a produção de sementes, quando houver passado a época do plantio, possam ser usados para distribuição de kits de equipamentos, por meio da modificação da Ação 4154.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: 4154 - APOIO À PRODUÇÃO DE HORTAS DOMÉSTICAS

Finalidade da ação: Incentivar a formação de hortas domésticas e comunitárias, possibilitando às famílias o acesso ao consumo como complemento alimentar e nutricional de qualidade e comercialização dos excedentes, pela distribuição de sementes e, após o período de plantio, pela distribuição de kits com equipamentos de produção.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	6000	6.600,00
Central	31500	34.650,00
Centro Oeste	6000	6.600,00
Jequitinhonha / Mucuri	18000	100.000,00
Mata	34700	38.170,00
Noroeste de Minas	7500	8.250,00
Norte de Minas	41600	45.760,00
Rio Doce	18500	20.350,00
Sul de Minas	24200	26.620,00
Triângulo	12000	13.200,00

JUSTIFICAÇÃO: As hortaliças representam importantes fontes nutricionais. Na região, há uma falta de produtos orgânicos. As hortas comunitárias são uma forma de trabalhar a autoestima familiar e comunitária.

Proposta aglutinada - Justificativa: Os atrasos na distribuição das sementes depois da época de plantio levam ao desperdício de dinheiro público. O agricultor guarda a semente para o próximo ano, mas ela já não nasce bem.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.462/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Antônio Reginaldo Martins Moreira (Câmara Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró))

PROPOSTA: O programa de eficiência energética por meio das empresas executoras devem consultar o setor social dos Municípios cruzando os dados, visando fazer seleção mais justa e atingir de fato o público alvo.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 104 - ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO ESTADO

JUSTIFICAÇÃO: As famílias carentes e a zona rural estão ficando em 2º plano, devido a preocupação da empresa em cumprir somente a meta de nº de visitados.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.463/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Welshman Gustavo Pinheiro (Sind. Unico Trabalhadores em Educação de M. G. - SIND-UTE (Belo Horizonte)) / Edmilson Teixeira Ramalho (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentavel (Novo Cruzeiro)) / Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim))

PROPOSTA: Desenvolver um projeto de exploração de energias alternativas adequadas ao semi-árido, de forma continuada, para residências e empresas (especialmente energia solar).

Proposta aglutinada: Na execução de programas de eficiência energética exigir das empresas executoras planejamento conjunto com os órgãos sociais dos Municípios, visando adequar à realidade social a seleção do público alvo das ações.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 104 - ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO ESTADO

AÇÃO: 1 - Exploração de energias alternativas adequadas ao semi-árido

Unidade: 5391 - CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Finalidade da ação: Desenvolver um projeto de exploração de energias alternativas adequadas ao semi-árido, de forma continuada, para residências e empresas (especialmente energia solar).

JUSTIFICAÇÃO: O Sol nessa região é abundante, e é desperdiçado por não ser aproveitado na produção de energia. Por outro lado, as famílias gastam muito com as contas de luz. As famílias carentes e a zona rural estão ficando em 2º plano, devido a preocupação da empresa em cumprir somente a meta de nº de visitados.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.464/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Roseimere Jardim Franca (Escola Família Agrícola Bontempo (Itaobim))

PROPOSTA: Criação de programa que possa custear projetos de jovens do campo para a criação de empreendimentos agrícolas.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: 4367 - CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS

JUSTIFICAÇÃO: Os jovens não conseguem acesar crédito para custear os projetos em suas propriedades rurais.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.465/2010

(Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROponente: Domingos Fernandes de Souza (Instituição não informada)

PROPOSTA: SOLICITA AO ESTADO QUE PARE DE INCENTIVAR A PLANTACÃO DE EUCALIPTO, em especial no Vale do Jequitinhonha e que se preocupe com a preservação das matas nativas.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

JUSTIFICAÇÃO: As plantações de eucalipto estão dominando o Vale do Jequitinhonha. Pessoas de fora do Vale compram terras na região, por serem mais baratas e plantam eucalipto.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.466/2010

(Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROponente: Marcio Pereira Silva (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina)) / Albano Silveira Machado (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Antônio Carlos Silva Santos (Prefeitura Municipal de Itaipé (Itaipé)) / Orlando Pereira da Silva (Prefeitura Municipal de Ninheira (Ninheira)) / Itamar Alves de Souza (Ascopi (Itaobim)) / Antônio Reginaldo Martins Moreira (Câmara Municipal de Francisco Badaró (Francisco Badaró))

PROPOSTA: Criar uma nova modalidade de sistema de captação, distribuição e abastecimento de água e captação e tratamento de esgoto para atender a necessidades específicas de moradores da zona rural que vivem em núcleos dispersos (com menos moradores do que prevê a Copanor), tendo como princípio o atendimento universal.

Propostas aglutinadas:

- a) Rever o número mínimo de famílias beneficiadas para a distribuição de água em comunidades rurais que hoje é de 200.
- b) A Copanor deve subsidiar as instalações dos Sistemas de Abastecimento de Água provisórios, nos locais onde não há acesso à água ou acesso limitado, até que chegue o sistema definitivo.
- c) Regularizar e universalizar o abastecimento de água para o Município de Ninheira.
- d) Abastecimento de água nas comunidades quilombolas em Minas Novas (Aspoqui: 51 famílias) e Coluna (Furtuoso: 36 famílias; Suaçuí: 47 famílias).
- e) Pedir informações à Copanor sobre a implantação de sistemas nas comunidades de Gravataí e Beira do Fanado/Maria Pinto, pois estão concluídos e não estão funcionando.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 53 - VIDA NO VALE - COPANOR

AÇÃO: 1 - Água para todos

Unidade: 5511 - COPASA - SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR

Produto: 11121 - SISTEMA IMPLANTADO

Unidade de medida: 197 - SISTEMA

Finalidade da ação: Abastecimento de água para consumo humano em comunidades de até 200 habitantes com a utilização de soluções técnicas adequadas às aglomerações de baixa densidade populacional.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	50	2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A realidade local, de pequenos núcleos rurais, não está sendo atendida pela Copanor, o que provoca grandes transtornos à vida e à saúde da população. É preciso rever os parâmetros da Copanor. Há muitos núcleos rurais com menos de 200 pessoas - o que deixa fora da previsão de atendimento. Cada morador (mesmo 1 pessoa) deve ser contemplado. Criar um programa Água para Todos ou modificar os preceitos da Copanor. (aglutinadora e a)

b) O atendimento provisório se justifica uma vez que selecionada uma localidade, fica impossibilitada (inviável) a busca de novos recursos para reparar problemas urgentes, já que estão no planejamento da Copanor.

c) A Copasa não assume o compromisso de levar água a todos naquele município.

d) Essas comunidades quilombolas vivem um drama com a falta do abastecimento de água.

e) Essas comunidades possuem menos de 200 habitantes o que seria limitante para a atuação da Copanor, mas tiveram os sistemas implantados. Contudo, esses sistemas não estão funcionando.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.467/2010

(Alteração de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Itaobim

PROPONENTE: Anísia Sudário Daniel (Conselho Regional de Educação Física - 6ª Região (Belo Horizonte)) / Claudilene da Costa Ramalho (Secretaria M. de Desenvolvimento Social de Novo Cruzeiro (Novo Cruzeiro))

PROPOSTA: Incluir, nas equipes das escolas estaduais, assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas para um melhor acompanhamento dos alunos, professores e familiares.

Proposta 204: Contratação de assistentes sociais e psicólogos para trabalharem nas escolas estaduais, prioritariamente naquelas situadas nas áreas de vulnerabilidade social, de tempo integral.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 19 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

AÇÃO: 1225 - AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

Novo nome: Melhoria do atendimento nas Escolas de Tempo Integral

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 10110 - ESCOLA ASSISTIDA

Unidade de medida: 78 - ESCOLA

Finalidade da ação: INCREMENTAR O APRENDIZADO DOS ALUNOS POR MEIO DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO DIÁRIO DE PERMANÊNCIA NA ESCOLA, COM PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL, GARANTINDO-SE A OFERTA DE ATIVIDADES DIDÁTICAS, ESPORTIVAS, CULTURAIS E DE FORMAÇÃO SOCIAL E PESSOAL NO CONTRATURNO ESCOLAR.

Regionalização	2011	
	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	75	513.155,00
Central	497	3.400.576,00
Centro Oeste	101	691.050,00
Estadual	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	174	1.190.518,00
Mata	248	1.696.841,00
Noroeste de Minas	35	239.472,00
Norte de Minas	224	1.532.623,00
Rio Doce	248	1.696.832,00

Sul de Minas	205	1.402.619,00
Triângulo	93	636.314,00

JUSTIFICAÇÃO: As demandas dos alunos extrapolam os recursos tradicionalmente oferecidos pelas escolas. Os profissionais mencionados poderiam auxiliar os professores e gestores no acompanhamento dos problemas trazidos pelos alunos e pelos próprios educadores.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.931/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Gestora de Benefícios Sociais dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários – Astromig –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.931/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Gestora de Benefícios Sociais dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários – Astromig –, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo gerir e socializar os recursos advindos das negociações coletivas da categoria.

Congregando as pessoas físicas e jurídicas que atuam na área de transportes rodoviários, a instituição tem como propósitos gerenciar os recursos destinados ao custeio de seus benefícios sociais, visando a otimizá-los; desenvolver uma política estratégica nas áreas de saúde, lazer, esporte, cultura, habitação e bem-estar dos trabalhadores; prestar serviços de saúde médica e odontológica; contratar seguro de saúde, de vida e previdência complementar; fomentar estudos e pesquisas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico no campo da saúde, da seguridade e das relações humanas; promover atividades de natureza educacional, científica, cultural e social.

Isso posto, acreditamos ser a Astromig merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.931/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.696/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac –, com sede no Município de Manhumirim.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 19/6/2010 e encaminhada às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.696/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac –, com sede no Município de Manhumirim.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, em seu art. 67, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere ou assistencial, dotada de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no Estado; e, no art. 69, que as atividades de seus Diretores e Conselheiros não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro,

salário, bonificação ou vantagem.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.696/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Célio Moreira, relator - Delvito Alves - Antônio Júlio.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.703/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Nunes, Cohab I, II, III e Novo Horizonte, com sede no Município de Guaranésia.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 24/6/2010 e encaminhada às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.703/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Nunes, Cohab I, II, III e Novo Horizonte, com sede no Município de Guaranésia.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 43 dispõe que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a pessoa jurídica congênere, preferencialmente com o mesmo objetivo social, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública; e o art. 52 veda a remuneração de seus Diretores, associados, Conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

Por fim, apresentamos, no final deste parecer, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º, com a finalidade de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.703/2010 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Nunes, Cohab e Novo Horizonte – AM-Nunes –, com sede no Município de Guaranésia."

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Célio Moreira, relator - Delvito Alves - Antônio Júlio.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.900/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim das Acácias – Amjac –, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.900/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim das Acácias – Amjac –, com sede no Município de Teófilo Otôni, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1995, que tem por escopo promover o desenvolvimento social e econômico daquela comunidade, melhorando a qualidade de vida de seus moradores.

A instituição desenvolve atividades voltadas à proteção da família, da infância, da maternidade, da adolescência e da velhice; à habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, bem como a sua integração à vida comunitária; à assistência educacional e de saúde às famílias vulnerabilizadas; à promoção da cultura e do esporte; à proteção do meio ambiente; ao combate da fome e da pobreza.

Desse modo, a Amjac ampara crianças e adolescentes carentes; promove cursos profissionalizantes nas áreas de prestação de serviços; realiza campanhas educativas visando à recuperação ambiental; implementa a criação de infraestruturas comunitárias de saúde e saneamento básico, de habitação, educação e comunicação.

Isso posto, acreditamos ser a Amjac merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.900/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.907/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Sal e Luz da Terra, com sede no Município de Passos.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.907/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Sal e Luz da Terra, com sede no Município de Passos, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial e educacional.

A instituição tem como propósito manter cursos profissionalizantes, creches, casas de recuperação para dependentes químicos, asilos e orfanatos, colaborar com as autoridades governamentais em programas sociais e educacionais, desenvolver atividades e campanhas nas áreas assistencial, cultural e beneficente e prestar assistência material e moral a seus beneficiários.

Isso posto, acreditamos ser a Associação Beneficente Sal e Luz da Terra merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.907/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.932/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Carlos Gomes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Rural Unida de Pescador – Arup –, com sede no Município de Pescador.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.932/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Rural Unida de Pescador – Arup –, com sede no Município de Pescador, entidade sem fins econômicos que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social dessa comunidade, melhorando a qualidade de vida de seus moradores.

Para tanto, a instituição desenvolve ações de cidadania, presta serviços sociais e assistência à saúde protege o meio ambiente, combate a fome, incentiva a produção e distribui alimentos. Além disso, promove capacitação profissional, incentiva a prática do esporte e a cultura,

fomenta ações educacionais e de saneamento básico e defende o direito à moradia.

Isso posto, acreditamos ser a Associação Rural Unida de Pescador merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.932/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.949/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Amparo e Valorização da Vida – Avyva –, com sede no Município de Piumhi.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 28/10/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.949/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Amparo e Valorização da Vida – Avyva –, com sede no Município de Piumhi.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, nos arts. 6º e 20, parágrafo único, que seus Diretores, Conselheiros e associados não serão remunerados; e, no art. 42, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.949/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Célio Moreira, relator - Delvito Alves - Antônio Júlio.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.951/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Unidos – Amabu –, com sede no Município de Congonhas.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 28/10/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.951/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Unidos – Amabu –, com sede no Município de Congonhas.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no parágrafo único do art. 36, que seus Diretores, Conselheiros, associados, instituidores e benfeitores não serão remunerados, a qualquer título; e, no art. 42, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.951/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Célio Moreira, relator - Antônio Júlio - Delvito Alves.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.952/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Grupo de Apoio Comunitário em Movimento – Gacom –, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 28/10/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.952/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Grupo de Apoio Comunitário em Movimento – Gacom –, com sede no Município de Contagem.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o parágrafo único do art. 10 do estatuto constitutivo da instituição determina que as atividades dos Diretores e Conselheiros, bem como as dos associados, não serão remuneradas; e o art. 30 dispõe que, no caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será transferido para outra pessoa jurídica de caráter filantrópico, que tenha, preferencialmente, o mesmo objetivo social, sede no Município de Contagem e seja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.952/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Antônio Júlio, relator - Delvito Alves - Célio Moreira.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.963/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Zé Maia, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Vida Missão, com sede no Município de Ituiutaba.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 28/10/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.963/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Vida Missão, com sede no Município de Ituiutaba.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, em seu art. 29, que as atividades de seus Diretores, Conselheiros e associados não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de lucro, gratificação, bonificação ou vantagem; e, no art. 33, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.963/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Antônio Júlio, relator - Delvito Alves - Célio Moreira.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.966/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Humanitária Compaixão, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 29/10/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.966/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Humanitária Compaixão, com sede no Município de Belo Horizonte.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, em seu art. 15, que as atividades dos Diretores não serão remuneradas; e, no art. 44, que, no caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.966/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Célio Moreira, relator - Antônio Júlio - Delvito Alves.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.974/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Projeto Mãos Dadas, com sede no Município de Lavras.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 30/10/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.974/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Projeto Mãos Dadas, com sede no Município de Lavras.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o parágrafo único do art. 12 do estatuto constitutivo da instituição determina que as atividades dos Diretores e Conselheiros não serão remuneradas; e o § 2º do art. 24 dispõe que, no caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidades congêneres, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.974/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Antônio Júlio, relator - Delvito Alves - Célio Moreira.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.975/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Sustentável – IDS –, com sede no Município de Porteirinha.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 30/10/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.975/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Sustentável – IDS –, com sede no Município de Porteirinha.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, em seu art. 15, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade municipal de fins não econômicos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip – nos termos da Lei nº 9.790, de 1999, que tenha objetivo social semelhante; e, no art. 35, que seus Diretores e Conselheiros não serão remunerados, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.975/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Delvito Alves - Célio Moreira - Antônio Júlio.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.976/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos

Pequenos Produtores Rurais da Região de Bom Jesus, com sede na Comunidade de Bom Jesus, no Município de Porteirinha.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 30/10/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.976/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Bom Jesus, com sede na Comunidade de Bom Jesus, no Município de Porteirinha.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, em seu art. 51, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade assistencial congênere, juridicamente constituída e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública; e, no art. 52, que as atividades de seus Diretores, Conselheiros e associados não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de lucro, gratificação, benefícios ou vantagens.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.976/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves, relator - Antônio Júlio - Célio Moreira.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 4.023/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado José Henrique, a proposição em epígrafe tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Inocêncio o imóvel que especifica.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 20/11/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Em 9/12/2009, o relator solicitou fosse o projeto baixado em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, a fim de que essa se manifestasse sobre a alienação pretendida.

De posse da resposta, passamos ao exame da matéria.

Fundamentação

Trata o Projeto de Lei nº 4.023/2009 de autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Inocêncio o imóvel situado na Rua Osório Caetano, nesse Município, com certidão lavrada no Livro 8, a fls. 78 a 79, no Cartório Julieta da Comarca de Itambacuri.

O art. 18 da Constituição mineira exige autorização legislativa para a alienação de imóveis públicos. No plano infraconstitucional, o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição da República e institui normas para licitações e contratos da administração pública, exige, além da referida autorização, a subordinação do contrato ao atendimento do interesse público.

Nesse sentido, o parágrafo único do art. 1º da proposição prevê que a área será destinada à reforma e à ampliação de uma escola municipal.

Ainda como garantia de que a transferência se fará para o bem da coletividade, o art. 2º prevê que o imóvel retornará ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

A Seplag, por meio da Nota Técnica nº 460/2010, manifestou-se favoravelmente à alienação pretendida, tendo em vista a declaração favorável da Secretaria de Estado de Educação, em face da municipalização da escola, a inexistência de projetos por parte do Estado para a utilização do imóvel e a importância da continuidade das atividades escolares para a região. Ademais, sugeriu a alteração dos dados cadastrais do imóvel, que devem ser os constantes de seu registro, e não os da escritura pública de doação.

Diante dessas considerações, apresentamos, na parte conclusiva deste parecer, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao "caput" do art. 1º, com o objetivo de identificar corretamente o imóvel.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.023/2009 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao "caput" do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Frei Inocêncio imóvel com área de 1.672m² (mil seiscentos e setenta e dois metros quadrados), situado nesse Município, registrado sob o nº 5.236, a fls. 193 do Livro 3-D, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itambacuri."

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Antônio Júlio - Célio Moreira - Delvito Alves.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 4.801/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Ana Maria Resende, "estabelece política e normas para instalação de postos de atendimento de registro civil em maternidades e hospitais públicos".

Publicada no "Diário do Legislativo" em 5/8/2010, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública para receber parecer.

Cabe agora a esta Comissão emitir parecer sobre a juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa a tornar obrigatória a instalação de postos de atendimento, nas maternidades públicas e nos hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde – SUS –, para Oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais realizarem o registro gratuito de nascimento e de óbito para os declaradamente pobres.

Como se vê, o projeto em estudo, ao prever apenas uma obrigação para o registro civil, não chega a delinear uma política estadual, como anuncia a ementa.

Primeiramente, temos a esclarecer que o Projeto de Lei nº 3.125/2009, que foi retirado de tramitação pelo autor, previa medida semelhante, diferindo apenas na ementa.

Passamos agora à análise da proposição.

É certo que a Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXVI, "a", determina a gratuidade, para os reconhecidamente pobres, do registro civil de nascimento e de óbito.

Da mesma forma, a Lei Federal nº 9.534, de 1997, corrobora a importância da facilidade de acesso aos registros civis de nascimento e de óbito ao determinar a isenção do pagamento de emolumentos para as pessoas carentes de recursos no que concerne a esses atos e às respectivas primeiras certidões.

De igual modo, é entendimento comum que, entre os direitos de personalidade, a garantia a uma identidade reconhecida oficialmente mostra-se imprescindível não apenas para a satisfação do sentimento de pertencimento ao meio social, como também para o gozo de direitos fundamentais, tais como educação e saúde.

Entretanto, é preciso que atentemos para algumas questões de ordem técnica.

Em primeiro lugar, a Constituição Federal, em seu art. 236, determina o seguinte:

"Art. 236 – Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

§ 1º – Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário".

Extrai-se do dispositivo o entendimento de que os serviços notariais e de registro são considerados serviços auxiliares à Justiça, tanto que a competência para realizar a fiscalização dos atos concernentes aos serviços cartorários reside na esfera do Poder Judiciário. É a interpretação que se confirma pela leitura do art. 103-B, § 4º, III, da Constituição Federal, que determina ser da competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ - o recebimento e o conhecimento de reclamações referentes à prestação dos serviços auxiliares à Justiça, inclusive os notariais e de registro. Vê-se que a atuação das serventias extrajudiciais, unidades técnicas e administrativas que encerram competências jurídicas, está submetida ao controle do CNJ.

O mesmo Texto Constitucional, em seu art. 96, I, "b", estabelece como competência privativa dos tribunais "organizar suas secretarias e

serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva". Assim, cabe aos tribunais a regulamentação dos órgãos internos do Poder Judiciário e dos serviços auxiliares da Justiça.

Conjugando a interpretação dos dispositivos citados, percebe-se que os serviços notariais e de registro apenas podem ser objeto de normatização que implique organização de sua prestação por instrumentos normativos provenientes do Poder Judiciário. Tratando-se de lei ordinária, esta deve partir do Presidente do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, sob pena de inconstitucionalidade formal por vício subjetivo.

No caso em análise, verifica-se que o projeto de lei visa a regulamentar a organização do serviço notarial. Assim sendo e considerando sua iniciativa parlamentar, é nítido o vício de inconstitucionalidade que o marca.

Não bastasse o vício apontado, ainda que o projeto fosse aprovado, sua aplicação restaria comprometida, uma vez que a Lei Federal nº 6.015, de 1973, que trata da prestação dos serviços notariais, determina, em seu art. 11, a necessidade de se garantir ao usuário a ordem de precedência dos títulos e interesses apresentados em cartório.

Ora, a medida proposta demandaria um número de sistemas de protocolo difícil de ser determinado: um seria sediado na própria serventia, e vários outros seriam localizados nas diversas instituições de saúde em que seriam mantidos os postos avançados cartorários. Essa situação dificultaria sobremaneira a unificação dos registros de protocolo, de forma a manter uma sequência numérica fiel à ordem de apresentação que é determinada na norma federal.

Ademais, a exigência de titulares desses serviços manterem, em cada maternidade e hospital conveniado com o SUS, um posto de atendimento para registro civil de pessoas naturais não atende ao princípio da razoabilidade. É necessário considerar o expressivo número de tais unidades de saúde bem como o custo da implementação da medida, principalmente no que se refere às serventias situadas no interior do Estado, cuja renda cartorária é conhecidamente baixa.

É pacífico, na doutrina e na jurisprudência, o entendimento de que a razoabilidade no momento da elaboração legislativa é elemento indispensável para a boa validade e constitucionalidade das normas jurídicas – a respeito, veja-se a ADI 3112 – DF. Ausente a razoabilidade, tal qual o caso em análise, ausente é também a constitucionalidade.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 4.801/2010.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves, relator - Antônio Júlio - Célio Moreira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/11/2010

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores. O motivo de nossa vinda é retomar o assunto referente a uma cobrança que fizemos nestes quatro anos de mandato na Assembleia Legislativa, relativa à BR-381.

A condição de predominância do transporte rodoviário no País, que corresponde a cerca de 96,2% da matriz de transporte de passageiros e a 61,8% do transporte de cargas, faz com que a rede rodoviária seja elemento fundamental nas cadeias produtivas, unindo mercados e promovendo a integração de regiões e pessoas.

É denominada Rodovia da Morte o trecho da Rodovia Federal Fernão Dias, a BR-381, entre os Municípios de Belo Horizonte e João Monlevade, com extensão aproximadamente de 105km, que vem registrando inúmeras tragédias nos últimos anos. Conforme estatísticas da Polícia Rodoviária Federal, a cada quilômetro desse trecho morrem três pessoas. Ressalto que vários Deputados desta Casa se empenharam em ação permanente de cobranças por melhorias nessa rodovia.

Nos anos de 2006 a 2009 ocorreram 358 mortes, 81 destas ocorreram em 2009. As estatísticas referentes a 2010 ainda não foram divulgadas. Entretanto, se as ocorrências continuarem, conforme noticiado normalmente pelos jornais, pela televisão e pela rádio, com certeza o número ultrapassará expressivamente o do ano de 2009.

Em 2009, à altura do Km 435, na cidade de Sabará, um caminhão carregado com vigas metálicas não conseguiu fazer uma curva e tombou, atingindo uma "van" que transportava 15 estudantes universitários, dos quais 5 morreram no local. Muitos se lembram desse episódio, quando moças e meninos de Caeté vieram a falecer. Esse fato mobilizou a Assembleia Legislativa junto à comunidade local, provocando várias paralisações ao longo deste ano que ora se encerra. Segundo avaliação da Polícia Rodoviária, o motorista do caminhão trafegava em alta velocidade.

No início deste ano, apenas em dois dias, 4 pessoas morreram e 51 ficaram feridas em dois acidentes. O primeiro ocorreu na noite do dia 30 de janeiro, com uma batida frontal de dois veículos, que resultou em 3 mortes e 5 feridos. No dia seguinte, um ônibus tombou no canteiro central, causando a morte de 1 criança e ferimentos em 46 pessoas. No feriado da Semana Santa, ao fazer uma ultrapassagem, um caminhão invadiu a contramão e colidiu de frente com uma carreta e dois veículos de passeio. Com o impacto, o caminhão caiu em uma ribanceira e arrastou um dos veículos, causando 1 morte e ferimentos em 8 pessoas.

Em junho, 9 pessoas morreram no Km 425, quando dois carros alugados para levar 10 pessoas a um casamento foram esmagados por uma carreta que transportava bobinas de arames de aço. A carreta perdeu o controle, invadiu a contramão e tombou. Com o impacto, a carga se soltou e foi arremessada sobre os automóveis. Em setembro, 6 pessoas morreram e 5 ficaram feridas. O primeiro acidente ocorreu no Km 415, em Nova União, onde um veículo saiu da pista e caiu em uma ribanceira, matando 2 pessoas e ferindo outras tantas. No dia seguinte, no Km 421, em Caeté, um motorista utilizou o acostamento para ultrapassar dois veículos e, ao retornar para a pista principal, perdeu o controle, invadiu a faixa contínua e foi atingido de frente por uma carreta que transportava cimento. Após a batida, a carreta foi lançada sobre outro veículo e tombou, esmagando um terceiro automóvel. O acidente causou a morte de 4 pessoas e ferimentos em outras 3 pessoas. No feriado

da Proclamação da República, a BR-381 confirmou a fama de ser a rodovia mais violenta do Estado de Minas Gerais, uma vez que das 35 mortes contabilizadas nas estradas federais, 10 ocorreram na Rodovia da Morte.

A violência relatada aqui é atribuída a vários fatores, entre eles o excesso de velocidade, as chuvas e a imprudência; todavia, Deputados João Leite e José Henrique, temos de fazer um paralelo, pois em um trecho da mesma rodovia - aquele que nos leva de Belo Horizonte a São Paulo - não ocorre o mesmo número de acidentes que acontecem no trecho de Belo Horizonte a Valadares. A sinalização precária e o asfalto em más condições também são responsáveis por muitos desastres no trecho, agravando a situação. Além disso, a falta de divisórias físicas entre as pistas aumenta o risco de colisões frontais.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Wander Borges, cujo pronunciamento acompanho atentamente. Sua voz é forte em defesa não apenas da população de Minas Gerais e da região cortada pela BR-381 Norte, mas também de todos os brasileiros que se utilizam dessa passagem, uma ligação do Mercosul com o Nordeste e o Norte brasileiro.

O esquecimento e o abandono dessa rodovia pelo governo federal é inaceitável. Temos de conviver, lamentavelmente com essas mortes diariamente. Os números que V. Exa. apresenta dão a mostra do absurdo. Só uma medida de muita força, Deputado Wander Borges, para que o governo federal seja incriminado pelos acidentes que vêm acontecendo. O mais triste é que, acompanhando os números que V. Exa. está expondo da BR-381, já estamos no final do ano, quando os mineiros irão para a praia e utilizarão essa estrada e correrão esses riscos.

Concordo com o pronunciamento de V. Exa. Se é velocidade, ela deve ser coibida. Se a causa é motorista malpreparado, deve-se capacitá-lo. Essa é uma estrada construída em 1950, quando um caminhão carregava 7t. Hoje, os caminhões carregam 50t e passam pela mesma estrada. Parabéns, Deputado Wander Borges! Conte comigo nessa luta. Tivemos, ontem, mais um acidente na descida do Bairro Betânia, no Anel Rodoviário. Infelizmente, o governo não faz nada. Parabéns, Deputado Wander Borges, conte com o nosso apoio para qualquer medida contra o governo federal, que deve ser responsabilizado pelas mortes que vêm acontecendo na BR-381 e os acidentes do Anel Rodoviário.

O Deputado Wander Borges - Conforme o informado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT -, o edital da licitação para duplicação do trecho entre a Capital e Governador Valadares, em um total de 310km, será publicado no segundo semestre de 2011, e, considerando as mais promissoras perspectivas, apenas no ano de 2015, poderemos ter algum tipo de obra.

Uma coisa é importante relatar, Deputado José Henrique. A obra está orçada em R\$3.000.000.000,00 aproximadamente, o equivalente a menos de 0,5% do Orçamento geral da União, que neste ano já chega ao Congresso Nacional com valores da ordem de R\$1.000.000.000.000,00. Por isso é importante protocolarmos aqui nesta Casa, como fizemos hoje, a solicitação para que o Ministério Público Federal proponha um termo de ajustamento de conduta ao DNIT. O jornal "Estado de Minas" de hoje mostra que o Ministério Público Estadual está promovendo um termo de ajustamento de conduta entre o Município de Congonhas e as mineradoras, para que os caminhões sejam lavados e não deixem a poeira, que tanto faz mal à saúde, acumular-se em Congonhas. O jornal "Hoje em Dia" diz que o Ministério Público quer obrigar as empresas a colocar mais horários no percurso entre Belo Horizonte e Governador Valadares no chamado trem de ferro, composição da Vale chamada Vitória - Minas.

Então é mais do que justo requerermos ao Ministério Público Federal que proponha um termo de ajustamento de conduta no qual o DNIT se comprometa a divulgar para a sociedade o cronograma dessas obras, quais são os prazos, quando e como vai ocorrer e qual o custo do projeto executivo. Que respostas daremos à sociedade? Enfim, toda a semana estamos enterrando os nossos companheiros que transitam na BR-381. Isso não pode continuar.

Teremos de voltar, Deputado José Henrique, a fazer aquelas nossas manifestações e paralisarmos novamente a BR-381, para que, realmente, isso seja prioridade. Uma coisa são os recursos, que já vimos que estão aqui. Outra coisa é vontade política de resolver um problema que se arrasta há anos. As curvas, o traçado geométrico dessa rodovia já não permitem que se utilizem automóveis e caminhões como os de hoje, como o transporte de aço e seus derivados, que faz a economia pujante deste Estado.

O Deputado José Henrique (em aparte) - Agradeço o aparte, Deputado Wander Borges.

Na verdade, trata-se de uma luta de mais de uma década. Estou cumprindo o meu quarto mandato. Lembro-me de que, ainda na década de 90, já fazíamos o movimento da "duplicação já" da BR-381. Nas reuniões da Cipe Rio Doce, na região do Vale do Rio Doce, em Coronel Fabriciano, em Governador Valadares, houve vários encontros. Lembro-me ainda de que, no final do governo Eduardo Azeredo, o Secretário Israel Pinheiro foi apresentar em Valadares o projeto de privatização, que daria à iniciativa privada a duplicação da BR-381. Naquela época, houve críticas às privatizações. Nesta terça-feira, no Parque da Colina, houve o enterro de mais uma pessoa de nossa região, morta nessa estrada. O acidente ocorreu na segunda-feira, no trevo de Ravena: perdemos o nosso amigo e grande médico e professor da universidade federal, José Teubner Ferreira (conhecido como "Zecão"), originário de Aimorés. Era aposentado, vivia tranquilo na sua cidade. Ele não gostava de viajar pela BR-381, por isso sempre usava a estrada de ferro; entretanto, naquele dia ele aceitou o convite do irmão para viajar de carro pela BR-381 e acabou sendo vítima de um acidente, vindo a falecer.

Não basta fazermos movimento por paralisação da rodovia. Participei de debate público com o ex-Deputado Roberto Carvalho, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, que dizia que houve melhora de alguns trechos da BR-381. Recapearam algumas áreas dessa rodovia. Entretanto, como eu disse, isso foi pior porque agora os acidentes irão aumentar em virtude do aumento da velocidade dos carros. O que há muito já deveria ter sido feito é a duplicação das pistas. O número de acidentes aumentou. Paralisar a rodovia não é a melhor solução, porque as mortes não deixarão de ocorrer; contudo, se essa paralisação afetar a economia, ou seja, se pararem os veículos que transportam produtos da Usiminas, da Cenibra e das empresas que ali estão, aí, sim, vamos ver a rodovia duplicada. Essa paralisação só será útil se causar prejuízos às grandes empresas. Enquanto essas pobres famílias continuarem morrendo, vítimas de acidentes, não haverá duplicação.

Na verdade, não se conhece nem mesmo o projeto de duplicação dessa rodovia. Faz dois anos que aguardamos por esse projeto.

O Deputado Wander Borges - Há de se ressaltar, Deputado José Henrique, que, das 78 balanças instaladas nas estradas do País, 15 encontram-se em Minas Gerais; contudo, para a adequada fiscalização do excesso de peso de carga, a que V. Exa. se referiu, seriam necessários mais 15 dispositivos dessa natureza. Os especialistas estão dizendo que a redução dos acidentes graves dependem da intensificação da fiscalização do excesso de peso dos caminhões.

Por oportuno, é importante ressaltar que inexistente balança de passagem no trecho compreendido entre a Capital e João Monlevade. Só há um único equipamento instalado próximo a Jaguarauçu e Timóteo. Assim sendo, há uma premente necessidade de se combater o que está acontecendo. Espero que o Ministério Público Federal atue na defesa dos interesses coletivos e difusos das pessoas que trafegam por essa rodovia.

Por fim, outra luta que precisamos empreender é não deixar que o governo federal continue a centralizar recursos em suas mãos. Os Municípios brasileiros estão morrendo. Há 20 anos, praticamente 12% a 13% do bolo tributário era destinado aos Municípios, e hoje ficamos apenas com 6% a 7% desses tributos. Os Municípios brasileiros estão em estado de calamidade pública, e isso precisa ser reorganizado. A economia tem de

ser reorganizada; aliás, isso é dito e reconhecido por cada Prefeito, Vereador e liderança municipal que ouvem o clamor das pessoas. Precisamos tentar destinar mais recursos aos Municípios, e não basta que sejam recursos de emenda de Deputados Estaduais e Federais ou de Senadores. Os recursos deverão vir da chamada receita corrente líquida. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Deputado Duarte Bechir* - Exmo. Sr. Presidente que dirige a Casa, Doutor Viana; Deputadas, Deputados, telespectadores da nossa imensa e querida Minas Gerais, o nosso carinhoso boa-tarde. Sr. Presidente e demais pares, traz-nos a esta tribuna um assunto que tem chamado a atenção da população - e, claro, de uma forma especial, a mídia tem tomado conta do assunto nos últimos dias. Antes do pleito para Presidente da República, estivemos nesta tribuna e dissemos, por diversas vezes, àquela época, durante o pleito, que deveríamos estabelecer para aquela eleição assuntos que fossem importantes para o País e diretamente para a nossa população. Mas vimos até sobre a relação conjugal de homens e talvez de mulheres, que pudessem ter isso reconhecido pela Justiça, e também sobre o aborto. Então, esses foram os principais temas que nortearam os últimos dias da campanha, deixando de lado a economia e a reforma tributária, assuntos que interessam diretamente e estão vinculados ao futuro da nossa nação.

Sr. Presidente, passadas as eleições, conhecemos os vitoriosos. E aqui eu quero, mais uma vez, dizer que este Deputado, que teve a sua predileção não vitoriosa, está hoje se congratulando com a Presidenta eleita, desejando que o Brasil siga em passos largos rumo ao desenvolvimento. Porém não iremos aceitar ações como aquela colocada na mídia, há uma semana, em que se fala em ressuscitar a CPMF, agora com uma nova nomenclatura, a CSS, porque isso é de todo inaceitável.

Sr. Presidente, lembro que a CPMF, quando cobrada anteriormente, não financiou a nossa saúde com a sua arrecadação. Pelo contrário, ela entrava no caixa, e no máximo 42% da sua arrecadação financiava esse setor. A maior parte dos recursos - quase 60% - era para o governo tocar a política da forma que achasse melhor. Mas, quanto à arrecadação, com a lei que foi criada - e lá atrás, quando o Ministro Jatene propôs a criação da CPMF, todos nós, brasileiros, aceitamos, e acho que eu também fiz coro pela aprovação no Congresso Nacional -, esperávamos ter saúde, igualar os brasileiros na questão da saúde, porque a Carta Magna diz que todos nós somos iguais perante a lei. No entanto, quando a lei se refere à saúde pública, a classe trabalhadora, os mais pobres não têm acesso a ela.

Quero aqui me reportar aos nobres pares, Deputada Maria Tereza, que tem também a sua atuação destacada nesta Casa, e dizer que estamos assistindo ao nosso Vice-Presidente lutar contra uma enfermidade bravamente. Agora, coloquemos isso em uma balança. Se alguém da classe média, da classe trabalhadora precisasse lutar com as mesmas forças e armas que o Vice-Presidente José Alencar, nos melhores hospitais e com os melhores medicamentos, certamente aquele não teria tido maior e melhor sorte.

Deputada Maria Tereza, tomo esse exemplo, mas não porque não torça pela vida do nosso Vice-Presidente, e, sim, para tecer um parâmetro entre aqueles que têm acesso à saúde e aqueles que não têm acesso ao SUS. Tomemos como exemplo uma pessoa da classe trabalhadora, um pobre que precisa de uma tomografia. No interior, ela fica em R\$800,00 ou R\$900,00, mas, se vier para a Capital, a Prefeitura der o carro e conseguir aqui um desconto, poderá fazê-la por R\$400,00, R\$500,00 ou R\$600,00. Mas e o dinheiro para bancar a ressonância magnética?

A lei federal aprovada por esse mesmo governo garante às mulheres o acesso à mamografia como forma de impedir que o câncer de mama proliferem. No entanto, essa é uma lei que não está sendo cumprida, porque os equipamentos necessários não estão à disposição para que as mulheres façam exames precocemente e, assim, evitem que o mal tome conta.

Volto a falar do Vice-Presidente José Alencar. Com toda a sua bravura, raça de bom mineiro e lutador, ele foi para os Estados Unidos e lá tomou medicamentos fabricados na América, além de ter tido acesso aos melhores hospitais. Agora, há uma semana, foi vítima de um infarto e se recuperou. O Presidente Lula chegou de viagem com a Presidenta eleita, e foram visitá-lo. Toda a imprensa mostrou isso. Ele tem-se recuperado bravamente porque tem acesso à saúde. Isso está na cara, Sr. Presidente. Se assim não fosse, talvez não tivéssemos mais a companhia do Vice-Presidente. Não podemos deixar de lado essa questão e trazer agora a ressurreição da CPMF, em torno da Contribuição Social para a Saúde - CSS -, para, da mesma forma, não gastar com a saúde. Será um ato de covardia. O governo federal deveria ser o primeiro a ajudar os Municípios e os Estados, mas não tem dado o exemplo.

Vamos falar da Emenda nº 29. Em setembro, fez 10 anos da votação dessa emenda, que regulamenta as ações e as responsabilidades do governo federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios. E o que tem acontecido, principalmente, com os Municípios? Os Promotores de Justiça estão em seus gabinetes no interior, como acontece na minha cidade, Campo Belo, e em várias outras, e recebem pacientes que precisam imediatamente de uma cirurgia. O interessado relata que foi à Secretaria de Saúde e que o Secretário disse que não há condições de ele ser operado porque não há vaga. O Promotor, então, manda sequestrar o recurso na conta da Prefeitura - seja de 15, seja de 18 ou 22 - e credita em favor do paciente, que tem sua cirurgia, enfim, realizada com o dinheiro do Município.

Qual a responsabilidade da União nesse caso? Vejam bem, senhores: quando a PEC nº 29 foi aprovada, foi criado um expediente para que os Estados gastassem, em determinado período de tempo, 12% de suas receitas vindas de transferências e arrecadações; os Municípios, por sua vez, até o final de 2004, 15% de tudo que arrecadassem. E o que a União fez com sua parte, Deputada Maria Tereza Lara? A União determinou que seu gasto seria 5% acima do que gastou no ano passado e vinculou o aumento do seu investimento na saúde ao PIB. O governo federal disse que era sua parte tudo que aumentasse no PIB, enquanto que Municípios e Estados viveriam de suas arrecadações. O governo disse: "No meu dinheiro ninguém mexe".

Vamos fazer um exame de consciência bem rápido: o Brasil tem batido recordes e mais recordes de arrecadação. O volume arrecadado é cada vez maior, mas ele coloca a saúde em uma situação difícil. O governo federal pode arrecadar mais e gastar menos com a saúde do povo carente. O governo federal, com o Ministério na mão, não determinou a porcentagem que ele deveria gastar, assim como fizeram com os Estados e com os Municípios, que podem gastar baseados na receita de arrecadação de seus impostos. O governo federal disse: "Aqui, não. Ninguém mexe no meu dinheiro. Por exemplo, Deputado, não somos contra. Faremos o PAC, realizaremos obras por todo o Brasil, transformaremos este país num canteiro de obras, criaremos bases petrolíferas e novos portos para recebermos novas embarcações e investiremos em todo segmento, mas na saúde, não. Poupem-nos de gastar nessa área. Não temos, como tem o Estado e o Município, a obrigação de gastar a minha arrecadação na saúde".

Podemos dizer, com toda a sinceridade, que, a partir do governo federal, a saúde no Brasil tem empobrecido, pois os investimentos têm sido cada vez menores. Entendam o meu raciocínio. Se o governo não atrelou o seu gasto à quantidade arrecadada, mas, sim, à evolução do PIB, vê-se que esta não atinge 50% da evolução da receita. Se a União atrelasse o seu gasto não ao aumento do PIB, mas à arrecadação da receita, como ocorre no Município e no Estado, esse dinheiro poderia ser gasto nessa área e efetivamente poderia melhorar a saúde da população brasileira.

Os investimentos na saúde têm sido cada vez menores no nosso país. Essa é uma triste e real constatação. Há falta de uma fiscalização maior. Ela não interessa ao governo, que vê o que está ocorrendo nos Estados e Municípios, mas fica meio de lado, dizendo: "Também tenho rabo preso e não ficarei procurando o que não quero enxergar". Aí ocorrem as famosas maquiagens nos gastos do setor público com a saúde.

Como candidato à reeleição, percorri várias regiões. Realizo um trabalho de base que é conversar diretamente com o eleitor. Isso talvez seja inerente à minha formação política. Não tive nem tenho condições financeiras para pagar pessoas que saiam percorrendo Minas Gerais, citando o meu nome, nem tampouco para contratar cabos eleitorais. Nessa campanha, dormia às 2 ou 3 horas da madrugada e às 6, 7 horas já estava

de pé e iniciava a próxima viagem. Percorri muitos lugares e ouvi o sentimento do povo mineiro em relação à saúde, ou melhor, os reclames devido à falta de uma saúde maior e de melhor qualidade.

Senhoras e senhores, nossa gente querida de Minas Gerais, Deputadas e Deputados, estou tecendo esse comentário porque não queremos poupar os que realmente têm essa responsabilidade. Pai e mãe são exemplos para os filhos. Em tese, somos espelhos deles. Da mesma forma que a mãe, o pai quer que o filho seja o que ele é. Na verdade, a União deveria dar o bom exemplo e gastar mais com o povo brasileiro e menos com outras coisas. Como forma de engrandecer o nosso debate, citarei um exemplo.

Foi dito que o trem-bala, que vai do Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas, custará perto de R\$18.500.000,00. Além disso, que o dinheiro a ser despendido não seria público, mas sim da iniciativa privada. É claro que esse dinheiro é público. A obra de construção do trem-bala já passou para mais de R\$38.000.000,00 ou quase R\$40.000.000,00 e contará com o financiamento do BNDS. Isso acontece porque há dinheiro para gastar. Faça uma indagação aos senhores. O que é mais importante para o povo brasileiro: salvar vidas ou deixar de valorizá-las? Deixar o povo à míngua? Criar impostos na surdina? Aliás, o nosso Vice-Presidente José Alencar tem conseguido se manter de pé graças a sua condição financeira de buscar o recurso.

Para terminar meu pronunciamento, Sr. Presidente, peço a V. Exa. 30 segundos para trazer um assunto de que muitos talvez não se lembrem. A Agência Estado publicou, no dia 28 de maio, a visita da pré-candidata Marina Silva ao encontro de Secretários Estaduais de Saúde, que aconteceu em Gramado, no Rio Grande do Sul. Na oportunidade, Marina declarou ser favorável à regulamentação da Emenda nº 29, prometendo que, se ganhasse a eleição, iria regulamentá-la. Foi publicada também uma nota sobre a candidata eleita: "Quando passou pelo congresso de Secretários de Saúde, na manhã de ontem," - como essa publicação é do dia 28 de maio, a referência é feita ao dia 27 de maio - "Dilma considerou imprescindível regulamentar a emenda e previu que a União suportará os novos custos com aumento de arrecadação decorrente do crescimento econômico do País". Quer dizer, não haveria novo imposto. Está aqui o documento da Agência Estado, o qual trago hoje a esta Casa para conhecimento dos nobres pares.

Este Deputado é contrário ao ressurgimento, conforme querem, da CSS, da CPMF, por violar o que a pré-candidata declarou e por não trazer benefícios ao povo, mas, sim, mais uma vez, retirar a competitividade das indústrias e do comércio do Brasil, que hoje lutam diante da queda do dólar. Estamos em desvantagem em relação ao resto do mundo. Somos a favor de uma saúde de mais qualidade, mas contrários à CSS. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Cumprimento os Deputados Doutor Viana, Presidente em exercício; Carlin Moura; Duarte Bechir, a quem agradeço as palavras fraternas dirigidas a mim durante o pronunciamento que acaba de fazer; todos que se encontram agora nesta Casa; todos que nos acompanham pela TV Assembleia; e os profissionais e assessores da TV Assembleia e desta Casa.

Deputado Duarte Bechir, ao ouvir seu pronunciamento, pensei: defendo a regulamentação da Emenda nº 29. Acredito na palavra da nossa Presidente, porque ela afirmou que a emenda será regulamentada - lógico, dependendo também da Câmara dos Deputados. Precisamos fazer uma interlocução com nossos colegas Deputados Federais para que agilizem e apressem essa regulamentação, que é fundamental. A saúde é uma política pública essencial para garantir vidas. O SUS é considerado um dos projetos mais avançados mundialmente, na teoria, nos seus objetivos. É lógico que, na prática, ainda não conseguimos efetivamente o desenvolvimento e a universalização do atendimento, como prevê o projeto que defendemos. Por não haver essa regulamentação, muitas vezes os Estados também não cumprem o que deveriam cumprir. Por exemplo, Minas Gerais, que deveria investir 12%, chega a investir cerca de 6%. O Estado chega a investir 12%, considerando-se que há despesas que - acreditamos - na regulamentação não poderão ser incluídas na saúde. É o caso, por exemplo, do Hospital Militar, onde é justo que se invista, mas sabemos que ele não é de todos. Essa regulamentação é importante para o governo federal e para os Estados e garantirá que a União, os Estados e os Municípios tenham parâmetro. Na educação, por exemplo, são obrigatórios 25% para o Município. A educação hoje universalizou o atendimento, embora a qualidade esteja muito aquém do necessário; temos a garantia, pelo menos, da 1ª à 8ª série - se não for, está contra a lei. Ainda precisamos avançar; concordo com isso, mas precisamos fazer com que todas as esferas de poder façam investimentos.

Há também necessidade da reforma tributária. Essa questão do imposto, da CPMF com outro nome, deverá ser discutida no bojo de uma reforma tributária.

Pode haver necessidade de um imposto, não para aumentar a carga tributária. A CPMF garantia uma transparência e um controle dos recursos, principalmente dos mais ricos, pois os pobres não pagavam tanta CPMF. Esse controle das grandes riquezas é muito importante para que haja uma sociedade mais justa. Não que eu seja contra os ricos, mas quem tem mais possibilidade deve contribuir mais. Essa é a lógica do que defendemos, daí a importância desse imposto, que possibilitava um certo equilíbrio. Não defendo o aumento da carga tributária, mas que nessa reforma haja alguns impostos, principalmente para o controle dos depósitos das grandes fortunas nos bancos, impedindo a proliferação dos paraísos fiscais. Por isso concordo com V. Exa., mas fazendo essas considerações.

Gostaria de lembrar o pronunciamento do Deputado Wander Borges a respeito da duplicação da BR-381. Estamos vivendo um momento ímpar para unir forças suprapartidárias nesta Casa e com a bancada federal, composta por 53 Deputados, e reivindicar a prioridade para a duplicação da BR-381. Como o Deputado Luiz Humberto Carneiro disse, há mais de 10 anos essa reivindicação é feita. Nesse final de semana, gastei três horas para ir a Barão de Cocais, pois há muitos acidentes violentos, e o feriado prolongado aumenta o número de veículos.

Tendo por base a Comissão de Transporte, poderíamos fazer um grande movimento a fim de fazer essa reivindicação à Presidente, que é mineira. Temos a felicidade de haver eleito uma mulher mineira para Presidente, a quem podemos levar nossas reivindicações justas e legítimas de forma a garantir qualidade de vida para nossos cidadãos.

Por falar na mulher mineira, visitei o Bairro Marimbá, em Betim, onde uma líder comunitária e religiosa, que não é filiada ao partido, tinha os olhos brilhando ao falar da primeira mulher Presidente da República. Ela discorria a respeito da história da Bíblia, passando pelo Gênesis, pela criação do homem e da mulher e pelas lideranças femininas, como Rute, Noemi, Judite e Maria. Ela dizia que Dilma, mineira para nosso orgulho, foi escolhida para representar a mulher brasileira na Presidência pela primeira vez. Isso não é qualquer coisa. Nós, mulheres, já somos 52% da população. Historicamente, sempre fomos excluídas, só pudemos votar em 1932. Sabemos o que já passamos por ser mulher, mesmo tendo respeito por muitos e nobres companheiros. O Brasil avançou na questão do respeito às mulheres, mas, no espaço político partidário, estamos muito aquém da nossa capacidade e do nosso direito. Nesta Casa, com 77 Deputados, da nossa bancada feminina composta de 5 Deputadas, só elegemos 4. Isso não nos desanima, pelo contrário, desafia-nos cada vez mais. O fato de termos eleito a primeira mulher Presidente nos torna, a homens e mulheres, responsáveis por participar desse governo, cuja oportunidade ocorrerá pelas conferências.

Já houve mais de 50 conferências e certamente o projeto é o mesmo: por meio das conferências temáticas, poderemos participar e dar as nossas sugestões em cada setor - saúde, políticas públicas, transporte, rodovias, etc. A ideia é que os próprios municípios possam dizer quais são as reivindicações prioritárias de sua cidade. Nenhum outro governo teve uma interlocução tão grande com os Municípios como o governo Lula, mas realmente ainda é preciso avançar. Esse processo é bem amplo, mas é preciso, por exemplo, aumentar a arrecadação dos impostos para os Municípios.

Ainda comentando a eleição da primeira mulher Presidente, certamente estamos rompendo barreiras e preconceitos e construindo uma sociedade mais justa e fraterna. Creio que de quatro a dez anos, quando voltarmos o olhar a história, poderemos dizer que a mulher é tão capaz quanto o homem de administrar o País e trazer avanços para o seu desenvolvimento sustentável. Essa é nossa esperança e queremos contribuir para isso. Assim, conclamamos todos e todas desta Casa, mas sobretudo a bancada feminina, para dar a sua contribuição.

Referindo-me a dois eventos realizados nesta semana na cidade em que resido, Betim, quero parabenizar, por sua realização, o governo municipal da Prefeita Maria do Carmo, do Vice-Prefeito Alex Amaral e de toda a sua equipe. O primeiro foi o 10º Seminário de Políticas Públicas sobre Drogas, realizado nos dias 16 e 17 de novembro, com a presença de ilustres autoridades, entre elas o Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual sobre Drogas, que participou da palestra de abertura, falando, para um auditório com mais de 500 participantes, sobre a responsabilidade de todos sobre a dependência química. Aproveito para cumprimentá-lo publicamente pelo brilhante trabalho. Quero cumprimentar também à Sra. Maria do Carmo Diniz Ferreira, chamada Carminha, Superintendente Municipal de Políticas sobre Drogas, que faz um trabalho de combate à droga e de recuperação dos jovens e de todos os que sofrem de dependência química. Contamos ainda com a presença do Sr. Maurício Alves, da Pastoral de Rua de Belo Horizonte, falando sobre espiritualidade. Se precisamos da ciência e dos conceitos médicos para essa recuperação, precisamos também, não de uma religião, mas de uma espiritualidade que possibilite às pessoas achar um sentido para a sua vida, pois assim elas certamente poderão superar os problemas e se libertar da sua dependência química. Da mesma forma, pela espiritualidade ainda combateremos o tráfico com mais veemência, pois, tendo um sentido de vida, as pessoas estarão lutando por ela ao invés de aceitar a morte fácil.

Outro painel desse seminário tratou da prevenção na escola e na sociedade. Não basta informar; temos de trabalhar para que nas escolas seja oferecida uma formação, para que os jovens não sejam atraídos por esse dinheiro fácil do tráfico e achem um sentido para sua vida. O tema do outro painel foi "Segurança pública com cidadania: usuário, abusador e tráfico". A nossa Comissão, após ter percorrido todo o Estado, está apontando como uma das causas principais dos crimes o tráfico e a droga, que temos de combater de forma veemente. Por último, tivemos um painel sobre estratégias inovadoras no fortalecimento de vínculos comunitários e valores sociais, que tratou de ações efetivas de combate a essa situação.

Além disso, quero mencionar outro evento importantíssimo que ocorreu ontem em Betim: o lançamento do "shopping" regional Metropolitan Garden Shopping, que será construído numa PPP. O governo municipal tomou todas as iniciativas jurídicas para que empresas e empresários invistam em Betim. Ao lado do "shopping" será construída uma rodoviária, pois a cidade tem 400 mil habitantes e até o momento não possui terminal rodoviário, ao contrário de pequenas cidades com menos de 10 mil habitantes. A sociedade betinense, por meio do Orçamento Participativo de 2010, e de maneira interessante, pediu a construção da obra nº 1, a rodoviária, que será, portanto, construída ao lado do "shopping". Ela fará a ponte entre Betim e outros Municípios, será o portal de entrada da região metropolitana para os que vierem do Sul ou do Centro-Oeste do País, por meio da BR-262, BR-381 ou da MG-050.

Gostaria de cumprimentar Lessandro Lessa, atual Secretário de Finanças, Planejamento e Gestão, o governo Municipal, seu secretariado e a população de Betim por essas conquistas importantes, como o Seminário de Combate às Drogas, e agora pela construção do "shopping" regional e da rodoviária. A referida obra foi lançada ontem em grande evento onde estive presente, além de toda a sociedade betinense, autoridades políticas, como o Deputado Ivair Nogueira, Vereadores, Prefeitos e toda equipe de governo. Mais uma vez cumprimento a cidade de Betim por esse avanço. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, antes de tratar de um assunto legislativo importante neste momento, a revisão do PPAG, gostaria de fazer duas menções fundamentais. A primeira é que hoje, 18 de novembro, é Dia Nacional do Conselheiro Tutelar. Esse cargo resultou de uma conquista da nossa Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O Conselheiro Tutelar é um representante eleito pela comunidade. O grupo de cinco Conselheiros tem por missão zelar pelos efetivos direitos e pela proteção integral da criança e do adolescente. É peça fundamental na garantia desses direitos, uma representação da própria sociedade, pois faz a interação da sociedade com os governos e faz valer o sagrado direito de crianças e de adolescentes.

Como Secretário de Desenvolvimento Social em Belo Horizonte, na gestão do ex-Prefeito e ex-Ministro Patrus Ananias, tive a honra de implantar os nove Conselhos Tutelares da Capital. Eu, os Deputados Carlin Moura e Eros Biondini, como membros da Comissão de Participação Popular, aprovamos moção de aplauso e congratulação aos Conselheiros Tutelares de Minas Gerais. Cumprimento também o Devison, da Contemg, nosso companheiro e Conselheiro Tutelar de Belo Horizonte, aqui presente. A associação dos Conselheiros Tutelares congrega essa organização. Sabemos que o Conselheiro Tutelar e o Conselheiro Tutelar estão presentes em todos os Municípios de Minas Gerais e que precisam de muito apoio e de melhores condições de trabalho, pois muitas vezes a relação das Prefeituras com os Conselheiros Tutelares não é juridicamente formalizada.

Há uma dispersão grande nesse sentido. Muitas vezes o Conselheiro Tutelar não tem condição de trabalho. Um veículo é muito importante, principalmente em Municípios com zona rural mais extensa, mas também é necessário nas cidades grandes e médias. Há também a informatização. Ano a ano, através da Comissão de Participação Popular, temos destinado recursos para garantir principalmente a informatização adequada e os veículos para os Conselhos Tutelares em Minas Gerais. Considero que a melhor forma de prestigiar e reconhecer o trabalho dos Conselheiros Tutelares é exatamente criando melhores condições de trabalho e, obviamente e ainda mais importante, constituindo uma verdadeira rede de proteção social em cada Município, para que as crianças tenham atendimento adequado, seja na educação, seja na saúde, seja no apoio sociofamiliar.

Sr. Presidente, outra menção que faço diz respeito à recondução do Dr. Alceu Torres Marques, com quem me congratulo, como Procurador-Geral do Ministério Público em Minas Gerais. No último biênio, o Dr. Alceu fez um belíssimo trabalho à frente dessa importante instituição. Houve uma eleição interna no Ministério Público, com três concorrentes respeitabilíssimos, de notável reconhecimento público. Depois dessa disputa interna respeitosa, com excelentes candidatos, o Dr. Alceu foi o mais votado e teve sua escolha definida pelo Governador Anastasia. O Dr. Alceu é uma pessoa muito digna, séria, correta. Tenho certeza de que ele continuará a desenvolver um trabalho à altura dos desafios e da importância que o Ministério Público, com a conquista da Constituição de 1988, realiza em nosso país, no objetivo também de promover os efetivos e sagrados direitos de cidadania. Um grande abraço ao Dr. Alceu Torres Marques, e que Deus o ilumine nessa nova etapa e caminhada.

Sr. Presidente, gostaria de continuar um debate que mantive durante esta semana na Assembleia, que diz respeito às principais propostas apresentadas nas discussões, em audiências públicas, do PPAG 2008-2011, particularmente quanto à sua revisão para o ano que vem. Realizamos audiências no Triângulo, no Jequitinhonha, na Zona da Mata, na região central. Foram apresentadas 362 propostas, com a participação de mais de 700 pessoas. Nesta semana, já abordei propostas muito importantes relativas ao abastecimento humano de água e à construção de barragens e módulos sanitários no semiárido mineiro. Foi o primeiro bloco de propostas defendidas por este Deputado nesta tribuna, resultado principalmente da audiência pública que ocorreu em 12 de novembro em Itaobim.

Outras propostas importantes foram apresentadas, e gostaria de tratar de duas. A primeira é a de se criar um projeto estruturador de combate às drogas. Hoje, uma preocupação que percorre todas as regiões do Estado, todos os Municípios, cidades de pequeno, médio ou grande porte, perpassando todas as classes sociais, diz respeito exatamente ao desafio de combater o uso de drogas. Mas é uma tarefa difícil, não é fácil. O enfrentamento desse desafio exige interação de um conjunto de políticas públicas - segurança pública, envolvendo o âmbito federal, combate ao tráfico de armas e de drogas, a questão das nossas fronteiras. Diz respeito ao nosso sistema de segurança pública, o sistema penitenciário;

a uma defesa social mais competente e atuante; à mobilização da sociedade.

A sociedade que consome a droga estimula o seu tráfico. Até a própria classe média, que cobra tanto a ação da segurança pública, tem no seu meio os maiores consumidores de drogas. Essa questão diz respeito a uma rede de proteção social efetiva. Sabemos que, muitas vezes, a fuga para as drogas significa o impedimento de um projeto existencial, que resgata a autoestima das pessoas. Normalmente o jovem que vai para o mundo das drogas é um infelicitado pelos destinos de sua vida, que não concluiu o ensino médio; é a jovem ou o jovem que foram abusados sexualmente, que passaram fome, que não têm perspectiva de vida a médio prazo, como uma universidade, o primeiro emprego ou a profissionalização. Muitas vezes, por questões sociais.

Sabemos que o uso de drogas não é associado simplesmente à pobreza. Muitos usuários e traficantes estão nos extratos mais altos da pirâmide social. Sabemos que o usuário de drogas, principalmente o pobre, está quase no estágio que antecede o tráfico. Então, se ele não for tratado adequadamente, a droga o consumirá e ele terá de conseguir dinheiro para adquirir a droga. No caso do jovem pobre que faz uso de drogas, o caminho do consumo para a marginalidade é muito próximo. De usuário ele passa pelas várias etapas que a organização do tráfico tem e se torna traficante. Então, o foco no tratamento do usuário é fundamental. Precisamos de um conjunto de ações.

Quando falamos sobre tratamento de usuário, pensamos e devemos defender a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - Caps-AD -, a ampliação das redes de proteção social como os Centros de Referência de Assistência Social - Cras - e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social - Creas. Existem programas de envolvimento de comunidades em atividades culturais e esportivas. Uma das formas mais eficazes de enfrentar o problema e proporcionar melhor autoestima aos jovens são as atividades da cultura, esporte e lazer. Além disso, há medidas próprias da segurança pública no combate ao tráfico, como maior agilidade no processo judiciário e condições adequadas para os que são retirados temporariamente do convívio da sociedade, mas que podem e devem ter uma chance de reintegração social. Enfim, são inúmeras as frentes de luta para combatermos essa situação.

O governo enviou um programa associado. Para o telespectador que não tem familiaridade com os termos técnicos orçamentários, o programa associado é como se fosse um programa secundário, não prioritário. Prioritário, no desenho do planejamento do Estado, é o projeto estruturador. São 57 projetos estruturadores aprovados pela Assembleia Legislativa. Então, a nossa proposta é que seja dado conteúdo maior e melhor a esse programa associado de enfrentamento às drogas, transformando-o em programa estruturador. O programa de enfrentamento às drogas têm ênfase muito grande nas comunidades terapêuticas - isso é uma outra questão importante -, que realizam um trabalho muito bonito de atendimento e acolhimento de jovens, adultos e, infelizmente, até crianças. Então, essa é a primeira proposta, e considero de grande relevância e que mereceria, por parte do governo do Estado, um estudo especial.

Esta Casa possui uma frente parlamentar de enfrentamento às drogas, já realizou um seminário específico sobre o tema e produziu vários documentos acerca dessa temática, mas precisamos de uma política pública integrada.

Então, deixo aqui a minha preocupação: devemos abraçar essa prioridade neste momento. Trata-se de uma questão de saúde pública, de uma questão social e de segurança. O problema não é simples. Precisamos de recursos, da integração entre as esferas de poder, que muitas vezes não se comunicam, e do envolvimento da sociedade e das famílias. Não podemos eximir a família de sua responsabilidade. É importante a conversa em casa, o diálogo com os filhos, o acompanhamento durante as várias fases da vida, as várias etapas de amadurecimento do ser humano - pré-adolescência, adolescência, juventude. É importante também o trabalho da nossa rede de educação pública. Diante das drogas, a escola pode e deve ter um importante papel preventivo, principalmente nesse conjunto articulado de políticas públicas - incluindo políticas para a juventude -, para resgatar as possibilidades de desenvolvimento em plenitude dos dons e das vocações do ser humano em cada etapa.

Sr. Presidente, até pela importância do tema, a segunda proposta diz respeito a uma ação específica voltada à agricultura familiar. Trata-se do cumprimento da Lei Federal nº 11.947, de 2009, que obriga a aquisição de pelo menos 30% da alimentação escolar da agricultura familiar. Deixarei a defesa dessa proposta para a próxima vez que eu ocupar a tribuna. Essa proposta foi apresentada como sugestão de um novo projeto estruturador. Como disse, foram 362 propostas. Talvez eu precisasse vir à tribuna, no mínimo, 362 vezes, dada a importância das propostas apresentadas. Como isso é impossível, considerando-se o que prevê o Regimento da Casa, bem como em função do pouco tempo de que dispomos para defender cada proposta, estou tratando das que considero prioritárias, obviamente que sem nenhum demérito em relação às demais apresentadas.

Sr. Presidente, agradeço a atenção. Espero o apoio dos Deputados e das Deputadas para termos um projeto estruturador prioritário de combate às drogas em Minas Gerais. Drogas essas que têm trazido muita infelicidade para tantos seres humanos e para tantas famílias em Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, meus cumprimentos pela belíssima eleição e pela Presidência desta sessão.

Ressaltarei o levantamento feito pelo IBGE, publicado nos jornais de hoje, em que Minas Gerais aparece como o Estado que mais cresceu nos últimos seis anos. Tivemos uma taxa de crescimento superior à taxa média do crescimento brasileiro. Nos últimos seis anos, Minas aumentou sua participação no PIB. É o terceiro Estado da Federação na participação do PIB brasileiro. Ressaltamos nosso apoio a esse aspecto durante os quatro anos, em defesa do governo.

Historicamente, não tenho razões para ter apoiado o governo Aécio Neves. Eu e meu pai fomos adversários da família Cunha e da família Neves em nossa região. A partir do momento em que se deflagrou o processo da candidatura de Aécio Neves, estávamos presentes para hipotecar solidariedade, sobretudo por ser a primeira vez que teríamos um Governador originário do Nordeste mineiro. A gestão deu certo e funcionou. O Estado deu um salto, cresceu mais do que o Brasil, desenvolveu-se e reestruturou-se. Posteriormente, teremos continuidade administrativa com o Governador Anastasia, que apresentará a esta Casa, como Aécio apresentou e fez, o Choque de Gestão - Estado para Resultados, que provavelmente sofrerá uma reformulação. Quem não acompanha as mudanças do tempo e não se adapta a elas corre o risco de cair na mesmice, por isso é necessária a reciclagem do governo.

A Lei nº 4.999, em tramitação nesta Casa e a qual defendemos, outorga ao Governador autonomia para uma reforma administrativa moldando o governo a seu estilo, para dar continuidade aos bons resultados. Temos, sobretudo, sugerido à Bancada do PMDB que nos primeiros momentos do próximo governo estejamos juntos ao Governador. Não apenas por ter sido uma vitória muito importante nas eleições, mas sobretudo por se tratar de princípio democrático. A eleição acabou, portanto é preciso apoiar, estimular, e muitas vezes criticar para buscar os acertos com o governo federal. Precisamos ter seriedade para cumprir o desiderato democrático. A eleição terminou, o governo deverá ser para todos, e os partidos políticos deverão dar suporte aos governos instalados para que haja melhoras na vida do povo brasileiro.

Ocupo a tribuna para defender as propostas do Governador Anastasia, para que ele possa melhorar, enxugar e adaptar a vida do povo mineiro. Defendo as alterações propostas pelo Governador Anastasia, sobretudo para que ele possa adequar a máquina administrativa a seu estilo pessoal. Da mesma forma, torço para que Dilma possa adaptar-se à máquina federal.

O Governador Anastasia não poderia solicitar a perpetuidade do nosso Governador Aécio Neves, portanto houve a transição, e suas adaptações deverão ser corretas e necessárias.

Disseram que menosprezamos o Poder Legislativo. Pelo contrário, quem me acompanhou pela TV Assembleia sabe muito bem como defendo o Legislativo e ressalto a sua importância para a democracia.

À eventualidade de um momento de transição democrática, em que alguém ganhou as eleições - o Anastasia ganhou a eleição de forma brilhante, assim como a Dilma -, há necessidade de outorgar ao Chefe do Executivo a possibilidade de colocar o seu estilo, de adaptar a máquina, a estrutura aos seus desideratos, aos seus desejos, conforme aquilo que pretende fazer em benefício do Brasil.

Fazendo uma digressão, Sr. Presidente, gostaria de aproveitar o instante para alertar os Prefeitos da minha região, como naturalmente os Deputados de outras regiões deveriam fazê-lo, relativamente àquilo que anunciamos aqui. Num esforço gigantesco desta Assembleia, depois de sete anos de tramitação, conseguimos aprovar a lei do ICMS Solidário. Conforme relatório que tenho em mão e que encaminhei a todos os Prefeitos de Minas Gerais, haverá um resultado médio de crescimento da receita dos Municípios no repasse do ICMS da ordem de 10,28%. Essa é a média, algumas regiões ganharam mais. Houve cidades que ganharam mais, e outras, menos. Podemos citar, como exemplo, a cidade de Araçuaí, que teve crescimento de 35,82% por meio do ICMS Solidário, razão pela qual receberá um volume de recursos muito grande a partir de janeiro de 2011.

Sr. Presidente, alertei os Prefeitos, o que procuro fazer, mais uma vez, porque, em meu último pronunciamento, não consegui fornecer-lhes os dados, que só agora consegui obter. Conforme a variação do VAF para 2011, em nossa região do Jequitinhonha e do Mucuri, estão perdendo recursos os Municípios de Angelândia, Berilo, Capelinha, Francisco Badaró, Itamarandiba, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Carai, Ponto dos Volantes, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Pedra Azul, Almenara, Bandeira, Felisburgo, Salto da Divisa, Catuji, Frei Gaspar, Itaipé e Fronteira dos Vales. Temos relacionamento mais direto com esses Municípios. Agora mesmo estava conversando, em meu gabinete, com o Prefeito de Poté, que foi muito competente na apuração do VAF. Ele conseguiu fazer com que a arrecadação desse Município crescesse não apenas por meio do ICMS Solidário, que votamos nesta Casa, mas também por intermédio da apuração do VAF.

Alerto os Prefeitos para que busquem, dentro do prazo que a lei permite, e que ainda vigora, verificar o que ocorreu. É preciso saber se não foram apuradas efetivamente todas as vendas de mercadorias, como leite, gado, feijão, para algumas entidades fora do Município, onde o tributo foi realizado, beneficiando outro Município. Devem-se verificar essas informações e a possibilidade de recursos para que nosso VAF não caia. Vários Municípios de nossa região, embora tenham sido beneficiados com um aumento real de arrecadação do ICMS, relativamente à lei do ICMS Solidário, podem perder recursos ou anular esse ganho em vista da queda do VAF, que é apurado pelo governo do Estado, pela Secretaria de Fazenda.

Esse alerta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para que os Prefeitos, por meio de seus Secretários de Fazenda ou seus contadores, procurem imediatamente a Secretaria de Fazenda para verificar essa queda, que pode tirar do Município um benefício que esta Assembleia lutou tanto para conceder aos Prefeitos das cidades mais pobres e deprimidas de Minas Gerais.

Outra comunicação que quero fazer, Sr. Presidente, diz respeito à tramitação, nesta Casa, do projeto de lei, que está sendo apreciado pelas comissões, o qual melhora as condições de pagamento dos precatórios, sobretudo de nossos velhinhos. Procuramos o Deputado Antônio Júlio, que fez anteontem pedido de vista do projeto de lei, por meio do qual tentamos fazer uma nova redação acerca de três itens importantes, com o objetivo de não se perder de vista o horizonte defendido por esta Casa. Iniciamos a discussão em 2007. Em 2008 aprovamos a lei que determina que as pessoas com mais de 60 anos tenham prioridade absoluta no recebimento dos precatórios, especialmente dos alimentícios.

Temos de esclarecer que nossa intervenção pela mudança do texto desse projeto de lei que está nas comissões visa a garantir a lei que votamos nesta Casa, sobretudo garantindo certa justiça em relação à distribuição dos recursos que obrigatoriamente o Estado tem de pagar. Refiro-me aos precatórios.

É preciso ficar claro que os Estados ganharam o prazo de 15 anos para pagar os precatórios. Se não lutarmos agora para privilegiar aqueles que a própria lei determinou privilegiar, os mais velhos, pessoas com mais de 60 anos -, os credores originários de precatórios com mais de 60 anos -, se não nos cuidarmos aqui, poderemos perder todo o efeito da lei que aprovamos no ano passado.

Então, fizemos sugestões, as quais o Deputado Antônio Júlio está levando para as três comissões avaliadoras do projeto. Gostaríamos de destacar o porquê dessa nossa intervenção. De 2002 a 2007, as pessoas possuidoras de precatórios da administração direta do Estado - Ipsemg, Ipemg e vários outros órgãos diretos - ficaram sem receber um tostão, mas foram pagos, religiosamente, neste período, todos os precatórios do Tribunal Regional do Trabalho - TRT - e do Tribunal Regional Federal - TRF. Então, estamos sugerindo, por meio de uma emenda que determina que, ao pagar os precatórios, seja feita uma equiparação, em anos de pagamento, às pessoas que são credores dos órgãos da administração pública - paramos de efetuar esses pagamentos em 2002 -, em vez de pagarmos prioritariamente ao TRT e ao TRF. Essa é, a proposta singela para se fazer justiça às pessoas que aguardam o pagamento desses precatórios há tantos anos.

Já fiz aqui vários pronunciamentos, Sr. Presidente, mostrando a dificuldade desse recebimento. Há pessoas que já morreram, cujos filhos já estão morrendo, e não conseguiram receber esses créditos, que são alimentares. O que significa crédito alimentar? Diferença de pagamento de quinquênios, biênios, direitos que o Estado não pagou ou mesmo desapropriações feitas pelo Estado e que não foram pagas aos titulares do imóvel. Lamentavelmente, o critério de distribuição não está sendo igualitário, embora o Estado esteja cumprindo sua meta - até o final do ano deverá completar uma cota de R\$200.000.000,00 pagos. Isso é muito pouco. Em virtude de ser pouco e de sabermos que o Estado tem 15 anos de prazo para pagar, estamos aqui insistindo, com o objetivo de sensibilizar os companheiros e colegas das várias comissões por onde o projeto está tramitando, a fim de que a lei aprovada nesta Assembleia que prioriza o pagamento aos mais velhos, realmente não seja transmutada, transfigurada por essa nova lei que autorizou que o Estado comprasse os precatórios do Ipsemg.

É preciso colocar uma certa equiparação. Se os precatórios do TRT e do TRF foram pagos normalmente entre 2002 e 2007, é preciso que sejam pagos os precatórios do Tribunal de Justiça, aqueles que passaram pelo TJMG, equiparando ano a ano. Que se dê uma paradinha no pagamento do TRT e do TRF, para que possamos equiparar os direitos. É uma injustiça muito grande que sejam pagas as condenações de dois tribunais e se deixe de pagar as condenações do Tribunal de Justiça. É um absurdo. É uma diferença de tratamento ignóbil, porque, na verdade, a maioria dos precatórios, desses direitos existentes junto à administração direta do Estado, são de pessoas que tinham os seus direitos e perderam o direito de receber.

Ainda ontem me ligou um cidadão desanimado com essa questão, porque sabe da minha luta em defesa do pagamento dos precatórios aos mais velhos. Disse-me que estava recebendo uma proposta de uma empresa para vender os precatórios dele por 30%. Quer dizer, perderia 70% dos seus direitos. Pedi-lhe que aguardasse um pouquinho, pois a Assembleia está aprovando um projeto. Os créditos foram comprados do Ipsemg, e os precatórios serão pagos pelo governo do Estado. Há uma tentativa de uma nova escala de pagamento, de uma nova prioridade de pagamento. Pedi-lhe que esperasse um pouquinho e deixasse a Assembleia resolver esse assunto. Nesta semana, estamos resolvendo esse problema nas Comissões e, na próxima semana, devemos já colocá-lo em votação no Plenário. Pedi-lhe que aguardasse um pouquinho, pois, na verdade, poderá perder 70% daquilo que é direito dele. Isso não é justo, pois o cidadão trabalhou a vida inteira, aposentou-se e, por essa razão, tem direitos a receber, direitos que vêm desde 1971, 1972, 1974 e 1975. Os precatórios foram fechados em 2002, mas, desde essa

época até 2007, não se pagou nada.

Portanto, o meu apelo a todos os possuidores de precatórios no Estado é para que esperem um pouquinho. A Assembleia está definindo um novo comportamento junto ao governo do Estado em relação à compra dos precatórios do Ipsemg. Sendo assim, na próxima semana, certamente poderemos votar esse projeto e dar uma informação aos possuidores de precatórios. Trata-se de uma preocupação nossa com os mais velhos, por entendermos que eles merecem a atenção desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura* - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Getúlio Neiva, e os telespectadores da TV Assembleia. Neste momento quero fazer uma homenagem a todos os Conselheiros e Conselheiras Tutelares pela comemoração do seu dia na data de hoje, 18 de novembro, Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, por isso, quero prestigiar essa importante instituição.

O Conselho Tutelar é um órgão permanente autônomo encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente previstos na Lei Federal nº 8.069, de 1990, que diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Entre as principais atribuições do Conselheiro estão: atender crianças e adolescentes quando ameaçadas ou violadas em seus direitos e aplicar medidas de proteção; atender e aconselhar pais ou responsáveis nos casos em que crianças e adolescentes são ameaçados em seus direitos e aplicar aos pais as medidas previstas no ECA; assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais, para que executem programas de proteção e medidas socioeducativas.

Tenho tido uma relação muito próxima com o Conselho Tutelar. Ainda quando era Vereador em Contagem, tive a oportunidade de conhecer e entender a importância fundamental desse órgão. Na época, o nosso conselho de Contagem vivia momentos difíceis, encontrava muita dificuldade no exercício de sua função, com remuneração muito aquém, e nós, juntamente com a Prefeita Marília Campos, fizemos toda uma reformulação em nosso conselho. Por exemplo, mudamos o regimento do Conselho Tutelar de Contagem; garantimos remuneração mais digna; criamos condições para o melhor exercício da função de Conselheiro; garantimos que o processo de escolha dos Conselheiros através das eleições e do processo seletivo se aprimorasse. Portanto, hoje Contagem tem um grande exemplo do trabalho bem-feito desses Conselheiros e Conselheiras de nosso Município.

Também temos tido uma relação muito próxima com Associação dos Conselheiros Tutelares de Minas Gerais - Acontemg. Junto com essa associação, tivemos oportunidade de promover um debate público no Plenário desta Casa, quando vários Conselheiros de diversos Municípios do Estado aqui compareceram e relataram os seus problemas e dificuldades no exercício da profissão.

Em virtude desse debate público, algumas questões avançaram, como, por exemplo, a implementação da escola de formação do Conselheiro Tutelar. Na época, os investimentos do Ministério do Desenvolvimento Social, com o Ministro Patrus Ananias, garantiu a criação dessa escola no Estado de Minas Gerais, e hoje ela se mantém em funcionamento, sendo administrada pela Fundação Renato Azeredo, em parceria com a Uemg, mais precisamente com a sua faculdade de políticas públicas. Essa escola de formação de Conselheiros Tutelares é importante para garantir a formação desses Conselheiros e o seu permanente aprimoramento.

Temos ajudado os Municípios a se equipar e a dar condição de trabalho aos Conselheiros, mediante emendas parlamentares, sobretudo emendas ao Orçamento do Estado. Com isso, temos garantido computadores e veículos para o trabalho dos Conselheiros. Essas emendas também ajudaram na aquisição de veículos para o Conselho Tutelar, em cidades como Malacacheta, Coroa, Periquito, Uruçânia, entre outras. Entretanto, falta ainda maior compreensão dos gestores públicos sobre a importância do Conselho Tutelar e do respeito às prerrogativas desses Conselheiros.

Nas denúncias recebidas em nosso gabinete, há sempre casos de gestores públicos que não respeitam a autonomia do Conselho Tutelar ou que confundem a função desse Conselho, querendo tutelar o próprio Conselho Tutelar por meio de imposições e perseguições aos Conselheiros, o que é muito ruim e prejudica bastante o exercício da função de Conselheiro. Assim sendo, em parceria com a associação de Conselheiros, procuramos orientar os gestores públicos a respeitar as prerrogativas do Conselheiro, ajudando-os no exercício de sua função.

Recentemente, ficamos até muito preocupados com um Município do interior do Estado - não vou citar o nome - que criou uma espécie de subcategoria de Conselheiro Tutelar por meio da chamada Comissão Tutelar, como se realmente existisse um conselho de segunda categoria, sem as devidas prerrogativas. Esse é um fato bastante preocupante, que queremos acompanhar com mais cautela, para não menosprezar o papel do Conselho Tutelar.

O Conselheiro precisa das parcerias com o Ministério Público, com as Polícias Militar e Civil e com os Poderes Executivos dos seus Municípios, para que possam exercer o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Os números nos preocupam. Aliás, para salvar o adolescente em conflito com a lei é preciso garantir a aplicação das medidas socioeducativas de proteção desse Estatuto, mas, hoje, no Estado de Minas Gerais, há dificuldade de cumprimento dessas medidas, porque não existe espaço adequado a isso. Para quem não compreende, a medida socioeducativa é aplicada ao adolescente que cometeu alguma infração e que não pode cumprir sua pena junto a presos comuns, já que a cadeia comum é nada mais, nada menos que uma escola do crime. Esse adolescente tem direito de cumprir a sua medida socioeducativa em locais apropriados e devidamente adequados a esse cumprimento.

Dos 853 Municípios, um pouco mais de 20 possuem esse espaço adequado ao cumprimento das medidas socioeducativas no Estado de Minas Gerais. Isso é muito grave. Sem dúvida nenhuma, precisamos fazer valer o direito da criança e do adolescente e garantir a política de atendimento aos nossos Conselheiros Tutelares.

Neste dia de homenagem e, acima de tudo, de luta para os Conselheiros Tutelares, parabenizamo-los todos, pois fazem esse importante trabalho, valorizando essa importante função. Parabenizamos todos os Conselheiros e, de forma muito especial, a Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Minas Gerais.

Neste tempo que me resta, quero também fazer uma homenagem póstuma. Há pouco, o ilustre Deputado Wander Borges mencionava as tragédias ocorridas nas estradas de Minas Gerais. Nesta semana também perdemos um grande amigo, um grande parceiro, uma pessoa que sempre foi uma grande referência para todos nós, militantes da esquerda, militantes do Partido Comunista do Brasil, o nosso querido médico, amigo e companheiro Prof. Zecão, que deu uma grande contribuição à sociedade mineira - ele e todos os seus irmãos, grandes médicos e professores. Ele perdeu a vida ainda tão jovem na BR-381, na altura de Ravena.

Eu estava viajando pela rodovia, no Leste de Minas, quando recebi a notícia da morte e do enterro, que aconteceria na segunda-feira, ao qual não pude comparecer. Aproveitei para externar aqui a toda a família nossa condolência, nosso sentimento pela perda de uma pessoa tão especial, alegre e espontânea, que atendia as pessoas sempre com um sorriso no rosto, uma pessoa muito espirituosa e caridosa. Aliás, ele e toda a sua família têm essa marca. Fica aqui o registro do nosso sentimento pela perda desse importante homem. Diante de uma tragédia tão grande, não poderíamos deixar de tocar nesse assunto. É mais que urgente e necessária a obra de duplicação da BR-381, cujo traçado é obsoleto, data da década de 40. Agora precisamos unir esforços, ou seja, é fundamental que se unam o governo federal, o governo estadual, os Municípios e todos aqueles que desejam retirar do papel a duplicação da BR-381. No ano passado, a obra da rodovia foi dividida em 10 lotes; em 8 deles houve licitantes. Quanto aos outros 2 lotes, aqueles da parte mais alta, mais montanhosa da BR, como não houve licitante, os

consórcios vencedores cotizaram-se para desenvolvê-los. No caso, o Tribunal de Contas não concordou com esse procedimento e, ao invés de anular o processo referente aos dois lotes, mandou anular o relativo a todos os 10 lotes, atrasando, zerando tudo. Isso é muito ruim. A burocracia que às vezes o Tribunal de Contas põe em prática acaba atrasando muito o andamento de obras importantes como essa. No caso dessa rodovia, talvez houvesse a necessidade de um regime de urgência, de calamidade pública, para que ela saísse do papel de maneira mais rápida. A sociedade deve acompanhar essa questão para que não haja abusos ou malversação da verba pública. Penso que deve ser feito um grande pacto pela duplicação da Rodovia Fernão Dias entre empreiteiras, poder público, sociedade civil e Ministério Público, a fim de garantir sua duplicação.

Na Casa, realizamos um seminário sobre mobilidade urbana, dividido em duas etapas: a primeira foi realizada agora e tratou da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte; a segunda deveria ser realizada neste final de ano, mas, em função do calendário eleitoral, não conseguimos fazê-la. Iremos realizá-la provavelmente no início do ano que vem. A segunda etapa tratará da Região Metropolitana do Vale do Aço. O principal corredor de trânsito, de tráfego é a BR-381. Teremos a oportunidade de aprofundar esse debate. Na etapa realizada em Belo Horizonte, alguns temas foram suscitados, sobre os quais precisamos refletir com muito carinho. A BR-381 tem um tráfego muito intenso, um volume grande de veículos de carga, carretas que levam bobinas, chapas de aço, e a maioria dos acidentes geralmente envolve esse tipo de transporte. Então precisamos pensar com mais carinho. Há uma linha férrea, margeando a rodovia inteira que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, a qual é subutilizada. Seus vagões poderiam estar a serviço de cargas perigosas, mais complexas, como ocorre nos lugares mais desenvolvidos do mundo, como Europa e Estados Unidos da América. Para se ter ideia, lá o transporte de veículos cegonheiros de cargas perigosas, de cargas químicas e de bobinas de aço, é feito pela linha férrea. O transporte dessas cargas tem de ser a ferrovia, e temos lá uma ferrovia subutilizada. Então devemos pensar o problema da BR-381 com uma visão mais ampla, e não somente do ponto de vista da sua duplicação, mas também a utilização de outros instrumentos, como a ferrovia que margeia a rodovia e o aspecto da educação para o trânsito. Não podemos mais conviver com pessoas perdendo vida a cada dia que passa, também o poder público não pode se omitir diante desse fato. Estamos solidários a essa grande luta pela duplicação da rodovia. Sem dúvida nenhuma, pela necessidade, essa é uma das obras mais importantes para Minas Gerais. Passado o período eleitoral, devemos deixar de lado as questões político-partidárias. É o momento da grande unidade do Estado, todos os setores políticos, empresariais e sociedade civil, a fim de tirar do papel essa importante obra estruturante de Minas Gerais, que é a duplicação da BR-381 acoplada a outros programas, como a utilização da ferrovia e uma maior política de conscientização dos motoristas, daqueles que utilizam seu veículo para trafegar naquele importante corredor comercial de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, telespectadores da TV Assembleia e público que nos acompanha das galerias; antes de entrar no assunto, quero, mais uma vez, dado o pronunciamento do Deputado Carlin Moura, reafirmar o nosso compromisso em duas questões destacadas aqui por S. Exa. O primeiro assunto é a duplicação da BR-381. Assumimos esse compromisso em campanha, por escrito. É uma luta nossa. Como Deputado Federal, as condições e a força política serão melhores para abraçarmos, de fato, essa bandeira justa e urgente. A outra questão que S. Exa. expôs e que também foi compromisso nosso é que, além da BR-381, devemos considerar também outros roteiros de Minas Gerais. Na verdade, é preciso retomar a rede ferroviária como um todo e dar a opção para os passageiros. Há um trecho que vai a Itabirito, Ouro Preto, Mariana, e que chega também a Ponte Nova, Ubá e Rio de Janeiro. Há outra linha que vai a Congonhas, passando por Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Carandaí, Barbacena, Santos Dumont, Juiz de Fora. Então é um outro roteiro importante tanto para cargas quanto para passageiros. Hoje está comprovado que, além de ser o mais barato, o transporte ferroviário é o mais seguro. Num Estado como Minas Gerais, isso tem sido priorizado por meio da nossa luta e bandeira e ainda do plano federal.

Querida discutir o projeto de resolução que está delegando todos os poderes ao governo, e também refletir com os colegas Deputados e o povo mineiro. Se de fato a lei delegada resolvesse os problemas, não precisaria recorrer a esse recurso de quatro em quatro anos. Em 2002 o Aécio recorreu à lei delegada e, por meio dela, fez uma reforma administrativa e várias outras coisas. No final do seu primeiro mandato, procedeu da mesma forma. Agora isso está ocorrendo de novo. Na verdade, é a mesma equipe e o mesmo grupo. Aliás, o atual e eleito Governador era o Secretário de Planejamento e foi quem formatou todo esse desenho da administração do governo. Se, em 2002 ou 2003, tivessem feito uma reforma com a participação do Parlamento mineiro e do servidor público, não estariam recorrendo a esse recurso de quatro em quatro anos. Utilizar-se da lei delegada prova que uma equipe tecnocrata à revelia da Assembleia Legislativa e da participação do servidor público só traz prejuízo e não tem eficiência, muito menos eficácia. O que vemos são Secretarias totalmente vazias. Para que serve a Secretaria Estadual de Reforma Agrária? Quem conhece as suas ações? Para mais nada serviu a não ser para acomodar companheiros durante todos esses anos. Aliás, sempre atribuem isso ao PT, mas essa é uma prática do PSDB. Se observarmos, veremos que quem se encontra nessas fundações e autarquias assume só cargo político, por exemplo, um Prefeito que não se reeleger, lideranças políticas que são como um cabo eleitoral por excelência do governo. Então, mais uma vez, surge esse golpe. De fato é um golpe. Precisamos entender a fundo o que são as leis delegadas. Na verdade, significam que a Assembleia Legislativa está abrindo mão de toda a sua essência e natureza de atuação que é legislar. É um absurdo o Parlamento abrir mão disso. Qual é a riqueza de uma produção legislativa? É ser construída aqui, no trâmite dos processos, nas comissões, com os contraditórios e a participação do povo. Então é uma construção coletiva que, de fato, tem resultado. Isso porque, dessa forma, podemos ouvir a todos. Essa é a possibilidade que está sendo negada. Isso é típico da ditadura, de um governo autoritário que faz tudo com uma pequena comissão tecnocrata.

Pedir aqui que a Assembleia delegue esse poder de legislar ao Executivo é ignorar a competência dos Deputados, é ignorar a competência, que deve ser respeitada, dos servidores desta Casa, que contribuem, e muito, com a produção legislativa, das assessorias da Comissão de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização, além das comissões temáticas. A Assembleia Legislativa tem um corpo de servidores exemplar, de extrema competência. O governo está ignorando o conjunto da Assembleia Legislativa, não apenas dos Deputados, mas de todo o corpo técnico, por não ter a capacidade de construir isso junto com o Executivo. É um grande desrespeito. Por isso é que, a cada ano, recorre-se à lei delegada. Isso é um absurdo, um grande desrespeito, e ainda a toque de caixa. Hoje foi apreciado na Comissão de Administração Pública, foi distribuído em avulso. Agora será votado o parecer na Administração Pública, e às 16h30min na Comissão de Fiscalização Financeira. Isso, Deputado Lafayette de Andrada, é um grande desrespeito ao parlamento. V. Exa., como constitucionalista, precisa ter consciência de que nós, Deputados, não podemos abrir mão de legislar, que é a essência do nosso trabalho, da nossa missão aqui. E aí nossa indignação em relação a essa arbitrariedade do governo e uma submissão desta Casa.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Não me alongarei; quero apenas dizer que não há nenhum atropelo. A Constituição prevê as leis delegadas, não é a primeira experiência que Minas vive nesse sentido. Foi feito no início do governo Aécio, no início do segundo mandato. São reformas administrativas puramente internas do funcionamento do Executivo. Não se mexerá com o servidor, com as carreiras; é apenas um ajuste interno das secretarias e órgãos que compõem o governo para dinamizar, melhorar a eficiência da máquina pública. Foi feito assim há oito e há quatro anos. Deu certo, Minas Gerais foi o Estado que mais cresceu ao longo desse período, e temos a convicção de que dará certo de novo. É por isso que o parlamento dará novamente esse crédito de confiança para quem tem crédito, que é o nosso Governador Antonio Anastasia. Muito obrigado, Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Agradeço, Deputado Lafayette de Andrada. Veja bem, o fato de ter sido feito em 2003 e agora de novo prova que não deu certo. Se tivesse sido feito com a participação do conjunto dos Deputados, dando abertura até para os servidores públicos participarem do processo, com certeza a reforma teria dado grande resultado, tanto na administração direta quanto na indireta. Sabemos que vem muita coisa na carona da lei delegada. Se no trâmite daqui, na nossa cara, aparecem os tais "frankensteins", *aparecem interesses de fulano e de beltrano, que pegam carona, imaginem o que não acontecerá nessa lei delegada. Quantos oportunistas, quantos apadrinhados não pegarão carona, não enfiarão goela abaixo matérias à revelia? Deputado Carlin Moura, Presidente, veremos isso, V. Exa. verá isso aqui no ano que vem, verá como será o resultado desse trabalho. Isso sempre aconteceu assim. É um desrespeito à Assembleia Legislativa em seu conjunto, ao conjunto dos Deputados, da assessoria das comissões, de todos os profissionais que dedicam sua vida aqui, com carinho, com amor, porque têm a convicção da importância do parlamento para o Estado como um todo. Basta vermos o caminho nas administrações indiretas e mesmo na administração direta. Foi um desastre em alguns pontos, como na própria Secretaria de Reforma Agrária. Não sei para que existe essa*

Secretaria se o Iter, criado no governo Itamar, tem desenvolvido um trabalho excelente, apesar do seu Presidente.

Cito também a situação da Cemig, cujos servidores estão em greve. Não existe diálogo e há um impasse, pois já recorremos ao Líder do governo, Deputado Mauri Torres, mas o Presidente Djalma se recusa a receber a direção do sindicato. Milhares de trabalhadores estão na rua em protesto, fazendo reivindicações justas e querendo um entendimento. Aquisições e vendas de ações na Cemig são tramoias que ainda não foram desvendadas. Já fizemos um requerimento solicitando realização de audiência pública para compreender o que aconteceu nessas transações, mas não conseguimos marcá-la. Portanto, declaro nossa solidariedade a esses trabalhadores, cujas carreiras estão sucateadas e cujos reajustes salariais não ocorrem na mesma proporção dos lucros da empresa. O único foco da Cemig é o lucro, nunca a qualidade do serviço, muito menos a segurança dos trabalhadores. Ela vem terceirizando o serviço e distanciando-se cada vez mais do consumidor. Há algum tempo, havia unidades de atendimento ao consumidor em todos os Municípios, mas agora há uma por macrorregião. O cidadão nunca consegue ser atendido ou concluir sua solicitação, e ainda falta informação. Muitos agricultores têm tido prejuízos devido à falta de energia, como a perda do leite que estraga sem o resfriamento do tanque. Deixo nossa solidariedade a esses trabalhadores, que são guerreiros apesar das condições de trabalho e do salário. A Bancada do PT-PCdoB é solidária. Deixo nosso apelo ao Presidente Djalma Moraes para que receba a direção do sindicato. Não adianta atropelar o trâmite da lei delegada se não houver esse diálogo com os servidores, pois não há como votar nada no Plenário. Já tivemos essa conversa com o Deputado Mauri Torres, solicitando que fizesse essa interlocução com o Presidente Djalma, pois não podemos ser indiferentes a essa situação de milhares de trabalhadores. Não à lei delegada. Sim aos servidores da Cemig que estão em greve. Essa é a solidariedade da Bancada do PT-PCdoB. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/11/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

nomeando Paulo Roberto dos Santos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando Elizabeth de Fátima Andrade Rocha do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando Fabricia Ferreira Coelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Fabricia Ferreira Coelho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Localiza Rent a Car S.A. Objeto: locação de veículos " flex ", com motor a partir de 1.6 e com motor a partir de 2.0, pelo sistema de diárias, sem motorista, com quilometragem livre para cada diária, incluindo seguro total por conta da contratada, sem ônus da franquia para a contratante. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 59/2010. Dotação Orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Máxis Informática Ltda. Objeto: prestação de serviço de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência. Objeto do Aditamento: 1ª prorrogação contratual, com reajuste de preço. Vigência: 27/1/2011 a 27/1/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

ERRATA

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.917/2010

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/11/2010, na pág. 48, col. 1, na Conclusão, onde se lê:

"concluímos", leia-se:

"opinamos".